



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências

ADRIANA INÁCIO YANAGUITA

**A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES
SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL (1991-2005)**

Marília

2008

ADRIANA INÁCIO YANAGUITA

**A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES
SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL (1991-2005)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação (Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira). Orientadora: Dr^a. Ana Clara Bortoleto Nery.

Marília

2008

ADRIANA INÁCIO YANAGUITA

**A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES
SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL (1991-2005)**

BANCA EXAMINADORA

1º Examinador: Dr^a Ana Clara Bortoleto Nery

2º Examinador: Dr^a Celia Maria Benedicto Giglio

3º Examinador: Dr^a Iraíde Marques de Freitas Barreiro

Marília, 14 de outubro de 2008.

*Dedico esta dissertação ao Amado de minh'alma
que tudo tem dedicado a mim, inclusive a sua
própria vida: Jesus, meu Deus e meu Rei!*

AGRADECIMENTOS

“Que darei eu ao Senhor por todos os benefícios que me tem feito?”

(Sl. 116:12)

“Como agradecer a Jesus o que fez por mim?

Bênçãos sem medida vêm provar o seu amor sem fim.

Nem anjos podem expressar a minha eterna gratidão.

Tudo o que sou e o que vier a ser eu ofereço a Deus.

A Deus demos glória, a Deus demos glória,

a Deus demos glória pelas bênçãos sem fim”

(Música 422, *Como agradecer a Jesus?*, do Hinário para o Culto Cristão)

“[...] porque ele mesmo dá a todos a vida, o fôlego e as demais coisas”.

(At. 17:25)

Quero deixar registrada a minha gratidão ao Deus
que concedeu vida a mim e a todas as pessoas, cujo auxílio,
direta ou indiretamente, tornou possível a concretização desta Dissertação:
as de perto e as de longe; as de hoje e as de ontem.
Dou graças ao Senhor, pois Ele verdadeiramente é bom;
o seu amor leal dura para sempre.

Não poderia deixar de tornar público meus agradecimentos
à minha família: Riyuji, Maria José, Juliana e Felipe;
a todos os meus irmãos em Cristo da Primeira Igreja Batista, em Marília,
da Primeira Igreja Batista em Jardim Caiuby, em Itaquaquecetuba,
à Michele, ao Marlos e ao Pr. David;
as minhas companheiras e amigas de república: Carol, Fer, Nati, Rô, Te e Ge;
à minha amiga Gisele; à Luzinete; as examinadoras da banca;
e à minha orientadora: Ana Clara Bortoleto Nery.

RESUMO

Esta dissertação intitulada **A produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação no Brasil (1991-2005)**, com base nas idéias desenvolvidas por Roger Chartier no campo da História Cultural, buscou compreender e analisar a produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação, principalmente dos docentes de cursos de formação de professores. Assim, estudaram-se as conjunturas do campo educacional e do mercado editorial brasileiro e os próprios livros que contribuíram para o delineamento desses saberes nos períodos de 1991-1996 e 1997-2005. As análises dessas conjunturas realizaram-se por meio da investigação das políticas e da legislação da educação e através do estudo do mercado editorial, e a análise dos livros executou-se mediante o estudo de aspectos de suas materialidades. No primeiro período (1991-1996), o campo educacional e o mercado editorial não favoreceram a produção e circulação dos saberes sobre o financiamento da educação elaborados pelos docentes dos cursos de formação de professores e, conseqüentemente, esses saberes foram identificados em apenas 9 livros de primeira edição. Paradoxalmente, no período seguinte (1997-2005), tendo encontrado condições propícias no campo educacional e no mercado editorial os saberes referentes ao financiamento da educação tiveram a produção e a circulação expandidas, alcançando um número de 32 livros. A partir do estudo das formas materiais desses volumes, concluiu-se que é na materialidade dos livros que se pode compreender seus significados, pois nela estão inseridas as identificações explícitas da designação e classificação dos textos, de modo a criar em relação a eles expectativas de leitura e antecipações de compreensão.

Palavras-chave: Produção e Circulação de Saberes Pedagógicos. Livros sobre Financiamento da Educação. Mercado Editorial.

ABSTRACT

This dissertation entitled, **The Production and Circulation of Knowledge about the Financing of Education in Brazil (1991-2005)**, based on the ideas developed by Roger Chartier in the field of Cultural History, aimed to understand and analyze the production and circulation of knowledge about the financing of education, mainly from the teachers of teacher training courses. Thus, the study the conjunctures of the education field and the Brazilian publishing market and the books themselves on the theme that contributed to the delineation of this knowledge in the periods of 1991-1996 and 1997-2005. The analyses of these conjunctures were done through the investigation of the policies and legislation of education and through the study of the publishing market, and the analysis of the books was executed by the study of the aspects of their material. In the first period (1991-1996), the education field and the publishing market didn't favor the production and circulation of knowledge about the financing of education elaborated by the teachers of teacher training courses and, consequently, this knowledge was identified in only 9 books of the first edition. Paradoxically, in the following period (1997-2005), having found favorable conditions in the education field and in the publishing market, the production and circulation of the knowledge concerning the financing of education had been expanded to reach 32 books. From the study of the material forms of these volumes, it was concluded that it is in the material of the books one can understand their meaning, since the explicit identification of the designation and classification of the texts is inserted within, in a way to create in relation to them reading expectations and anticipation of understanding.

Keywords: Production and Circulation of Pedagogic Knowledge. Books about the Financing of Education. Publishing Market.

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de títulos publicados no Brasil: 1991-2005	56
Gráfico 2 - Quantidade de publicações em 1ª edição sobre o Financiamento da educação brasileira: 1991- 2005.....	59
Gráfico 3 - Faturamento (R\$), em milhões, das editoras brasileiras: 1991-1996.....	63
Gráfico 4: Dispersão da tiragem total de livros publicados no período entre 1990-1996	64
Gráfico 5: Dispersão do número de exemplares de livros produzidos em primeira edição e em reedição no período 1991-1996	65
Gráfico 6: Número total de títulos publicados no período 1991-1996	66
Gráfico 7: Número de títulos em primeira edição e reedição publicados entre 1991-1996	66
Gráfico 8 - Número de títulos publicados em 1ª edição sobre o Financiamento da educação no Brasil: 1991-1996.....	69
Gráfico 9 – Comparação entre o mercado de livros em geral com o mercado de livros do financiamento da educação: 1991 – 1996	69
Gráfico 10 – Número de pesquisas, por categoria, na área de Política e Gestão da educação no Brasil: 1991-1997	70
Gráfico 11 - Faturamento (R\$) das editoras no Brasil: 1997-2005	98
Gráfico 12: Dispersão da tiragem total de livros publicados no Brasil: 1997-2005.....	99
Gráfico 13: Dispersão do número de exemplares produzidos em primeira edição e em reedição no Brasil: 1997-2005.....	100
Gráfico 14: Número de títulos em primeira edição e reedição publicados no Brasil: 1997-2005	101
Gráfico 15: Número total de títulos publicados no Brasil: 1997-2005	102
Gráfico 16 - Número de títulos publicados em 1ª edição sobre o financiamento da educação no Brasil: 1997-2005	103
Gráfico 17 – Comparação entre o mercado de livros em geral com o mercado de livros do financiamento da educação: 1997-2005	104

QUADROS

Quadro 1 – Relação das categorias elaboradas para a classificação dos títulos publicados sobre a Administração da Educação no Brasil	20
Quadro 2 – Relação do total de livros identificados de 1991 a 2005, organizados por ano	28
Quadro 3 – Número de pesquisas, por categoria, na área de Política e Gestão da educação no Brasil: 1991-1997	70
Quadro 4 – Livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996	71
Quadro 5 – As partes dos livros, apresentados no quadro anterior, relacionadas à temática do financiamento da educação	72
Quadro 6 – Classificação geral, em categorias e subcategorias, dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996	74
Quadro 7 – Classificação de cada livro do Quadro 6 em categorias e subcategorias	74
Quadro 8 - Indicações sobre o público-alvo nos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996	76
Quadro 9 – Contra capas, prefácios e apresentações de alguns dos livros sobre o financiamento da educação (1991-1996), escritos por autores renomados na área da educação como estratégia de venda	77
Quadro 10 – Relação de autores dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996	79
Quadro 11 – Editoras e tipos de editoras dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996	83
Quadro 12 – Relação dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1997-2005	105
Quadro 13 – Livros com palavras relacionadas à temática do financiamento da educação exibida na capa	107
Quadro 14 – Livros que a temática do financiamento não está explícita na capa, mas em partes deles	108
Quadro 15 – Categorias e subcategorias de classificação dos livros sobre o financiamento da educação: 1997-2005	111

Quadro 16 – Classificação dos livros sobre o financiamento da educação por categorias e subcategorias: 1997 a 2005	114
Quadro 17 – Relação de autores dos livros sobre o financiamento da educação no período: 1997-2005	119
Quadro 18 – Editoras e tipos de editora da temática do financiamento da educação no Brasil: 1997-2005	137

TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de títulos e exemplares publicados no Brasil: 1991-2005	55
Tabela 2 - Produção e vendas do setor editorial brasileiro: 1997-2005.....	57
Tabela 3 – Quantidade de publicações em 1ª edição sobre o financiamento da educação brasileira: 1991- 2005.....	58
Tabela 4: Faturamento (R\$) das editoras brasileiras no período 1991-1996.....	62
Tabela 5: Tiragem total dos livros publicados entre 1991 e 1996	63
Tabela 6: Número de exemplares de livros produzidos em primeira edição e em reedição no período de 1991 a 1996	64
Tabela 7: Número total de títulos publicados entre 1991-1996.....	65
Tabela 8: Número de títulos publicados em primeira edição e em reedição (1991-1996)	66
Tabela 9: Taxa de variação (%) por alguns sub-setores editoriais da tiragem de livros produzidos em primeira edição e em reedição no período 1990-1997	67
Tabela 10 – Número de títulos publicados em 1ª edição sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996	68
Tabela 11: Faturamento (R\$) das editoras no período 1997-2005	98
Tabela 12: Tiragem total dos livros publicados entre 1997 e 2005	98
Tabela 13: Número de exemplares de livros produzidos em primeira edição e em reedição no período de 1997 a 2005	99
Tabela 14: Número de títulos publicados em primeira edição e em reedição (1997-2005)	100
Tabela 15: Número total de títulos publicados entre 1997-2005.....	102
Tabela 16 – Número de títulos publicados em 1ª edição sobre o financiamento da educação: 1997-2005.....	103
Tabela 17 – Distribuição das publicações por ano segundo os temas: 1988-2004.....	117

ABREVIATURAS

Art. – Artigo

Bib. – Biblioteca

Coord. - Coordenador

Org. – organizador(es)

p. – Página

SIGLAS

ABDR - Associação Brasileira de Direitos Reprográficos

ABEU – Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ABPPSP - Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

BC – Biblioteca Central

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CACSS - Conselhos de Acompanhamento e Controle Social

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBL – Câmara Brasileira do Livro

CCM - Centro de Ciências Médicas

CD-ROM – Compact Disc Read-Only Memory

CDs – Compact Discs

CE - Ceará

CEG – Centro de Estudos Gerais

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CES – Centro de Estudos Sociais Aplicados

CESET – Centro Superior de Educação Tecnológica

CF – Constituição Federal

CMU – Centro de Memória da UNICAMP

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONFUNDEF - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

CPDS – Centro de Pesquisa e Documentação Social

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CTA – Conselho Técnico Administrativo

CTC - Centro Tecnológico

CTP – Científicos, Técnicos e Profissionais

DATA - Diretoria de Apoio Técnico e Administrativo

DF – Distrito Federal

EC – Emenda Constitucional

ECA - Escola de Comunicação e Artes

EDUEL - Editora da Universidade Estadual de Londrina

EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense

EDUFRN – Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

FADM - Faculdade de Artes Dulcina de Moraes

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FE – Faculdade de Educação

FEF – Faculdade de Educação Física

FE-MT – Faculdade de Educação – Coleção Maurício Tragtenberg

FEUSP – Faculdade de Educação da USP

FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FHDSS – Faculdade de História, Direito e Serviço Social

FIES – Financiamento Estudantil

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNAC - Fédération Nationale d'Achat des Cadres

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento

FNDEP - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FPCET - Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia de Franca

FPE - Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GEPAEFE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração da Educação e Formação de Educadores

GPPS - Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais

GT – Grupo de trabalho

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IE - Instituto de Economia

IEL – Instituto de Estudos da Linguagem

IES – Instituto de Ensino Superior

IESAE - Instituto de Estudos Avançados em Educação

IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IG – Instituto de Geociências

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

IPIexp - Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações

IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

IRRF - Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza incidente na Fonte

ISBN - International Standard Book Number

ISEP - Instituto Superior de Estudos Pedagógicos

ITCMD - Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações

ITR - Imposto sobre a propriedade Territorial Rural

LC - Lei Complementar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

NEPAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE - Organização e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Pará

PAPE - Programa de Adequação dos Prédios Escolares

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PIDL - Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro

PLC – Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

PLS – Projeto de Lei do Senado

PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNBE - Programa Nacional de Biblioteca na Escola

PNE – Plano Nacional da Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POEB - Política e Organização da Educação Básica no Brasil

PRASEM - Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação

PROEM – Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná

PROMED - Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio

PROPED - Programa de Pós-Graduação em Educação

PSB - Partido Socialista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RENAGESTE - Referência em Gestão Educacional
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
SECD - Secretaria de Educação da Cultura e do Desporto
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SP – São Paulo
TC – Tribunal de Contas
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCH – Teoria do Capital Humano
TCs – Tribunais de Contas
UCB - Universidade Católica de Brasília
UEC - Universidade Estadual do Ceará
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
ULB - Universidade Livre de Barcelona
UNB – Universidade de Brasília
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNEB - União Educacional de Brasília

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – United Nations Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNIFRAN - Universidade de Franca

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
 CAPÍTULO 1 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA NO CAMPO EDUCACIONAL E NO MERCADO EDITORIAL (1991-2005).....	32
1.1 As políticas públicas e a legislação no campo educacional: o financiamento em ascensão	33
1.2 A expansão do mercado de livros sobre o financiamento da educação	52
 CAPÍTULO 2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM INÉRCIA: AS PUBLICAÇÕES NO PERÍODO DE 1991 a 1996	61
2.1 O financiamento da educação na contramão do mercado editorial	62
2.2 As marcas dos autores: de onde eles escreveram	78
2.3 A transformação do texto em livro: as editoras estudadas	82
2.4 Os aspectos materiais dos livros e as possibilidades de leitura e usos previstos pelos seus produtores	86
 CAPÍTULO 3 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM ACELERAÇÃO: O CONTEXTO DAS PUBLICAÇÕES DE 1997 a 2005.....	96
3.1 O mercado editorial na contramão do financiamento da educação	97
3.2 As marcas dos autores: de onde eles escreveram	119
 CAPÍTULO 4 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM ACELERAÇÃO: AS EDITORAS E A MATERIALIDADE DAS PUBLICAÇÕES DE 1997 A 2005.....	133
4.1 A transformação do texto em livro: as editoras estudadas	134
4.2 Os aspectos materiais dos livros e as possibilidades de leitura e usos previstos pelos seus produtores	142

CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICES	191
APÊNDICE A – Estrutura da ficha de autores	192
APÊNDICE B – Relação dos <i>sites</i> das editoras e fundações estudadas	193
APÊNDICE C - Localização dos livros nas bibliotecas, pelo número de chamada e número de exemplares por ano.....	194
ANEXOS	203
ANEXO A - Representação por meio de tabela e gráfico da composição do mercado editorial brasileiro conforme o porte econômico das editoras de 1990-1997	204
ANEXO B – Representação por tabela da evolução da matrícula por dependência administrativa no Brasil (1991-2005)	205
ANEXO C - Representação em tabela do número de títulos novos publicados por área temática nas editoras universitárias brasileiras em 2001	206

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se num conjunto de investigações que toma o livro enquanto objeto cultural que “guarda as marcas de sua produção, circulação e usos” (CARVALHO, 1998). Tem como objeto de estudo os livros sobre o financiamento da educação no Brasil no período de 1991 a 2005.

A realização desta pesquisa é desdobramento do período em que a pesquisadora era bolsista de iniciação científica do CNPq e desenvolveu um subprojeto intitulado: *A produção editorial da área de Administração da Educação: 1991-2000*¹, que teve como objetivo realizar o levantamento, junto às editoras comerciais e universitárias, de livros publicados em primeira edição na década de 1990, os quais privilegiassem estudos em Administração da Educação no Brasil. O levantamento proposto foi realizado através de uma lista de descritores² que continha 30 palavras-chave, tomadas como definidoras da área.

Identificados os títulos, através do contato com as editoras por *e-mails* e cartas e do acesso a bases de dados, partiu-se para a classificação por meio de leitura flutuante. Nesta etapa, as palavras-chave da lista de descritores passaram a constituir categorias. Esse levantamento resultou na identificação de 80 referências bibliográficas, que ocuparam 22 (linhas cinzas do Quadro 1) das 31 categorias³.

(continua)

Lista de Descritores	
1. Administração da educação	17. Gestão educacional
2. Administração educacional	18. Gestão escolar
3. Administração escolar	19. Legislação do ensino
4. Autonomia da escola	20. Modelos em administração escolar
5. Avaliação institucional	21. Municipalização
6. Centralização/Descentralização	22. Organização do trabalho na escola

Quadro 1 – Relação das categorias elaboradas para a classificação dos títulos publicados sobre a Administração da Educação no Brasil.

¹ Este subprojeto estava vinculado ao Projeto Integrado “A evolução do conhecimento em Administração da Educação no Brasil: suas raízes e processos de constituição teórica”, cuja proposta era, mediante análise de textos e autores previamente escolhidos, realizar o resgate da evolução teórica da Administração da Educação no Brasil, na tentativa de encontrar e (re)conhecer os traços marcantes da produção na área, possivelmente traduzidos em concepções e/ou modelo(s) teórico(s). Cabe ressaltar que este subprojeto foi desenvolvido sob orientação da Prof.^a Dr.^a Lourdes Marcelino Machado (Docente no Programa de Pós-Graduação da Unesp de Marília) e se realizou dentro do Grupo de Pesquisa Política Educacional e Organização do Trabalho na Escola (atual Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração da Educação e Formação de Educadores – GEPAEFE), coordenado pela Dr.^a Ana Clara Bortoleto Nery.

² Esta lista foi elaborada pelos componentes do Projeto Integrado (MACHADO, 2006).

³ No decorrer da classificação dos títulos, acrescentou-se a categoria *Autonomia da escola*, totalizando um número de 31 palavras-chave.

(continuação)

7. Clima organizacional	23. Organização escolar
8. Cultura organizacional	24. Planejamento
9. Democratização/Participação	25. Projeto pedagógico
10. Direção de escola	26. Racional / Racionalidade
11. Direito à educação	27. Rede de ensino
12. Direito educacional	28. Sistemas de ensino
13. Diretor de escola	29. Sistemas educacionais
14. Dirigentes municipais de educação	30. Teoria da administração
15. Financiamento da educação	31. Teoria das organizações
16. Gestão democrática	

Quadro 1 – Relação das categorias elaboradas para a classificação dos títulos publicados sobre Administração da Educação no Brasil.

Fonte: Discussão do grupo do projeto integrado (MACHADO, 2006).

Os resultados do levantamento evidenciaram que o maior número de obras incluiu-se na categoria Financiamento da Educação. Numa análise mais detalhada dos livros nela inseridos, constatou-se que os assuntos mais abordados foram os impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) sobre a educação brasileira e os empréstimos do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concedidos à educação na década de 1990.

Além disso, os dados coletados apontaram que grande parte dos livros publicados era coletânea. Notou-se ainda que a década de 1990 caracterizou-se como complexa devido à confusão de expressões e conceitos utilizados na área da Administração da Educação. Acredita-se que esse estudo forneceu um panorama valioso da produção editorial em Administração da Educação no Brasil desse período, mostrando-se importante para a construção do conhecimento nesse campo.

Visto que a temática do financiamento da educação destacou-se dentre as demais, considerou-se importante estudá-la no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)⁴, cujo título foi *Financiamento da educação na legislação brasileira: do FUNDEF ao FUNDEB*. Tal estudo apresentou a trajetória histórica do financiamento da educação no Brasil, a começar pelo Período Imperial indo até as propostas do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação),

⁴ Apresentado por Adriana Inácio Yanaguita em 09/12/2005, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Lourdes Marcelino Machado (Docente no Programa de Pós-Graduação da Unesp de Marília).

considerando o contexto sócio-político em que as leis foram elaboradas, principalmente, a partir dos anos de 1990.

Mediante essa pesquisa, pode-se concluir que o financiamento da educação na legislação brasileira foi, predominantemente, realizado pela vinculação de recursos, especialmente, de impostos. A análise dos Fundos, principalmente, do FUNDEF e do FUNDEB, permitiu compreender que o financiamento da educação na legislação brasileira tem passado por alterações que aparentam ser promissoras para a melhoria da qualidade da educação no país, mas que, quando analisadas sob a luz dos contextos histórico, político, econômico e social que as envolve, e de seus resultados, revelam as verdadeiras intenções que nelas estão embutidas, isto é, o “remendo de pano novo posto em roupa velha” (BELLIS, HARRISON, COFFEY, 2001, p. 970). Além disso, essas leis são, permanentemente, infringidas pelos governos federal, estadual e municipal sem que, na maioria dos casos, eles sejam punidos, o que torna constante tal prática.

É importante reforçar que nessas pesquisas, o foco de atenção foi, primeiramente, o conjunto dos livros da área de Administração da Educação (subprojeto referido acima) e, posteriormente, a temática do Financiamento na legislação brasileira (TCC) e que tais estudos basearam-se num referencial teórico-metodológico tendo a análise de conteúdo de Bardin (1977) como orientação.

No mestrado, propôs-se a continuidade de estudo do financiamento da educação no Brasil, dentro do Projeto Integrado “Divulgando Práticas e Saberes: a produção de impressos pelos docentes das Escolas Normais (1911-1950)”⁵, tentando responder as seguintes questões: Em quais contextos e em que condições os autores produziram e publicaram esses livros? Qual o público leitor? Qual o papel do mercado editorial neste cenário? Qual a contribuição do tema à formação de professores? Quais as categorias privilegiadas dentro da temática?

Com o propósito de buscar respostas a tais questões, estabeleceu-se como objetivo compreender e analisar alguns aspectos da produção e a circulação de saberes sobre o financiamento da educação realizadas, principalmente, pelos docentes de cursos de formação

⁵ Coordenado pela Dr^a. Ana Clara Bortoleto Nery, este Projeto teve por finalidade propor a realização de um estudo comparado entre Brasil e Portugal a partir da análise dos impressos produzidos pelos docentes das Escolas Normais nos dois países, entre os anos de 1911 e 1950. O estudo dos impressos pretendeu verificar quais discursos estavam sendo privilegiados nos textos escritos pelos docentes das Escolas Normais, nas publicações por eles organizadas e utilizadas para a formação dos alunos normalistas. Para tanto foram selecionadas para a etapa brasileira da pesquisa as Escolas Normais de Piracicaba, São Carlos e Pirassununga e para a etapa portuguesa as Escolas Normais de Coimbra, do Porto e de Braga.

de professores⁶. Desse modo, propôs-se a compreensão das políticas para o financiamento da educação, para a produção acadêmica e para o mercado editorial que contribuíram para o delineamento da produção bibliográfica na área específica, nos anos de 1991 a 2005; a caracterização do mercado editorial da área de Educação, especificamente na temática do financiamento; a análise de aspectos da materialidade do livro (protocolos de leitura⁷), a fim de compreender como estes influenciam as possibilidades de leitura dessas obras; e a análise dos modos peculiares dos usos previstos dos livros pelos seus produtores, bem como os espaços de produção e circulação desses livros.

Assim, optou-se por desenvolver uma pesquisa histórica, tendo como referencial a História Cultural, centrada nas idéias desenvolvidas por Roger Chartier, principalmente, naquela expressa em sua célebre frase: “[...] que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor” (CHARTIER, 1990, p. 127).

Ao longo da história do livro, tem sido realizada a separação entre o estudo das condições técnicas e materiais de produção ou de difusão dos objetos impressos e a dos textos que eles transmitem, uma vez que se considera que estes últimos, mesmo que em diferentes formas, não modificam sua estabilidade lingüística e semântica (CHARTIER, 2002). Entretanto, é exatamente contra essa “desmaterialização dos textos” que Chartier (2002) reluta, alargando as fronteiras para uma nova historicidade do escrito, na qual propõe a análise de toda produção escrita (seja qual for o seu gênero ou estatuto) sob a luz das categorias de citação de designação e de classificação de acordo com o tempo e o lugar que lhe são próprios e, ao mesmo tempo, submetida às formas materiais de sua inscrição e transmissão. De acordo com o autor,

Esquecer essa dupla historicidade do escrito significa arriscar o anacronismo que impõe aos textos antigos formas e significados que lhes eram totalmente estranhos e que os desfigura, submetendo-os a categorias elaboradas pela estética pré-romântica e pela filologia erudita (CHARTIER, 2002, p. 64).

⁶ Entende-se aqui, partindo do referencial teórico, que há um espaço de produção e circulação dos saberes que é formado pelo conjunto das instituições de formação de professores e que são os professores destas instituições os que, majoritariamente, produzem tais saberes e os fazem circular.

⁷ Entende-se por “protocolos de leitura” o projeto gráfico do livro, as características da coleção a que faz parte, suas disposições tipográficas (tiragem, edições, etc.), orientações para a leitura e outros elementos que corroboram os sentidos dados pelo conjunto autor/editora à obra produzida.

Esta abordagem histórica vem aos poucos reconfigurando o campo da História da Educação, o qual, da mesma maneira que a história do livro - bipartida entre o estudo das condições técnicas e materiais de produção ou de difusão dos objetos impressos e a dos textos que eles transmitem -, está dissociado entre a história das instituições escolares e a história do pensamento ou das idéias pedagógicas. Com esta reconfiguração, Carvalho afirma que

[...] a História da Educação se especializa em uma pluralidade de domínios – história das disciplinas escolares, história da profissão docente, história do currículo, história do livro didático, etc. Repartindo-se nesses domínios e embaralhando a demarcação entre história das idéias e das instituições escolares, ganha espaço um multifacetado campo de investigações sobre impressos de destinação pedagógica e seus usos escolares. São essas investigações que dão sólido suporte a uma *história cultural dos saberes pedagógicos* interessada na materialidade dos processos de difusão e imposição desses saberes e na materialidade das práticas que deles se apropriam (CARVALHO, 1998, p. 33-34, grifo nosso).

A História Cultural dos Saberes Pedagógicos, como uma modalidade da História Cultural, interessa-se pela materialidade dos processos de produção, circulação, imposição e apropriação desses saberes. Por esta razão, o seu objeto de investigação é o impresso, tanto como dispositivo de normatização pedagógica quanto como suporte material das práticas escolares. Essas investigações, enfatizando os suportes materiais da produção, abrangem estudos sobre livros didáticos, manuais escolares, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares, coleções dirigidas a professores, enfim, sobre os impressos de destinação pedagógica (CARVALHO, 1998), como é o caso dos cinco trabalhos que são apresentados a seguir.

No livro intitulado *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*, Denice Bárbara Catani propõe-se a estudar a *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP)⁸. Pretende reconstruir o ciclo de vida deste periódico e contribuir para uma compreensão, dentre as possíveis, da história dos investimentos dos professores paulistas, enquanto profissionais, no trabalho de delimitação e organização do espaço destinado ao debate de questões relativas ao ensino, nas duas primeiras décadas do século XX.

Além disso, Catani (2003) busca situar o lugar ocupado pelo conjunto de fatos dados pela existência de uma entidade como a ABPPSP e sua iniciativa de manutenção de um

⁸ Esta sigla não é oficial, mas foi empregada a fim de agilizar a escrita.

periódico especializado no processo de constituição do campo educacional paulista. Tal objetivo dá subsídio para explicitar as características da argumentação que se tece em torno das questões apontadas como fundamentais no período, ou seja, o problema da organização dos serviços de ensino e os da formação e do trabalho do professor a partir do exame das produções divulgadas pela *Revista*.

O estudo da *Revista de Ensino* pretendeu, em âmbito mais geral, possibilitar a compreensão da natureza e dos processos de constituição de conhecimentos sobre educação no caso brasileiro, no reconhecimento de que a criação e a manutenção de revistas pedagógicas manifestam-se como uma forma específica do processo de organização do campo educacional.

Em sua tese, *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*, Maria Rita de Almeida Toledo (2001) debruça-se sobre a *Coleção Atualidades Pedagógicas*, da Companhia Editora Nacional, para compreendê-la como uma estratégia específica de produção e circulação de livros pedagógicos para educadores, organizada por uma editora comercial.

Com o objetivo de redesenhar o programa de produção da série III – *Atualidades Pedagógicas* e verificar, ao longo dos 47 anos, que mudanças significativas ocorreram na sua programação, a autora opera com um levantamento dos seguintes aspectos: a origem dos autores, para verificar as preferências dadas pelo editor na seleção dos textos programados; as concentrações temáticas dos títulos; o ritmo da produção de novos títulos e das re-edições ou reimpressões. Opera, também, com a análise material da coleção, de modo a verificar como se desenhava o seu projeto material, assim como as mudanças que este sofreu ao longo dos anos.

Toledo trabalha os livros como fontes no sentido proposto pela História Cultural e analisa-os em sua forma material como proposto por Chartier (1990, 2002), a fim de reconstruir os dispositivos editoriais contidos no projeto da coleção. Os livros também foram fontes para o recenseamento da coleção, cujo objetivo foi o de redesenhar suas características e sua dinâmica de existência.

A dissertação de Vivian Batista da Silva (2001), *História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos “manuais pedagógicos” brasileiros (1930-1971)*, insere-se no quadro das investigações acerca da produção e circulação de saberes entre educadores. Busca reconstruir as especificidades dos processos de produção e divulgação de manuais pedagógicos brasileiros, marcando os objetivos do gênero, os temas desenvolvidos, as recomendações de uso e as iniciativas quanto à sua escrita e publicação mediante o estudo de diversas fontes e a sistematização de informações.

Cleila de Fátima Siqueira Stanislavski (2006), em sua dissertação de mestrado, *Saudade (1919-2002): a contribuição de Thales Castanho de Andrade para o campo de leitura escolar*, toma como objeto de pesquisa o livro *Saudade*, do escritor Thales Castanho de Andrade com o objetivo de compreender as formas pelas quais tal obra constitui-se importante para a literatura infantil brasileira, enquanto livro de leitura escolar utilizado nas escolas primárias, durante os anos de 1918 e 1932.

Para isso analisou a 2ª e a 17ª edições do livro, as quais foram publicadas em 1920 e 1932, respectivamente, procurando entender os aspectos que permitiram relacionar o livro *Saudade* com as questões educacionais, culturais e políticas da época; as marcas da materialidade contidas na obra; o motivo pelo qual se indicou *Saudade* para o uso nas escolas brasileiras; a necessidade e a finalidade que levaram o autor a escrever essa publicação; a formação, vida social e atuação profissional do escritor; a relação deste e de seu livro com o contexto histórico, cultural e educacional do período; e as contribuições da obra e do autor para a educação escolar da época.

A dissertação de Thabatha Aline Trevisan (2007), *A pedagogia por meio de Pedagogia: teoria e prática (1954), de Antônio d'Ávila*, focaliza a 1ª edição, volume 1, do manual de ensino *Pedagogia: teoria e prática* escrito pelo educador paulista Antônio d'Ávila, publicado em 1954 pela Companhia Editora Nacional, a fim de compreender os saberes e práticas divulgados pelos professores na formação de novos quadros para o magistério e a concepção de Pedagogia no referido manual.

No que tange as contribuições dos trabalhos sumarizados acima, para esta pesquisa, ressalta-se que o trabalho de Catani (2003) dá pistas de como compreender uma história por meio da análise material (materialidade) ao contribuir para a compreensão da história dos investimentos dos professores paulistas no trabalho de delimitação e organização do espaço destinado ao debate de questões relativas ao ensino, nas duas primeiras décadas do século XX, mediante a materialidade da *Revista de Ensino* da ABPPSP. Catani (2003) retomou algumas informações sobre a situação educacional paulista do período, a fim de compor um quadro que permitisse situar o significado do surgimento e da atuação da Associação e de sua Revista.

Já o trabalho de Silva (2001) serve como parâmetro na medida em que investigou a produção e circulação de saberes entre educadores, utilizando como referencial teórico a abordagem histórica de Chartier. Reconstituiu as características materiais dos escritos, recorrendo aos “suportes materiais”: configuração tipográfica – a organização das páginas, a apresentação de ilustrações e outros tipos de recursos técnicos por meio dos quais os livros

chegaram aos leitores – e configuração textual - a análise do conteúdo dos manuais, interessando-se particularmente pela forma como eles reuniram e sintetizaram saberes pedagógicos. Além disso, analisou o modo pelos quais as edições se dirigiram ao público através do estudo do mercado editorial.

O trabalho de Toledo (2001) também colabora com esta pesquisa porque busca compreender a Coleção Atualidades Pedagógicas enquanto estratégia específica de produção e circulação de livros pedagógicos para educadores, organizada por editora comercial, e ao operar com a análise material da coleção, de modo a verificar como se desenhava o seu projeto material. Trabalhou os livros como fontes no sentido proposto pela História Cultural e analisou-os em sua forma material como proposto por Chartier (1990, 2002), a fim de reconstruir os dispositivos editoriais contidos no projeto da coleção. Analisou a autoria dos textos, o campo de saberes privilegiados pelos editores, o ritmo de produção de novos títulos e de re-impressões e as capas dos volumes (configuração tipográfica) e os dispositivos de auxílio à leitura introduzidos pelo editor nos volumes (configuração textual), ou seja, os textos introduzidos nas orelhas, as notas do tradutor, os índices, as bibliografias e as páginas de rosto. Toledo apresenta ainda as conjunturas em que se inseriu a Coleção Atualidades Pedagógicas, nos períodos Azevedo e Penna, a fim de verificar como elas influenciaram na coleção.

As dissertações de Stanislavski (2006) e Thabatha (2007) interessam como contribuição para esta pesquisa na medida em que também utilizam como referencial teórico as idéias de Roger Chartier, tendo a História Cultural como abordagem para analisar a compreensão, manipulação e estudo do livro *Saudade* e do manual *Pedagogia: teoria e prática* em suas produções inseridas nos contextos históricos e sociais de suas épocas. É dentro da mesma abordagem destas pesquisas descritas acima que esta dissertação insere-se, com o objetivo investigar a produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação nas conjunturas do mercado editorial e do campo educacional brasileiro nos anos de 1991 a 2005.

Os anos de 1991 a 2005 foram escolhidos para esta pesquisa, pois, enquanto bolsista de iniciação científica (2002 a 2005), a pesquisadora fez o levantamento dos livros publicados na área de Administração da Educação de 1991 a 2004, o que incluiu os livros sobre o financiamento. Logo, poderia aproveitar o levantamento já realizado. O ano de 2005 também foi englobado visto que o assunto ganhou destaque, nos últimos anos, com o debate em torno do fim do FUNDEF e o início do FUNDEB. Além disso, este ano (2005) delimitou o período

escolhido, porque foi o último ano antes do ingresso da pesquisadora no Mestrado em 2006. Caso contrário, o período poderia ser estendido.

Na perspectiva dos trabalhos acima referidos, no Capítulo 1, identificaram-se as políticas e a legislação no campo educacional. Teve-se como ponto de partida, o fim da década de 1980, quando por causa da crise do Estado Keynesiano, iniciaram-se as reformas no campo educacional sob as diretrizes do que foi decidido no Consenso de Washington em 1989. Em decorrência desse fato, julgou-se necessário averiguar como essas reformas de caráter neoliberal foram aplicadas no sistema de ensino brasileiro durante os quatro governos encampados no período de 1991 a 2005 e como impactaram a temática do financiamento da educação. Levando-se em consideração que a publicação dos livros depende da mediação editorial, encerrou-se o capítulo com a apresentação do quadro do mercado editorial, o qual, com a consolidação do seu processo de industrialização nos anos de 1980, diversificou-se e expandiu-se na década seguinte, apresentando certa defasagem do final de 1990 e até meados dos anos de 2000. Optou-se por estudar o mercado editorial enquanto *locus* privilegiado para análise dos livros sobre o financiamento da educação, “dado ser frente a condições postas no mercado editorial que os editores atuam e posicionam-se diferentemente e, principalmente, por ser no mercado que as comunicações entre o campo literário e o campo econômico se evidenciam (CLARO, 2000, p. 55).

Tendo em vista que, no campo educacional, a EC nº 14/96, a LDB/96 e a Lei 9.424/96 alteraram “fundamentalmente a sistemática do financiamento da educação estatal no Brasil” (DAVIES, 2001, p. 8) e que, no ano de 1997, encerrou-se a fase de bonança para se ter início de um tempo turbulento no mercado editorial, o conjunto das 41 publicações, que abordou o financiamento da educação (Quadro 2), foi analisado em duas etapas. A primeira, delimitada de 1991 a 1996, ficou reservada para o Capítulo 2 e a segunda, demarcada a partir dos anos de 1997 até 2005, distribuiu-se nos Capítulos 3 e 4 por causa do volume de publicações que nela se concentrou.

(continua)

Autor	Livros sobre o financiamento da educação (1991-2005)	Ano
WEBER, Silke (Org.)	<i>Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)</i>	1991
CUNHA, Luiz Antônio	<i>Educação, Estado e democracia no Brasil</i>	1991
SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de	<i>Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro</i>	1991
ROMÃO, José Eustáquio	<i>Poder local e educação</i>	1992

Quadro 2 – Relação do total de livros identificados de 1991 a 2005, organizados por ano.

(continuação)

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; CATANI, Afrânio Mendes	<i>Constituições estaduais brasileiras e educação</i>	1993
CAMACHO, Nelson Antonio Pereira	<i>O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp</i>	1993
GRACINDO, Regina Vinhaes	<i>O escrito, o dito e feito: educação e partidos políticos</i>	1994
OLIVEIRA, Romualdo Portela de	<i>Política educacional: impasses e alternativas</i>	1995
TOMMASI, Maria Lívia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.)	<i>O Banco Mundial e as políticas educacionais</i>	1996
CALLEGARI, Cesar	<i>As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo</i>	1997
MONLEVADE, João Antonio Cabral de	<i>Educação pública no Brasil: contos & descontos</i>	1997
SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de	<i>LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento</i>	1997
BRZEZINSKI, Iria (Org.)	<i>LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>	1997
MELCHIOR, José Carlos de Araújo	<i>Mudanças no financiamento da educação no Brasil</i>	1997
MONLEVADE, João Antonio Cabral de; FERREIRA, Eduardo Beurmann	<i>O FUNDEF e seus pecados capitais</i>	1997
COSTA, Vera Lúcia Cabral (Org.)	<i>Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento</i>	1999
DOURADO, Luiz Fernandes (Org.)	<i>Financiamento da educação básica</i>	1999
DAVIES, Nicholas	<i>O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta</i>	1999
PEREZ, José Roberto Rus	<i>Avaliação, impasses e desafios da educação básica</i>	2000
DAVIES, Nicholas	<i>Verbas da educação: o legal x o real</i>	2000
HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli (Org.)	<i>Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90</i>	2001
SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis	<i>Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa</i>	2001
OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa	<i>Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB</i>	2001
DAVIES, Nicholas	<i>O Fundef e as verbas da educação</i>	2001
DAVIES, Nicholas	<i>Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?</i>	2001
MANFREDI, Silvia Maria	<i>Educação Profissional no Brasil</i>	2002

Quadro 2 – Relação do total de livros identificados de 1991 a 2005, organizados por ano.

(continuação)

SILVA, Maria Abádia da	<i>Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial</i>	2002
CALLEGARI, Cesar	<i>O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo</i>	2002
SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de	<i>Desafios da educação municipal</i>	2003
AMARAL, Nelson Cardoso	<i>Financiamento da educação superior: estado x mercado</i>	2003
PERONI, Vera Maria Vidal	<i>Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990</i>	2003
DOURADO, Luiz Fernando Dourado; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA; João Ferreira de (Org.)	<i>Políticas e gestão da educação superior</i>	2003
RAMOS, Angélica Maria Pinheiro	<i>O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90</i>	2003
LIBERATI, Wilson Donizetti (Org.)	<i>Direito à educação: uma questão de justiça</i>	2004
BRANDÃO, Carlos da Fonseca	<i>Estrutura e funcionamento do ensino</i>	2004
DAVIES, Nicholas	<i>Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?</i>	2004
BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA; João Ferreira de (Org.)	<i>Gestão e políticas da educação</i>	2004
MANCIBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Org.)	<i>Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente</i>	2004
FRANÇA, Magna	<i>Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?</i>	2005
SILVEIRA, Vicente de Paula	<i>Direito educacional e municipalização</i>	2005
SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de	<i>Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil</i>	2005

Quadro 2 – Relação do total de livros identificados de 1991 a 2005, organizados por ano.

Sob essa divisão, nos Capítulos 2, 3 e 4, após inter-relacionar e aprofundar os dados sobre o mercado editorial e o campo educacional, apresentou-se um breve currículo dos autores, destacando a formação, espaço de atuação e, no caso específico dos autores docentes em instituições de educação superior, a relação de suas atividades de ensino e pesquisa com a temática do financiamento, com o propósito de verificar de que lugar escreviam no momento da produção dos textos. Ainda, considerando os livros como produtos editoriais, levantaram-se informações a respeito das editoras e seus espaços de circulação. Por fim, concordando com a assertiva de Chartier, na qual afirma que os “leitores, de fato, não se defrontam jamais

com textos abstratos, ideais e desprendidos de toda a materialidade: manejam ou percebem objetos e formas cujas estruturas e modalidades governam a leitura [...] procedendo à possível compreensão do texto lido [...]” (CHARTIER, 1999, p. 12-13), fez-se a análise das formas materiais dos livros e dos seus modos de uso previstos pelos produtores.

Devido à quantidade de livros identificados (41) e do tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa, não se fez a análise do conteúdo dessas publicações, considerando pertinente realizá-la em outro momento como continuidade desta pesquisa. Espera-se, todavia, que as análises aqui realizadas possam somar este trabalho ao conjunto daqueles cuja bandeira é que o essencial para compreender as publicações encontra-se “nas relações complexas, sutis, móveis, enlaçadas às formas mesmas das obras (sejam elas simbólicas ou materiais) desigualmente abertas às apropriações, aos costumes e inquietações dos seus diferentes públicos” (CHARTIER, 1999, p. 9-10).

CAPÍTULO 1

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA NO CAMPO EDUCACIONAL E NO MERCADO EDITORIAL (1991-2005)

CAPÍTULO 1 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA NO CAMPO EDUCACIONAL E NO MERCADO EDITORIAL (1991-2005)

Neste capítulo, busca-se compreender as conjunturas do campo educacional e do mercado editorial brasileiro que contribuíram para o delineamento da produção e circulação bibliográfica dos saberes a respeito do financiamento da educação nos anos de 1991 a 2005. As análises dessas conjunturas realizaram-se por meio da investigação das políticas e da legislação da educação e através do estudo do mercado editorial.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando *sempre colocadas num campo de concorrências e de competições* cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17, grifo nosso).

Dessa forma, pode-se pensar uma história cultural dos saberes sobre o financiamento da educação no Brasil (1991-2005) que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, das representações sociais.

1.1 As políticas públicas e a legislação no campo educacional: o financiamento em ascensão

O final da década de 1980 marca o início de um período de redemocratização do país e, portanto, de fortes reações ao centralismo do regime autoritário (1964-1984) e de grande revalorização da instância local, das quais decorreu uma tendência de atribuir mais autonomia

aos municípios. Tal tendência refletiu-se no campo educacional na CF/88 (FRANÇA, 2005; ROMÃO, 2006), quando a descentralização da educação tornou-se efetivamente lei. O texto do Art. 211 da CF/88, promulgado em 05 de outubro, rezava que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizariam, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino. O § 1º dispunha que a União organizaria e financiaria o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestaria assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. O § 2º estabelecia que os Municípios atuassem prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar (BRASIL, 2008i).

No entanto, este regime de colaboração foi reformulado pela EC nº 14/96, Lei 9.424/96 e confirmado pela LDB/96 (SOUZA; FARIA, 2004; FRANÇA, 2005), como exposto adiante. A fim de melhor compreender essas mudanças ocorridas no cenário educacional brasileiro, fez-se necessária a exposição do contexto internacional em que o país se encontrava.

No final da década de 1980, os países da América Latina estavam em déficit econômico e o papel do Estado passava por redefinição como consequência da crise e esgotamento do Estado Keynesiano⁹ desenvolvimentista (SOUZA; FARIA, 2004), também conhecido como *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social, o qual por meio dos seus gastos, objetivava ampliar a demanda efetiva, impulsionando o crescimento das atividades econômicas e evitando crises (RAMOS, 2003). Não imune ao fracasso de seu propósito, a crise atingiu esse Estado, traduzindo-se no aumento da inflação e do endividamento público, na queda ou no lento crescimento da produção, no aumento do desemprego e constituiu-se num forte apelo à maior penetração das idéias liberais (defesa da propriedade privada, da economia de mercado, *laissez-faire*, etc.), especialmente, de matiz neoclássica (RAMOS, 2003).

Tendo como seu principal representante Milton Friedman, a escola neoclássica defende que as forças de mercado são capazes de resolver os desequilíbrios econômicos e condena duramente a intervenção estatal na economia. Esta escola desenvolveu-se em diversos países (Alemanha, Áustria, Suíça, Inglaterra, etc.) após a crise econômica de 1870 e dominou a teoria econômica ocidental até, pelo menos, a prolongada depressão que se iniciou em 1929. A partir daí, a escola foi perdendo espaço para o pensamento keynesiano, que se tornou hegemônico após a 2ª Guerra Mundial. No entanto, esse intervencionismo estatal

⁹ J. Maynard Keynes é considerado o principal defensor do intervencionismo estatal no capitalismo para evitar ou minimizar os efeitos das crises cíclicas.

defendido pelo keynesianismo – em oposição ao *laissez-faire* – prevaleceu até os anos de 1970, quando começa ser questionado pela crise econômica de diversos países e a teoria neoclássica retoma o seu lugar na política econômica, reaparecendo, com todo vigor, as idéias defendidas por Friedman (AZEVEDO, 1997; RAMOS, 2003).

Após o Consenso de Washington¹⁰ (1989), realizado na capital americana, em novembro 1989, no *International Institute for Economy*, funcionários do governo dos EUA, dos organismos internacionais e economistas latino-americanos discutiram um conjunto de reformas essenciais para que a América Latina superasse a crise econômica e retomasse o caminho do crescimento. Formou-se a idéia hegemônica de que o Estado – sobretudo nos países periféricos – deveria focar sua atuação nas relações exteriores e na regulação financeira, com base em critérios negociados diretamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos e, posteriormente, tornaram-se modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta (CANDELORI, 2002; ABRIL, 2004). Difusores das idéias neoliberais, para estes organismos,

[...] a única saída para evitar e controlar uma crise generalizada das economias de mercado era manter um Estado que fosse forte a ponto de aniquilar o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro, ao mesmo tempo em que se efetuassem medidas de diminuição dos gastos sociais e intervenções econômicas (ANDERSON, 1995 apud FRANÇA, 2005, p. 20).

Assim, as reformas nas estruturas e no aparato de funcionamento do Estado nesses países consolidaram-se nos anos 1990, por meio de um processo de desregulamentação na economia, da privatização das empresas produtivas estatais, da abertura de mercados, das reformas de sistemas de previdência social, saúde e educação, descentralizando-se seus serviços, sob a justificativa de otimizar seus recursos (SOUZA; FARIA, 2004).

Por conseguinte, no campo educacional, as reformas ocorreram “sobre forte impacto de diagnósticos, relatórios e receituários, empregados como paradigmas por esses países” (SOUZA; FARIA, 2004, p. 566) situados às margens das economias centrais,

[...] cunhados no âmbito de órgãos multilaterais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) -, e de órgãos voltados para a cooperação técnica, como o Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações

¹⁰ A expressão Consenso de Washington foi atribuída pelo economista inglês John Williamson.

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros. No bojo de estudos e propostas elaboradas por esses organismos [...], apesar de distintos em termos de prioridades e focos, evidencia-se a defesa: da descentralização como forma de desburocratização do Estado e de abertura a novas formas de gestão da esfera pública; da autonomia gerencial para as unidades escolares e, ainda, da busca de incrementos nos índices de produtividade dos sistemas públicos, marcadamente sob inspiração neoliberal, [...], também as diferentes formas que a descentralização da educação assumiu na América Latina (por exemplo, em termos da municipalização e da regionalização)¹¹ (SOUZA; FARIA, 2004, p. 566-567).

Nestes princípios de cunho neoliberal estava presente a visão produtivista, denominada de acumulação (ou teoria) de capital humano que concebe educação como preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho¹² (RAMOS, 2003; FRANÇA, 2005).

No Brasil, a partir da década de 1990, deu-se início a reforma do Estado por via da descentralização. Esta delimitou as funções do Estado, resultando nos programas de privatização, terceirização e publicitação, “implicando a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que o Estado presta e, também, o aumento da governança [...]” (FRANÇA, 2005, p. 21).

As reformas educacionais realizadas tiveram por preceitos a descentralização e a desconcentração, este último envolvendo, fortemente, a autonomização das instituições educacionais. Assim, contribuíram para a consolidação da divisão de responsabilidades entre as instâncias de governo, incentivando as parcerias com as instituições não-governamentais, empresas privadas e comunidade. Os impactos sobre os sistemas de ensino das mudanças introduzidas com as novas legislações brasileiras, especialmente, a EC nº 14/96, a LDB/96 e a Lei 9.424/96, estabeleceram importantes parâmetros para se implementar, com efeito, o gerenciamento da educação coerente com a proposta de descentralização fundamentada no projeto de modernização da gestão pública brasileira.

Em decorrência desses fatores, prevaleceu a tendência de menor participação do Estado no financiamento da educação. Este exerceria apenas função supletiva, contribuindo, simplesmente, para diminuir as desigualdades. Segundo França (2005), o Estado

¹¹ Segundo Souza e Faria, nos anos 80, “o Chile dá início ao processo de descentralização, em plena ditadura militar; em 1992, a Argentina descentraliza seu Ensino Médio. em 1994, a Bolívia promove ampla descentralização de sua educação, já iniciada, em 1986, pela via de sua municipalização; e, em 1991, o México intensifica suas ações em torno da estadualização da educação, principiada entre o final dos anos 70 e início dos anos 80” (SOUZA; FARIA, 2004, p. 567).

¹² Os pressupostos da Teoria do Capital Humano (TCH) podem ser encontrados na Escola de Chicago, à qual também está filiado Friedman. A perspectiva da TCH volta-se para o aspecto utilitarista da educação, onde se observa uma preocupação com a capacidade humana enquanto capital, o que acaba por reduzir o homem a um simples objeto no processo produtivo na economia de mercado. Daí surge a idéia da educação como solução para as desigualdades econômicas, funcionando, dessa maneira, como mecanismo de ascensão social. Essa teoria, muito em voga a partir dos anos de 1960 e criticada notadamente na década de 80, vai encontrar, nos anos 90 um terreno muito fértil para a reafirmação dos seus princípios devido à crise da economia ocidental e à subsequente proclamação da educação como instrumento do crescimento econômico e da ascensão social (RAMOS, 2003).

descentralizou, progressivamente, suas atribuições e as materializou na educação com a EC nº 14/96, transformada na Lei 9.424/96, que instituiu o FUNDEF. Nesta Emenda, comprovou-se a desobrigação do Estado na esfera federal para com o ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, ao propor que não se aumentassem os gastos, mas que fossem apenas redistribuídos.

Uma das saídas para essa racionalização dos recursos para a educação foi a municipalização difundida pelo Banco Mundial. Essa concepção estava rigorosamente presente nas recomendações dos organismos internacionais ao Brasil “como solução ‘racional’ de combate ao desperdício de recursos na Educação Brasileira (FRANÇA, 2005, p. 17).

Assim, de acordo com Palma Filho (2005), no Brasil, o neoliberalismo começa a ascender no início dos anos 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República, tendo sofrido certa descontinuidade durante a Presidência de Itamar Franco e uma aceleração na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), principalmente no seu primeiro mandato (1995-1998).

No governo de Collor de Melo (1990-1992)¹³, iniciou-se um período de reajustes da nação brasileira “aos ditames da ‘nova ordem mundial’” (SILVA; MACHADO, 1998, p. 25) e o mercado passou a regular as relações humanas e, assim, todos os direitos dos cidadãos (tais como a saúde, a educação, a cultura, etc.). Assim, as políticas educacionais, nesse governo, foram marcadas por forte clientelismo, privatização e enfoques fragmentados (VELLOSO, 1992).

Enquanto se debatia e discutia a redemocratização e o novo paradigma sobre a gestão educacional, o governo Collor mantinha uma assessoria formada por políticos conservadores, inclusive no Ministério da Educação (MEC), caracterizando, em matéria de política educacional, um período impregnado de muito discurso e pouca ação (ARELARO, 2000; FRANÇA, 2005). As intenções desse governo para o setor educacional foram expressas nos seguintes documentos: *O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC*, de 1990, *O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação 1991-1995* e *Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional 1991*.

O MEC desencadeou o PNAC com os objetivos de mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos

¹³ Este presidente governou o Brasil apenas por dois anos, tendo deixado o cargo por *impeachment*. Foi substituído pelo seu vice, Itamar Franco, o qual terminou o seu mandato.

governamentais e não-governamentais e de reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos 5 anos seguintes (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001; MACHADO, 2008).

O *Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação 1991-1995* tinha por meta inserir o país na nova revolução tecnológica pela qual atravessava o mundo, exprimindo propostas de situar o Brasil no mundo moderno. Tais propostas apontavam para a educação como fonte potencializadora das possibilidades de um desenvolvimento sustentado e de uma sociedade democrática (TCH). Assim, as idéias de equidade, eficiência, qualidade e competitividade são introduzidas na educação. A gestão democrática da educação é focalizada por meio da descentralização dos processos decisórios, com a participação de todos os segmentos da sociedade, que deveriam contribuir, controlando e avaliando as ações implementadas e utilização dos recursos públicos na política educacional. Essa gestão significava o apoio do poder público para uma escola que exercesse autonomia, com novos rumos através do seu projeto e prática pedagógica específica (FRANÇA, 2005).

Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991) era um projeto para a Reforma do Estado, visando à modernização da economia, a qual deveria ter no setor privado sua base principal. Nesse contexto, a educação foi considerada elemento necessário à reestruturação competitiva da economia (THC) e, portanto, embora a presença do Estado fosse considerada fundamental à oferta da educação, seria preciso que ela fosse adequada à demanda da população e às necessidades econômicas do país. Esse projeto não contemplava uma proposta geral de descentralização para a educação, tampouco uma proposta relativa aos recursos financeiros. Destaca-se apenas a criação de mecanismos de integração e compatibilização dos esforços financeiros da União e dos sistemas de ensino por meio da estruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE)¹⁴ e do Salário-Educação Quota Federal¹⁵,

¹⁴ O FNDE é uma autarquia do MEC, criada pela Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, que executa as transferências de recursos públicos destinados à educação e também desenvolve ações específicas através de vários programas voltados à alimentação e ao transporte escolar, ao livro didático, à manutenção das escolas, dentre outros (BRASIL, 2008c). Tem como missão prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação, visando garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. Entre seus principais desafios estão a eficiência na arrecadação e gestão do salário-educação (maior fonte de recursos da educação fundamental), na gestão dos programas finalísticos e nas compras governamentais, além da busca permanente de parcerias estratégicas e do fortalecimento institucional. Os recursos do FNDE são direcionados aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e organizações não-governamentais para atendimento às escolas públicas de educação básica. Entre as suas ações mais importantes estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Saúde do Escolar, os programas de transporte escolar, o Fundescola, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) e o Escola Aberta. O FNDE também libera recursos para diversos projetos e ações educacionais, como o Brasil Alfabetizado, a educação de jovens e adultos, a educação especial, o ensino em áreas remanescentes de quilombos e a educação escolar indígena (BRASIL, 2008b).

compartilhando as responsabilidades de sua gestão com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME).

A tendência observada nesses dois documentos - o *Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação 1991-1995* e *Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional 1991* - é a de compartilhar responsabilidades iguais entre governo, sociedade e iniciativas privadas, reforçando a idéia de que essa articulação com o setor empresarial traria benefícios à nação brasileira, logrando, certamente, êxito na infra-estrutura econômica tecnológica e educacional. Porém, não foi dada a devida ênfase nem importância à questão da descentralização e financiamento, não havendo objetivos específicos que identificassem esse fim. Simultaneamente, as propostas das empresas e dos organismos internacionais foram elaboradas e inseridas nesse contexto (1992), mas foram apreciadas apenas no governo subsequente.

No governo de Itamar Franco (1992-1994), as diretrizes governamentais na área educacional foram expressas no *Plano Decenal para Todos 1993-2003*, sendo este o documento decisivo às políticas educacionais voltadas para a educação básica, com ênfase para o ensino fundamental. O referido *Plano*, cuja elaboração foi coordenada pelo MEC, pode ser considerado um desdobramento da participação do Brasil na Conferência de Educação para Todos, em 1990, em Jomtien, na Tailândia, promovida pela UNESCO, pelo UNICEF e pelo BIRD¹⁶.

O *Plano Decenal para Todos* (1993-2003), fruto de negociações com a UNESCO, foi concebido para dar seqüência aos compromissos internacionais que o Brasil deveria assumir.

¹⁵ O Salário-Educação foi criado por meio da Lei 4.440/64 e concebido como uma alternativa às empresas que não estavam cumprindo o que estabelecia a CF de 1946, ou seja, não ofereciam educação primária a seus empregados e filhos. A contribuição social das empresas foi fixada em 1,4% da folha de contribuição à Previdência Social. Atualmente, por força do que dispõe a EC nº 14/96, que deu nova redação ao § 5º do artigo 212 da CF, regulamentado pela Lei 9.424/96, artigo 15, a contribuição está fixada em 2,5% sobre o total da folha de contribuição das empresas e destina-se, exclusivamente, ao ensino público. O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), entretanto, retém 1% do total para cobrir custos administrativos com a arrecadação. O restante dos recursos (99%), distribuídos pelo FNDE, estão divididos em três cotas: a federal, que corresponde a 1/3 do montante para correção das desigualdades regionais; a estadual e do Distrito Federal, que equivale a 2/3 de sua receita líquida, depositada mensalmente; e a estadual e municipal, que constituem a 2/3 do total de recursos, depositada mensalmente de acordo com as respectivas matrículas no ensino fundamental, apuradas no censo educacional realizado pelo MEC (nova redação dada ao artigo 2º da Lei 9.766/98 pela Lei 10.832/2003) (PALMA FILHO, 2006; ROMÃO, 2006).

¹⁶ Esta Conferência foi um encontro promovido com o objetivo, entre outros, de enfrentamento dos desafios extraordinários para a educação, que cresceram, ao longo da década de 1980, com o desmoronamento da superestrutura política, o fortalecimento dos mercados financeiros globais e os avanços tecnológicos do sistema de produção. Emergiu novamente a preocupação com o desenvolvimento humano, vinculando-o à educação (TCH) e dando ênfase à melhoria da qualidade de vida, que tem como um de seus suportes a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (NOGUEIRA, 2001). Segundo Pinto (2002), tal conferência, vai inaugurar a política, patrocinada pelo Banco Mundial, de priorização sistemática do ensino fundamental, e de defesa da relativização do dever do Estado com a educação, tendo por base o postulado de que a tarefa de assegurar a educação é de todos os setores da sociedade.

Por isso, este *Plano* direcionou novos padrões de intervenção estatal (gestão própria do setor privado), recolocando as políticas educacionais como embates travados no âmbito das diretrizes governamentais – a descentralização. Essa visão de descentralização foi incorporada pelos planos posteriores como um redimensionamento a novas formas de gestão educacional através de um gerenciamento eficaz, com vista ao aumento da produtividade e competitividade pelas instituições escolares. Incorpora-se à linha modernizadora de implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhe autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

Em relação à temática do financiamento no referido *Plano*, destaca-se que a principal estratégia para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo foi incrementar os recursos financeiros para a manutenção e investimentos da qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua aplicação¹⁷. Como detalhamento concebeu a definição de instrumentos para controle dos gastos públicos em educação de forma a evitar que os recursos, que legal e constitucionalmente eram destinados a essa área, fossem aplicados em outros programas. As condições adicionais sobre centralização/descentralização deviam ser vistas obedecendo a dois subitens: medidas e instrumentos de implementação, destacando a consolidação de alianças; e parcerias e equalização no financiamento.

Na eficiência e equalização do financiamento, um elemento importante seria a programação e gestão dos recursos públicos, eliminando o desperdício e a superposição de ações, o que demandaria compromissos de atuação integrada e a definição de estratégias voltadas para a revisão de critérios de transferência de recursos intergovernamentais e implantação de mecanismos legais e institucionais que assegurassem agilidade e eficiência nos financiamentos compartilhados (intergovernamentais e entre fontes governamentais e não-governamentais) e equidade em sua distribuição e programação.

No entanto, este *Plano*, praticamente, não saiu do papel. De acordo com Saviani, o “mencionado plano foi formulado mais em conformidade com o objetivo pragmático de atender a condições internacionais de obtenção de financiamento para a educação, em especial aquele de algum modo ligado ao Banco Mundial” (SAVIANI, 1999, p. 129).

A partir de 1995, assume o governo federal FHC. Nesse governo, os eixos da política educacional permeiam o estabelecimento de um mecanismo objetivo e universalista de

¹⁷ No final do texto, nas “metas globais”, havia uma proposta de ampliação progressiva do gasto público em educação no PIB brasileiro para 5,5% e o aumento da remuneração do magistério público por meio de plano de carreira (PINTO, 2002).

arrecadação e repasse de recursos mínimos para as escolas. Verifica-se, no movimento dessas normas, a incorporação pelo MEC dos eixos da política de financiamento sugerida pelos organismos internacionais e pelo setor empresarial. Desse modo, as diretrizes passam a ressaltar o financiamento e a avaliação como a base da reforma educacional. Este deveria implementar mecanismos de controle de qualidade e aquele teria como o foco a definição de recursos dentro de critérios universalistas e explícitos (FRANÇA, 2005).

O documento *Mãos a obra Brasil: proposta de governo 1995-1998* expressava que a descentralização das decisões implicava uma revisão do papel das atribuições das esferas de governo, refletindo-se sobre as formulações da educação¹⁸ e suas novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade. Conforme este documento, caberia ao poder executivo coordenar e gerir as prioridades educacionais. Seriam reduzidas as responsabilidades do MEC como instância executora e a interferência direta da União nos Estados e Municípios. Para isso, o governo lideraria um projeto nacional capaz de estabelecer com clareza competências e mecanismos de repasse de recursos correspondentes, de modo a possibilitar a cada uma das instâncias de governo assumir tarefas na prestação dos serviços da educação. Seriam essenciais o fortalecimento do sistema federativo em base de cooperação, integração e articulação das ações políticas e dos recursos das diferentes esferas governamentais na área educacional.

Portanto, mais uma vez, a discussão da descentralização ganhou ênfase, apontando que a Reforma do Estado incorporou a tendência de reformulação do padrão de gestão no setor público, o da modernização e a questão da otimização na alocação de recursos para ser destacada, tendendo a deslocá-la para a escola, propiciando a discussão da participação da comunidade na gerência de recursos.

Em conformidade com a proposta *Mãos a obra Brasil*, as diretrizes do *Planejamento Político-estratégico 1995-1998* foram direcionadas ao ensino fundamental; à valorização da escola e de sua autonomia, bem como de sua responsabilidade perante o aluno, a comunidade e a sociedade; à articulação de políticas e de esforços entre as três esferas da Federação, de modo a obter resultados mais eficazes e utilização de recursos políticos e financeiros para garantir a equidade e a eficiência do sistema; e à implantação de um canal de televisão via

¹⁸ Em relação às políticas educacionais, elas continuaram a ser direcionadas e influenciadas pelo resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e, conseqüentemente, pelo *Plano Decenal da Educação para Todos*, de 1993-2003.

satélite, voltado para o atendimento à escola, ensejando novas formas de gestão escolar e parcerias com os governos estaduais.

Assim, esse *Planejamento* estabeleceu que do montante arrecadado para o financiamento, a maior parte do Salário-Educação seria investida diretamente na escola; quanto às quotas estaduais, caberia ao MEC agilizar e aprimorar os mecanismos de repasse e os critérios estritos e transparentes de equidade e eficiência da alocação de recursos; e ainda outra parte seria destinada para corrigir as diferenças existentes nas várias regiões do país, por meio de critérios objetivos que pudessem ser fiscalizados pela sociedade (FRANÇA, 2005). Conforme essa organização descentralizada, criou-se uma legislação e novos programas para o financiamento do ensino fundamental: o *FUNDEF*, a *LDB*, o *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)* e o *Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 a 2010*.

Na EC n.º 14, que criou o *FUNDEF*, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 1996, alterou-se a redação do artigo 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e foram incluídos novos parágrafos. No antigo texto, estabelecia-se que nos dez primeiros anos a contar da promulgação da Constituição/88, o poder público desenvolveria esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o artigo 212 da Constituição¹⁹, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. No novo texto do artigo 60, dispôs-se que: nos dez primeiros anos da promulgação da Emenda, os Estados, Distrito Federal e os Municípios (e não mais o poder público) deveriam aplicar sessenta por cento dos recursos destinados à educação ao ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização do atendimento e remuneração do magistério.

O § 1.º, do artigo 60, estabeleceu que os recursos do FUNDEF fossem redistribuídos entre cada Estado e seus Municípios de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas escolas estaduais e municipais do ensino fundamental, levando-se em conta as diversas etapas e modalidades da educação básica (§ 2.º). O governo Federal, de acordo com o § 3º, deveria complementar os recursos do Fundo sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor não alcançasse o mínimo definido nacionalmente. O § 5.º, estabeleceu que, no mínimo, sessenta por cento desses recursos deveriam ser utilizados exclusivamente no pagamento dos salários dos professores em efetivo exercício no magistério. O § 6.º, determinou a União a aplicação de, ao menos, trinta por cento dos recursos a que se refere o *caput* do artigo 212 da

¹⁹ O art. 212 da CF/88 instituiu que a União aplicaria, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na MDE (BRASIL, 2008h).

Constituição na erradicação do analfabetismo e no desenvolvimento do ensino fundamental e o § 7.º dispôs que a organização, a distribuição proporcional dos recursos, a fiscalização e controle e a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno seriam definidas em lei.

Com a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, regulamentou-se o FUNDEF e estabeleceu-se que: o Fundo seria composto por quinze por cento do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (proporcional às exportações – IPIexp), Desoneração de Exportações (LC 87/96) (Art. 1.º e 2.º).

Os recursos desse Fundo deveriam ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu Magistério e destinados, exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do ensino fundamental (Art. 2.º, § 6.º), sendo sessenta por cento desses recursos destinados à remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público (Art. 7.º). Durante os cinco primeiros anos de vigência desta lei, era permitido que uma parte desse percentual para o Magistério fosse utilizado na capacitação de professores leigos, aos quais foi dado o prazo de 5 anos para a habilitação necessária ao exercício docente.

A distribuição dos recursos deveria levar em conta o número de alunos matriculados em regime presencial nas respectivas redes de ensino, sendo os valores fixados anualmente pelo Presidente da República. Tendo como parâmetro o censo educacional, considerar-se-ia a diferenciação de custo por aluno, segundo os níveis de ensino e tipos de estabelecimentos, a saber: 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série, educação especial e ensino rural (Art. 2.º, § 1.º e § 3.º). Tal valor nunca deveria ser inferior a razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental (Art. 6.º, § 1.º)²⁰.

Para a União caberia a complementação dos recursos do Fundo sempre que, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, não se alcançasse o valor mínimo definido nacionalmente (Art. 6.º) e o MEC deveria realizar anualmente o censo educacional, com o objetivo de constituir a base para a distribuição dos recursos (Art. 2.º, § 4.º), sendo que após publicação no Diário Oficial da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios teriam trinta dias para apresentar recursos para retificação dos dados publicados (Art. 2.º, § 5.º).

Cada Estado e cada Município deveria ter um Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, com a atribuição de supervisionar a aplicação dos recursos do

²⁰ No primeiro ano de vigência da lei, 1997, o valor mínimo anual por aluno foi de R\$300,00.

Fundo e do censo escolar anual (Art. 4.º) e, no prazo de seis meses, deveriam dispor um novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério que assegurasse remuneração condigna, estímulo à docência e a melhoria de qualidade de ensino. O descumprimento dos recursos mínimos em educação, bem como a não-apresentação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério e/ou não-fornecimento de informações sobre o FUNDEF acarretaria em sanções administrativas, sem prejuízo civis ou penais ao agente executivo que lhe desse causa (Art. 10).

Na LDB, promulgada em de 20 de dezembro de 1996, o financiamento da educação foi tratado no Título VII (“Dos Recursos Financeiros”), compreendendo os artigos 68 a 77 (OLIVEIRA, R., 2001). O artigo 68 estabeleceu como *fontes de recursos* para a educação as receitas de impostos: da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; de transferências constitucionais e outras transferências; do Salário-Educação e outras contribuições sociais; de incentivos fiscais e outros recursos previstos em lei.

Os artigos 69 a 73 trataram da *vinculação de recursos* para a educação. Dentre esses artigos destacam-se o artigo 69, 70 e 71. O artigo 69 determinou que: a aplicação mínima, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (MDE), deveria ser de, no mínimo, dezoito por cento para a União, e vinte e cinco por cento para os Estados, Municípios e Distrito Federal ou o que constar nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas; a parcela da arrecadação de impostos transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não seria considerada receita do governo que a transferisse para efeito do cálculo previsto nesse artigo (§ 1.º); os seguintes prazos para repasse de recursos fossem respeitados: recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia; recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia; recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

O artigo 70 estabeleceu como despesas de MDE: remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas relacionados à maior qualidade e expansão do ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; aquisição de material didático-escolar e manutenção e desenvolvimento de programas de transporte escolar.

Já o artigo 71, opostamente, instituiu que não seriam despesas de MDE: pesquisa que não visasse ao aprimoramento da qualidade e expansão do ensino; subvenção a instituições

públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural; formação de quadros especiais para a administração pública (militares, civis ou diplomáticos); programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social; obras de infra-estrutura; pessoal docente e demais trabalhadores da educação em desvio de função ou em atividade alheia à MDE.

Os artigos 74 a 76 definiram o *padrão de qualidade* da educação. Particularmente, interessa explicitar o artigo 74, o qual, entre outras coisas, constituiu que, a União, junto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam estabelecer um padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, assegurando assim um ensino de qualidade.

Por fim, o artigo 77, referente à *transferência de recursos públicos para a escola privada* dispôs que os recursos públicos seriam destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas filantrópicas e também a bolsas de estudo para a educação básica quando necessário.

O PDDE (Resolução nº 03/97), vinculado ao Plano de Aceleração da Aprendizagem, do FNDE, foi criado para as redes municipais e estaduais de ensino fundamental, tendo como objetivo descentralizar a execução de recursos federais, reforçar a autonomia gerencial e a participação social das unidades escolares e contribuir para a melhoria da infra-estrutura física e pedagógica das escolas (FRANÇA, 2005). Os recursos do MEC seriam repassados pelo FNDE mediante convênios firmados com as escolas estaduais e municipais que tivessem suas Unidades Executoras (Caixa Escolar, Conselho, Associação de Pais, etc.), conforme escala de alunos (no mínimo, 50) e respectivos valores em custeio e capital por região brasileira.

Quanto ao PNE (Lei n.º 10.172/2001), o Congresso Nacional propôs metas relacionadas à descentralização da gestão e à racionalização financeira para o financiamento da educação (FRANÇA, 2005). Assim, foram estabelecidas 44 metas, dentre as quais se destacam: a meta 1, elevação dos gastos públicos em educação até atingir 7% do PIB, ampliando-se à razão de 0,5% do PIB nos primeiros 4 anos e 0,6% do PIB no 5º ano, mas que foi vetada pelo presidente; a meta 6, garantir, nos planos plurianuais, a previsão de suporte financeiro às metas do PNE; a meta 7, orientar os orçamentos de modo que se cumpram as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de 2 anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno que correspondessem a padrões mínimos de qualidade, definidos nacionalmente, também vetada; a meta 13, garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público da esfera federal, excluindo-se estes gastos das despesas com MDE, foi vetada; a meta 33, informatizar, em 10

anos, a administração de todas as escolas com mais de 100 alunos, conectando-as em rede com as secretarias de educação; e a meta 35, assegurar que, em 5 anos, 50% dos diretores possuíssem formação específica de nível superior, atingindo a totalidade em 10 anos.

No quarto governo, o do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato (2003-2006), as políticas voltaram-se para a geração de superávit fiscal, a fim de pagar os juros da dívida externa e interna, satisfazendo ao desejo dos capitalistas financeiros (DAVIES, 2004). Por conseguinte, visou-se o corte dos gastos sociais e intensificaram-se as parcerias com o setor privado em todas as áreas, dentre elas a educacional, principalmente, no ensino superior (DAVIES, 2004).

Uma primeira evidência foi uma redução de 13,4%, em 2004, no orçamento federal para a educação. Uma segunda apareceu na proposta, feita pelo ministro Cristovam Buarque, do fim da gratuidade do ensino superior público. Outra evidência encontrou-se no financiamento ao estudante do ensino superior privado (FIES) que cresceu significativamente em 2004. A quarta demonstra-se pelo fato das escolas privadas serem

[...] beneficiadas com uma série de isenções fiscais (para todas que se definam como sem fins lucrativos) e previdenciárias (só para as declaradas filantrópicas), de incentivos dados pelo governo federal e por governos estaduais, e pelo controle privado de órgãos como os Conselhos de Educação, responsáveis por autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições [...]. (DAVIES, 2004, p. 250).

Uma última evidência a ser apontada foi da “Universidade para Todos”, cuja meta era “oferecer mil vagas em 2004 e 400 mil até 2006, oferecidas por vários tipos de instituições privadas em troca de renúncia fiscal pelo governo federal” (DAVIES, 2004, p. 250).

As principais diretrizes do governo Lula para o financiamento da educação da educação básica foram expressas, até 2005, em dois documentos: na *PEC 415/2005* e no *Anteprojeto de Lei de Regulamentação do FUNDEB* (segunda versão). Em 14 de junho de 2005, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional a *PEC 415*, a fim de regulamentar o FUNDEB²¹ como um fundo contábil único, de âmbito estadual, que viria para

²¹ O FUNDEB foi criado pela PEC 112/99 e regulamentado pela lei Lei nº 11.494/2007. Segundo esta lei, o FUNDEB terá vigência até 2.020 e atenderá, a partir do 3º ano, 47 milhões de alunos da educação básica, contemplando creche, educação infantil, ensino fundamental e médio, educação especial e educação de jovens e adultos, sendo constituído por 20% do FPE; FPM; ICMS; IPIexp; Desoneração de Exportações (LC 87/96); ITCMD; IPVA e quota parte de 50% do ITR. Assim, estabeleceu-se que o aporte do governo federal ao Fundo

contemplar os três níveis da educação básica, bem como suas diversas modalidades, afirmando a importância de integrar, conceitualmente e na prática, o conjunto que perfaz a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Teria vigência até 31 de dezembro de 2019, entrando em vigor a partir da data de promulgação da Emenda.

Os recursos que constituiriam o Fundo seriam de dezesseis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento, no primeiro ano, e iriam aumentando um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento até atingir vinte por cento no 4º ano, sobre Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp) e sobre a Desoneração de Exportações (LC 87/96)²².

Quanto aos seguintes impostos: Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações (ITCMD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza incidente na Fonte – IRRF, sobre rendimentos pagos a qualquer título pelos Municípios; Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza incidente na Fonte – IRRF, sobre rendimentos pagos a qualquer título pelos Estados; e Quota Parte de cinquenta por cento do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR) devida aos Municípios, os Estados, Distrito Federal e os Municípios, todos contribuiriam com cinco por cento, no primeiro ano, e aumentariam cinco por cento a cada ano até atingir vinte por cento (20%), no quarto ano.

A distribuição destes recursos, relacionados acima, entre o Distrito Federal, Estados e Municípios, seria proporcional ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica, matriculados nas respectivas redes de educação básica. Para efeito da distribuição de recursos dos Fundos seria levada em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-ia, para a pré-escola, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos (EJA), um quarto das matrículas no primeiro ano de vigência dos Fundos, metade das matrículas no segundo ano, três quartos das matrículas no terceiro ano e a totalidade das matrículas a partir do quarto ano.

A União complementaria os recursos Fundos, sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançasse o mínimo definido nacionalmente. A complementação seria de R\$ 4,3 bilhões, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos. Essa

aumentaria para R\$ 2 bilhões em 2007, R\$ 3 bilhões em 2008, R\$ 4,5 bilhões em 2009 e 10% do montante resultante da contribuição dos Estados e Municípios a partir de 2010 (BRASIL, 2008b).

²² Estes impostos constam na Lei 9.424/96, que regulamentou o FUNDEF.

complementação da União seria realizada mediante redução permanente de outras despesas, inclusive redução de despesas de custeio, observadas as metas fiscais e os limites de despesas correntes fixados na lei de diretrizes orçamentárias. O Ato do Poder Executivo seria encarregado de dispor sobre a correção anual dos valores, de forma a preservar o valor real da complementação da União.

Segundo essa PEC (artigo 2.º, inciso VI), a vinculação de recursos para a MDE suportaria, no máximo, trinta por cento do valor da complementação da União, considerando-se o valor previsto de R\$ 4,3 bilhões e o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício seria de, no mínimo, sessenta por cento dos recursos de cada Fundo.

A segunda versão do *Anteprojeto de Lei de Regulação do FUNDEB*²³, de novembro de 2005, instituiria o FUNDEB em cada Estado e no Distrito Federal com vigência a partir de 1.º de janeiro, do ano subsequente à promulgação da Lei, até 31 de dezembro de 2019, conforme disposto nos termos do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. De acordo com tal documento, o FUNDEB teria por objetivo a manutenção e o desenvolvimento da educação básica e a remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

Em relação à complementação dos recursos do FUNDEB pela União, o *Anteprojeto* apresentava os valores fixados, para o primeiro ano de vigência do Fundo, em R\$ 1,9 bilhão; R\$ 2,7 bilhões, para o segundo ano; R\$ 3,5 bilhões, para o terceiro ano e R\$ 4,3 bilhões, a partir do quarto ano.

A distribuição dos recursos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-ia entre o governo Estadual e os governos Municipais, considerando-se para esse fim os dados apurados no Censo Escolar do ano imediatamente anterior, relativo às matrículas da pré-escola, do ensino fundamental, do ensino médio, da modalidade de educação especial oferecida na rede regular de ensino, em classes comuns, em classes especiais das escolas regulares e em escolas especiais ou especializadas e da modalidade de EJA, mantida em cursos presenciais com avaliação no processo ensino-aprendizagem, no âmbito do ensino fundamental e médio.

Também seriam considerados para a distribuição de recursos os seguintes fatores de diferenciação: pré-escola, 1ª a 4ª séries do ensino fundamental urbano, 1ª a 4ª séries do ensino

²³ Cabe ressaltar que os dados apontados desse Anteprojeto são alguns daqueles que não constam na PEC 415/2005, considerados mais relevantes.

fundamental rural, 5ª a 8ª séries do ensino fundamental urbano, 5ª a 8ª séries do ensino fundamental rural, ensino médio urbano, ensino médio rural, ensino médio integrado à educação profissional, educação especial, educação indígena e quilombola, educação de jovens e adultos integrada à educação profissional. Os coeficientes de distribuição seriam calculados e publicados pelo MEC até vinte de dezembro de cada exercício, para vigorar no exercício seguinte, tomando por base o número de alunos apurado no censo escolar.

O valor nacional por aluno/ano, para fins de garantia dos repasses *per capita* à conta do FUNDEB, seria fixado por Decreto do Presidente da República, até 31 de dezembro de cada exercício, para vigorar no exercício seguinte, considerando os fatores de diferenciação da educação básica, o total da receita do Fundo, a previsão do montante anual mínimo de recursos da complementação da União ao Fundo e as matrículas atendidas pelos respectivos sistemas de ensino. Além disso, este valor não poderia ser inferior ao valor mínimo por aluno do último ano de vigência do FUNDEF; caso fosse, adotar-se-ia o FUNDEF para a distribuição dos recursos, mantendo-se as demais proporções, na forma do regulamento.

As contas bancárias de movimentação dos recursos do FUNDEB seriam geridas com a participação do secretário de educação competente, ou por dirigente equivalente, conforme o caso, e não se sujeitariam a sigilo bancário, podendo as informações relativas à utilização dos recursos e aos correspondentes saldos bancários serem disponibilizados em meio eletrônico que viabilizasse consulta direta ou mediante extratos, fornecidos aos membros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas (TC) competente, aos parlamentares dos Poderes Legislativos estaduais, municipais e do Distrito Federal e aos Delegados de Polícia Civil ou Federal, com o objetivo de facilitar o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos recursos, bem como a instrução de procedimento administrativo ou inquéritos policiais que envolvessem a utilização de recursos do Fundo. Para a sociedade em geral, as informações relativas à utilização dos recursos e aos correspondentes saldos bancários seriam disponibilizados mediante divulgação em meio eletrônico ou em documentos impressos afixados em locais de fácil acesso e boa visibilidade do público.

Para fins de aplicação da parcela mínima prevista, considerar-se-ia *remuneração*: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes; *profissionais do magistério da educação*: docentes, profissionais que oferecessem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou

administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; *efetivo exercício*: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério, associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou permanente, com o ente governamental que o remuneraria, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não implicassem em rompimento da relação contratual existente (artigo 15, § 3.º, incisos I, II e III).

Seria vedada a utilização dos recursos do FUNDEB no financiamento das despesas não consideradas como: manutenção e desenvolvimento da educação básica (conforme o art. 71 da Lei nº 9.394, de 1996); garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, que não se destinassem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de MDE para a educação básica; e pagamento de inativos e pensionistas, ainda que egressos do grupo dos profissionais da educação.

O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB seriam exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por Conselhos instituídos especificamente para esse fim. Os Conselhos do FUNDEB atuariam com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local, e seriam instituídos no prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, e renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

A atuação dos membros dos Conselhos do Fundo não seria remunerada; seria considerada atividade de relevante interesse social; asseguraria isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de Conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiassem ou deles recebessem informações; asseguraria, quando os Conselheiros fossem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, vedação de exoneração ou demissão do cargo ou emprego permanente sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuassem e vedação de afastamento involuntário e injustificado da condição de Conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido nomeado.

Aos Conselhos caberia, ainda, a tarefa de supervisionar o Censo Escolar Anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçariam a operacionalização do FUNDEB.

A fiscalização e o controle referentes ao cumprimento do disposto no art. 212 da CF e ao disposto por esse Anteprojeto de Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do FUNDEB, seriam exercidos pelo órgão de controle interno no âmbito da União e pelos órgãos de controle interno no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; pelos Tribunais de Contas (TCs) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, junto aos respectivos entes governamentais sob suas jurisdições; pelo TCs da União, no que tange às atribuições a cargo dos órgãos federais, especialmente em relação à complementação da União.

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam implantar planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica, de modo a assegurar a remuneração condigna dos profissionais em efetivo exercício na educação básica da rede pública; o estímulo ao trabalho; a melhoria da qualidade do ensino. Os novos planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação deveriam contemplar investimentos na capacitação desses profissionais, especialmente voltada à formação continuada, com vistas à melhoria qualitativa do ensino.

Seria papel da União desenvolver e apoiar políticas de estímulo às iniciativas de melhoria de qualidade do ensino, acesso e permanência na escola, promovidas pelas Unidades Federadas, em especial aquelas voltadas para a inclusão de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Para França, a temática do financiamento, pela sua importância, em face da garantia da melhoria da qualidade do ensino, tem sido apresentada nos últimos anos como uma das principais *metas* das políticas educacionais (FRANÇA, 2005). Entretanto, mediante a análise efetuada, pode-se concluir que o financiamento da educação foi (e vem sendo) uma *via* por meio do qual se encontrou caminho para realinhar as políticas e impor as reformas no campo da educação de acordo com as idéias neoliberais. Por esta razão, a temática apresentou-se, progressivamente, como assunto prioritário na pauta da política e da legislação educacionais (SANTOS, 2004).

1.2 A expansão do mercado de livros sobre o financiamento da educação

No mercado editorial desde a década de 1980, houve uma grande expansão no número de editoras tanto comerciais como universitárias (ALVES, 2006; CLARO, 2000). As

comerciais expandiram com o surgimento de inúmeras editoras de pequeno e médio porte e as universitárias ganharam significativo espaço no mercado com o elevado aumento da criação de editoras vinculadas às instituições de educação superior, as quais também sofreram expressivo crescimento nesse período. No entanto, ambos os tipos de editoras, em geral, foram criadas com o objetivo de publicar saberes especializados e, portanto, atender a um público restrito, mas de seu interesse.

Uma série de pequenas e médias editoras surgiu ou ganhou espaço entre a década de 80 e princípios da década de 90 [...], editoras estas que, reconhecendo a existência de públicos específicos, entraram no mercado com títulos selecionados, apostando, em geral, na alta qualidade para disputar o reconhecimento do leitor e, se possível, com ele criar um vínculo que possa permitir suplantar os problemas característicos de sua posição - periférica - no campo, comuns a este nicho editorial (CLARO, 2000, p. 42-43).

Por essa razão, surgiram muitos editores de casas comerciais pequenas e médias que resolveram publicar livros acadêmicos, pois para estes profissionais, “a busca de um público *selecionado, afinado* com uma proposta de qualidade é a tônica de seus empreendimentos” (CLARO, 2000, p. 68, grifos do autor). Além disso, as parcerias com as universidades foi uma das estratégias de legitimação utilizadas por essas editoras que “não contando com capital econômico suficiente para permitir ações mais efetivas de projeção”, buscaram “um posicionamento mais favorável no mercado” (CLARO, 2000, p. 67).

As parcerias entre editoras comerciais e universitárias para a publicação de livros foi também uma das estratégias editoriais universitárias – em geral, privadas - para manterem o funcionamento. Em uma entrevista a Hipermeios²⁴ sobre consolidação das editoras universitárias no Brasil, Leoberto Balbino, gerente editorial da Editora Anhembi Morumbi, dizendo da necessidade de subsídios para a publicação de um livro por uma editora universitária, declarou: “[...] também contamos com parcerias de empresas e instituições que se preocupam com o desenvolvimento científico e cultural e estão em consonância com a missão institucional da universidade” (BALBINO, 2007 apud FREITAS, 2007).

Há também editoras comerciais de pequeno e médio porte que buscaram parcerias com editoras universitárias, em especial, públicas a fim de repassar a maior parte dos gastos para estas e permanecer com os direitos de publicação. Mas, não se pode ignorar que, nos anos 1990, houve uma aproximação das editoras universitárias à dinâmica do mercado, havendo

²⁴ A Hipermeios é uma produtora de conteúdo para *sites* e outras mídias. Funciona como agência de notícias e oficina de criação de textos, idéias e soluções na área de comunicação.

uma pressão para que pudessem gerar lucros ou, ao menos, não permanecer deficitárias (CLARO, 2000).

O mercado editorial, no início dos anos de 1990, sofreu grande expansão e diversificação (ALVES, 2006; CLARO, 2000). Com a industrialização da cultura, iniciada no fim dos anos de 1970 e consolidada nos anos 80, abriu-se espaço para a lógica empresarial no campo literário. Por isso, as editoras sofreram “uma profissionalização da relação entre editores e escritores, bem como uma maior divulgação e circulação do livro, ampliando seu público” (ALMEIDA, 2003, p. 1). Novas editoras estrearam nesse mercado com títulos selecionados e de alta qualidade, reconhecendo que com aumento da escolaridade média, a expansão da educação superior e da tiragem de jornais e revistas, o mercado tinha agora públicos específicos, em sua maioria, de classe média urbana composta pelos estratos mais escolarizados, como professores, universitários, jornalistas, profissionais liberais, etc., que necessitavam ser atendidos.

Esse crescimento do ramo editorial causado também pelo controle da inflação e conseqüente elevação do poder aquisitivo (pelo aumento de crédito, vendas à prazo, parcelamento das dívidas) geraram um aumento do consumo e abertura do mercado (ALMEIDA, 2003; CLARO, 2000; STRECKER, 2007). Assim, a aquisição de editoras nacionais (em geral, as maiores e tradicionais no mercado) por grandes grupos internacionais – por exemplo, a compra da Ática Shopping Cultural pelo grupo francês FNAC²⁵ – marcou o mercado editorial (CLARO, 2000; STRECKER, 2007) que

[...] entrou na era das *megastores* e dos hipermercados de livros (Livraria Cultura, Ática, Siciliano e Saraiva abriram novas instalações ao lado de grupos internacionais que chegaram ao Brasil, como a FNAC francesa e a Darby norte-americana), com amplo apelo de marketing e promoção de grandes eventos, como feiras e bienais, que atraem multidões²⁶.” (ALMEIDA, 2003, p. 7).

Nesse cenário, a percepção dos livros como artigos de comércio (sem deixar de reforçar seu papel enquanto capital cultural) impulsionou o mercado editorial no sentido de um desenvolvimento - em qualidade e quantidade de publicações - de características sem

²⁵ Sobre a história editorial da Ática, consultar Borelli (2004).

²⁶ A Bienal do Livro, na Expo Center Norte de São Paulo, em 1999, reuniu 815 expositores e promoveu o lançamento de milhares de títulos novos em primeiras edições: 950 títulos de literatura adulta, 1.400 de literatura infantil e mais de 700 de literatura juvenil. A feira teve como público total cerca de 1,4 milhão de visitantes em 15 dias. Fonte: Câmara Brasileira do Livro (CBL)/ Fundação João Pinheiro (MG).

precedentes na história da produção literária nacional. Desse modo, a apreciação do livro como objeto de consumo, e do leitor como consumidor surgem para o editor como imperativos de sobrevivência no mercado (CLARO, 2000).

No aspecto qualitativo das publicações, os editores preocuparam-se em conseguir públicos, entrando na “lógica da disputa simbólica pela ‘distinção cultural’” (ALMEIDA, 2003, p. 3, grifo do autor) ou pela legitimidade. Algumas editoras, principalmente aquelas cujas tiragens de livros giravam em torno de 1.000 a 3.000 exemplares²⁷, buscaram “o ‘apoio’ simbólico oriundo de uma legitimidade dada pela vinculação à universidade” (CLARO, 2000, p. 122, grifo do autor), pois acreditavam que esta lhe garantiria um público que reconhecesse seu trabalho, acompanhasse seus lançamentos e indicasse suas publicações a seus pares para a sua manutenção e projeção no campo. Já as editoras com tiragens maiores associaram-se com o capital estrangeiro na tentativa de captar recursos e acelerar a expansão da empresa e as editoras universitárias passaram a assumir uma postura mais competitiva no mercado²⁸.

As editoras em geral, acreditando que a qualidade do livro também se revela através de sua forma física, pela qual se dá a primeira relação do editor com o leitor (bem como com o distribuidor, com o livreiro, com o crítico), investiram nas técnicas de *layout* e estratégias de *marketing* para aprimorar a aparência do livro e atrair o consumidor. De acordo com Claro,

[...] é na apresentação gráfica dos livros que estarão concentrados os esforços primários de “marketing”. Para uma editora pequena (e mesmo para as médias e grandes) colocar no mercado um livro qualquer, e fazer com que esse livro ganhe destaque e distinção em meio à concorrência é tarefa que não pode contar apenas com o capital de relações ou com a qualidade do conteúdo impresso. É preciso que o livro “salte aos olhos”, primeiro do distribuidor, do divulgador, depois do livreiro e, então, do leitor. É preciso que a capa seja atraente, é preciso que o consumidor deseje o livro não apenas como leitura, mas como objeto de posse. É preciso que o consumidor queira exibir o livro em sua prateleira, o que pode ser motivado pela divulgação que tenha o livro (que se constituirá então como fonte de status para aquele que o possui), mas também pela sua beleza. (CLARO, 2000, p. 102).

Os editores cientes de que a capa é elemento essencial na identificação dos livros pelos seus leitores, utilizaram-se de uma “fórmula” ou estratégia editorial para comercialização: fizeram-nas com *designs* bastante diversificados (cores, imagens/ilustrações

²⁷ Essa média de tiragens é atribuída às editoras consideradas empresas pequenas e médias (CLARO, 2000). Esses tipos de editora representam mais da metade das editoras nos anos de 1990 (Anexo A).

²⁸ Sobre as editoras universitárias, consultar Marques Neto (2003).

e formatações variadas), buscando dessa forma garantir maior visibilidade, cada vez mais reduzida pela multiplicidade de títulos nas prateleiras das livrarias. Chartier afirma que:

Os editores (ou seja, o livreiro ou o impressor que decide publicar uma obra, que publica um livro), sem necessariamente controlar a própria forma dos textos, entregue às preferências dos autores, dos copistas, dos corretores e dos compositores, desempenharam, contudo, um papel essencial na mediação cultural inventando as fórmulas capazes de associar repertório textual e capacidade produtiva (CHARTIER, 2002, p. 75).

Assim, o desenvolvimento do mercado editorial, com base nas estatísticas fornecidas pela Câmara Brasileira do Livro (2006), apontou, do início da década de 1990 até o ano de 1997, um comportamento ascendente tanto no número de títulos como no número de exemplares publicados. Todavia, a partir de 1998, deu-se início a uma queda que se estendeu até 2004, cujos indícios de recuperação apresentaram-se apenas em 2005 (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 – Quantidade de títulos e exemplares publicados no Brasil:
1991-2005

(continua)

Ano	Títulos	Exemplares
1991	28.450	303.492.000
1992	27.561	189.892.128
1993	33.509	222.522.318
1994	38.253	245.986.312
1995	40.503	330.834.320
1996	43.315	376.747.137
1997	51.460	381.870.374

Tabela 1 – Quantidade de títulos e exemplares publicados no Brasil:
1991-2005

(continuação)

1998	49.746	369.186.474
1999	43.697	295.442.356
2000	45.111	329.519.650
2001	40.900	331.100.000
2002	39.800	338.700.000
2003	35.590	299.400.000
2004	34.858	320.094.027
2005	41.528	306.463.687

Fonte: CBL, 2006.



Gráfico 1 - Quantidade de títulos publicados no Brasil: 1991-2005

Fonte: CBL, 2006.

Tal declínio na produção de livros deveu-se, especialmente, a dois fatores interligados: 1) à redução da renda média do brasileiro, que mantém estreita relação com a manutenção do mercado editorial, cujas perdas totais chegaram a 25% entre 1997-2003 (CBL; SNEL, 2003) e 2) a uma crise no setor causada pela a desvalorização do real, que aumentou o custo do papel, encarecendo o preço final do livro, o que baixou o número de exemplares vendidos. Em 1999, um dos anos mais críticos dessa crise, o aumento do custo do papel chegou a 25% e a diminuição no número de exemplares vendidos a 30% (PAZ, 2003).

Em meio a essa situação não muito favorável do mercado editorial, por causa da queda no número de títulos produzidos e exemplares vendidos, os indicadores mostraram que o faturamento do setor no período foi estável (Tabela 2). Esse resultado repercutiu a variedade de produtos comercializados, caracterizado por uma significativa venda de livros mais caros, tais como bíblias de luxo, livros didáticos para ensino médio, obras gerais e científicas, e livros específicos para profissionais.

Tabela 2 - Produção e vendas do setor editorial brasileiro: 1997-2005

Ano	PRODUÇÃO (1º edição e reedição)		VENDAS	
	Títulos	Exemplares	Exemplares	Faturamento (R\$)
1997	51.460	381.870.374	348.152.034	1.845.467.967
1998	49.746	369.186.474	410.334.641	2.083.338.907
1999	43.697	295.442.356	289.679.546	1.817.826.339
2000	45.111	329.519.650	334.235.160	2.060.386.759
2001	40.900	331.100.000	299.400.000	2.267.000.000

2002	39.800	338.700.000	320.600.000	2.181.000.000
2003	35.590	299.400.000	255.830.000	2.363.580.000
2004	34.858	320.094.027	288.675.136	2.477.031.850
2005	41.528	306.463.687	270.386.729	2.572.534.074
2006	46.026	320.636.824	310.374.033	2.880.450.427

Fonte: SNEL, 2006

As novas exigências do mercado e o crescimento do número de alunos universitários - público consumidor por excelência dos livros Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP) -, que passou de 1.565.056, em 1991, para 4.453.156, em 2005 (Anexo B), também foram fatores responsáveis por certa estabilidade do faturamento do setor (PAZ, 2003; EARP; KORNIS, 2005; STRECKER, 2007). Conforme pesquisa do MEC,

Após expansão acelerada nas décadas de 60 e 70, com taxa média anual de crescimento de 18% no período 1962-69 e, de 13%, entre 1970-79, o sistema de Educação Superior ficou praticamente estagnado na década de 80. O número de matrículas no ensino superior voltou a ter um crescimento expressivo somente a partir da segunda metade da década de 90. No período 1991-94, a taxa média anual foi de 2% (BRASIL, 2008a).

Ainda, segundo informações do MEC, de 1994 até 2001, o aumento da matrícula da educação superior foi de 82% (BRASIL, 2008a) e, de 2002 a 2005 o número de matriculados nos cursos de graduação presenciais aumentou cerca de 28% (BRASIL, 2008a). Por conseguinte, as “editoras em geral adotaram uma política de publicar livros para esse pequeno grupo da sociedade que mais consome obras impressas, ou seja, os 17 milhões de brasileiros que compram livros. E compram muito. Média anual de 5,9 por pessoa” (PAZ, 2003, p. 36).

Nessa conjuntura, o mercado de livros sobre o financiamento da educação emergiu, sendo favorecido tanto pela pelas políticas educacionais para a educação básica quanto por aquelas formuladas para a educação superior que, desde o ano de 1990, têm sido formuladas com base nas idéias neoliberais, expressas nas orientações do Banco Mundial. Principalmente, no governo de FHC, as políticas formuladas para o curso de Pós-Graduação *stricto sensu* recomendavam a execução de atividades, tais como: estágio docente; avaliação quantitativa e qualitativa de publicações (*Qualis*²⁹) e de participação em eventos; obrigatoriedade de filiação

²⁹ *Qualis* é o resultado do processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de Pós-Graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Tal processo foi concebido pela CAPES

a grupos de pesquisas, a fim de controlar os resultados das universidades e medir a quantidade de produtos produzidos pela instituição (LINDINHO, 2005).

Neste momento, e possivelmente em consequência dessa orientação, aumentou o número de publicações. De acordo com Marques Neto (2003), a produção editorial na área da educação ocupava o segundo lugar no *ranking* de editoras universitárias em 2001 (Anexo C). Assim, a partir de 1997, o desenvolvimento de estudos sobre o financiamento da educação ascendeu, bem como, à produção de livros sobre o assunto (Tabela 3 e Gráfico 2).

Tabela 3 – Quantidade de publicações em 1ª edição sobre o financiamento da educação brasileira:1991- 2005

(continua)

Ano	Nº de publicações
1991	3
1992	1
1993	2
1994	1
1995	1
1996	1
1997	6
1998	---
1999	3

Tabela 3 – Quantidade de publicações em 1ª edição sobre o financiamento da educação brasileira:1991- 2005

(continuação)

2000	2
2001	5
2002	3
2003	5
2004	5
2005	3
Total	41

Fonte: Dados da pesquisa

para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e baseia-se nas informações fornecidas pelos programas e pela Coleta de Dados. Esta base de dados fica disponível no *site* da CAPES e constitui importante fonte de informação para as diferentes áreas do conhecimento. A classificação é feita ou coordenada pelo representante de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de Pós-Graduação são enquadrados em categorias indicativas da qualidade - A, B ou C e do âmbito de circulação dos mesmos - local, nacional ou internacional. As combinações dessas categorias compõem nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado, e, por inferência, do próprio trabalho divulgado (BRASIL,2008e).

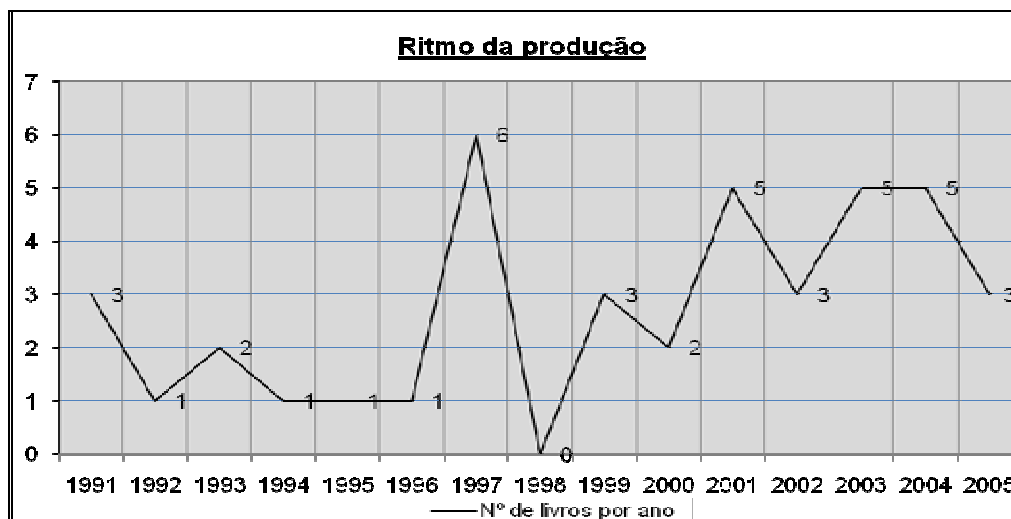


Gráfico 2 - Quantidade de publicações em 1ª edição sobre o financiamento da educação brasileira: 1991- 2005.

Fonte: Dados da pesquisa.

O ritmo da produção dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil, durante os anos de 1991 a 2005, revelou dois momentos: um, de inércia (1991-1996), e outro, de aceleração (1997-2005), acompanhando a movimentação da temática dentro do campo educacional. Durante a fase de inércia, o financiamento da educação não era assunto em pauta nas reuniões educacionais, mas, principalmente com a promulgação da EC nº 14/96, da LDB/96 e da Lei nº 9.424/96, as quais regulamentaram e oficializaram as mudanças propostas pelas agências internacionais para a reorganização do papel do financiamento na educação brasileira, a temática entrou com preeminência na ordem do dia. Conseqüentemente, autores e editores perceberam a necessidade de divulgação dessas transformações particularmente no meio acadêmico, a fim de atender às pessoas que se dedicavam ao campo e, por isso, acelerou-se a produção referente à temática, passando-se a fase seguinte.

Somaram-se a esses fatores do campo educacional, os de ordem editorial-mercadológica. No delineamento do ritmo da produção dos livros sobre o financiamento da educação, o ano de 1996 marcou o final de um tempo de ascensão neste campo e, por conseguinte, em 1997, registrou-se o início de um período de relativa estagnação da produção total de livros, que chegou a ser considerada, pelos economistas Earp e Kornis (2005), uma crise no setor.

Porém, essa “crise” também favoreceu a aceleração da produção e da circulação bibliográfica do financiamento da educação. Tal bibliografia encontrava-se imersa na subcategoria de livros CTPs, na qual os editores passaram a investir por conter nesta um público mais ativo (PAZ, 2003), com grande potencial de expansão devido ao aumento das

matrículas na educação superior (BRASIL, 2008a). Além disso, esta subcategoria, de acordo com Earp e Kornis, é “[...] onde o faturamento médio é o mais elevado do setor [...]” (EARP; KORNIS, 2005, p. 15), aja vista os elevados custos desse tipo de literatura.

Percebe-se, portanto, que o ritmo de produção e circulação dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil de 1991 a 2005 (Gráfico 2) esteve diretamente relacionado aos campos da educação e do mercado editorial os quais movimentavam os saberes a respeito desta temática. Assim, nos capítulos posteriores, coube minuciosa análise da relação entre o financiamento da educação e esses campos, para melhor compreender a produção e a circulação desses saberes em sua materialidade.

CAPÍTULO 2

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM INÉRCIA: AS PUBLICAÇÕES NO PERÍODO DE 1991 a 1996

CAPÍTULO 2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM INÉRCIA: AS PUBLICAÇÕES NO PERÍODO DE 1991 a 1996

O escopo, neste capítulo, é compreender e analisar a produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação realizadas, principalmente, pelos docentes de cursos de formação de professores mediante a caracterização do mercado editorial desta temática, a análise dos aspectos materiais dos livros e o estudo dos usos previstos pelos seus produtores no período de 1991 a 1996.

2.1 O financiamento da educação na contramão do mercado editorial

O mercado editorial, no período de 1991 a 1996, sofreu grandes alterações em seu perfil, conhecendo considerável avanço nos catálogos, na qualidade gráfica, na diversidade de editoras e na quantidade de publicações (CLARO, 2000; ALMEIDA, 2003), quando comparado ao mercado editorial da década anterior. Os anos de 1991 a 1996 configuram-se como um período determinante para o crescimento do mercado editorial brasileiro e para consolidação do próprio mercado de livros que, nessa época, movimentava cerca de R\$ 1,85 bilhões por ano (Tabela 4 e Gráfico 3).

Tabela 4: Faturamento (R\$) das editoras brasileiras no período 1991-1996*

Ano	Faturamento (R\$)
1991	871,6
1992	803,3
1993	931,0
1994	1.261,30
1995	1.857,30
1996	1.896,20

*Dados em milhões.

Fonte: Claro, 2000, p. 27.

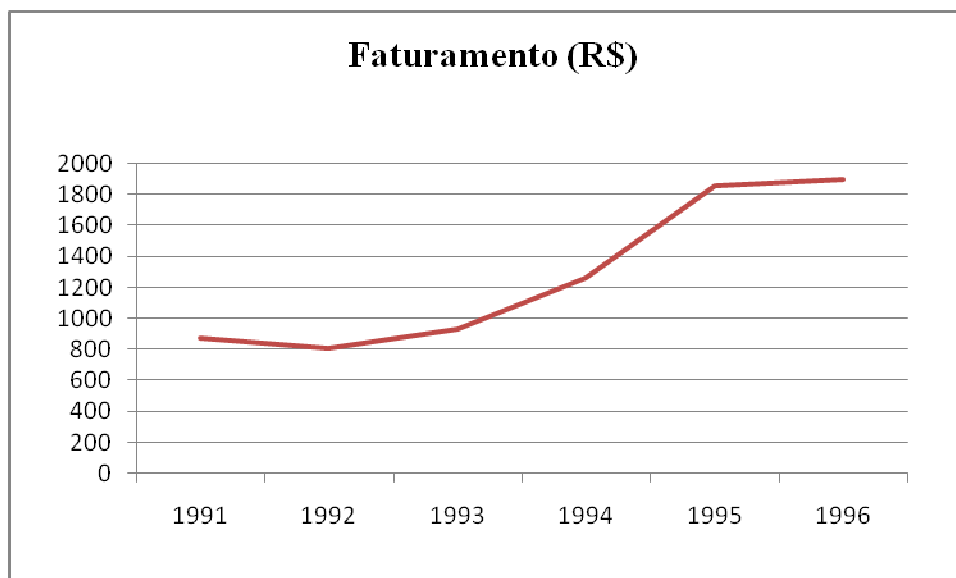


Gráfico 3 - Faturamento (R\$), em milhões, das editoras brasileiras: 1991-1996.
Fonte: Claro, 2000, p. 28

Segundo Claro (2000), a tiragem total de livros publicados seguiu um movimento crescente, passando de 303.500.000 exemplares, em 1991, para 376.700.000, em 1996 (Tabela 5 e Gráfico 4). Vale notar que a tendência de crescimento do mercado editorial foi interrompida no ano de 1992, quando a crise gerada durante o governo do então presidente Fernando Collor de Melo gerou um desaquecimento da economia em diversos setores empresariais (CLARO, 2000).

Tabela 5: Tiragem total dos livros publicados entre 1991 e 1996*

Ano	Tiragem total de livros
1991	303,5
1992	189,9
1993	222,5
1994	246,0
1995	330,8
1996	376,7

* Dados em milhões.

Fonte: Claro, 2000, p. 30.

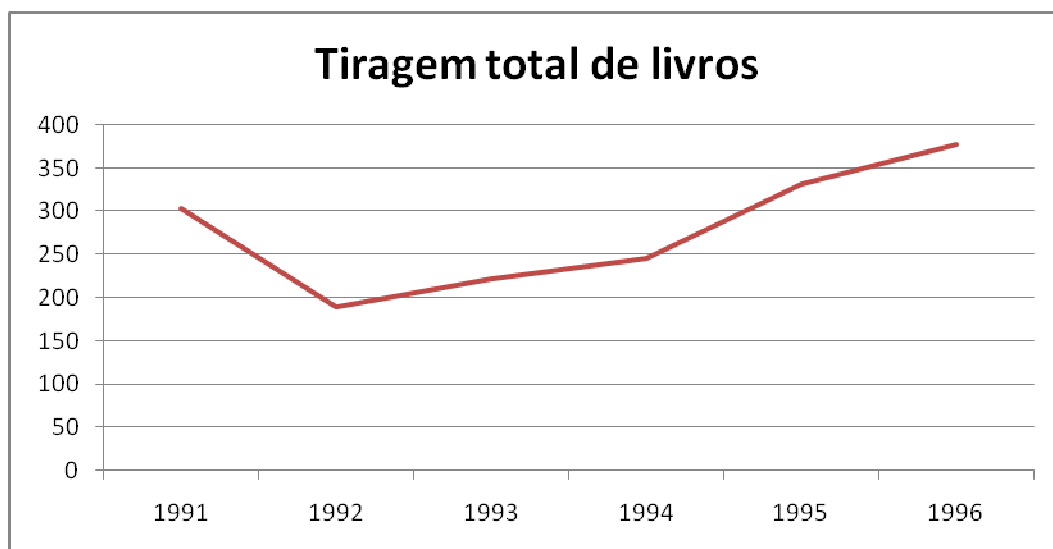


Gráfico 4: Dispersão da tiragem total de livros publicados no período entre 1990-1996.

Fonte: Claro, 2000, p. 31.

No entanto, a análise mais detalhada das tiragens apontou que a produção de exemplares em primeira edição apresentou tendência de queda, apesar das variações (momentos de alta) no período. À exceção do pico no ano de 1991, correspondente a certo entusiasmo do setor que previa um aquecimento da economia e conseqüente aumento das vendas, em 1992, o cenário foi de retração e a produção de exemplares em primeira edição não se equiparou mais a alta de 1991 (CLARO, 2000).

Em contrapartida, os exemplares em reedição, além de mostrarem um perfil um tanto mais homogêneo, mantiveram um padrão de crescimento bastante acentuado (Tabela 6 e Gráfico 5), indicando a tendência dos editores em investir em livros que já tinham obtido sucesso anteriormente, afastando-se, portanto, dos riscos de uma nova publicação.

Tabela 6: Número de exemplares de livros produzidos em primeira edição e em reedição no período de 1991 a 1996*

Ano	Primeira edição	Reedição
1991	127,4	176,0
1992	74,6	115,3
1993	61,1	161,4
1994	73,4	172,5
1995	86,5	244,3
1996	64,0	312,7

* Dados em milhões.

Fonte: Claro, 2000, p. 32.

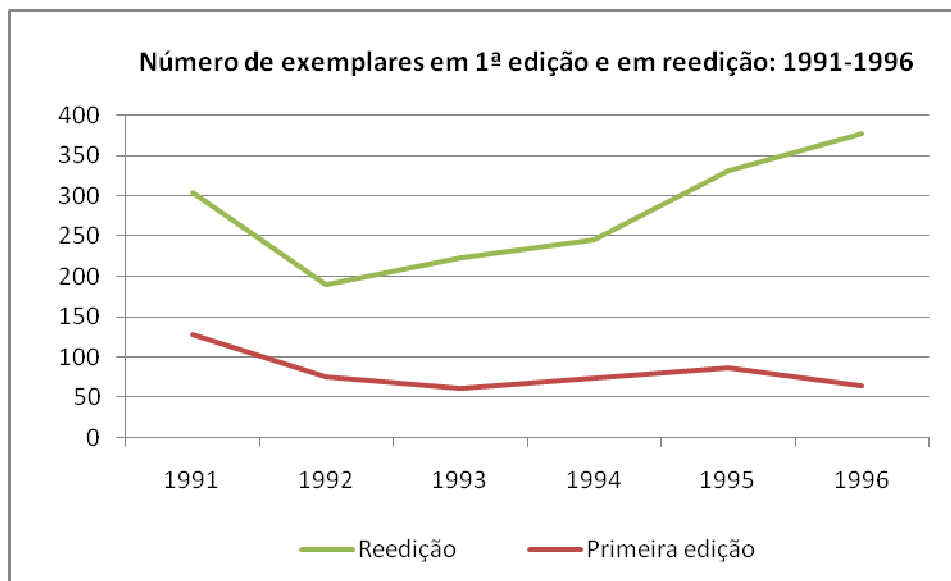


Gráfico 5: Dispersão do número de exemplares de livros produzidos em primeira edição e em reedição no período 1991-1996.

Fonte: Claro, 2000, p. 32.

No conjunto total dos títulos (Tabela 7 e Gráfico 6), houve um aumento na produção, passando de 28.450 títulos, em 1991, para 43.315 em 1996, sendo que os títulos em primeira edição apresentaram um aumento bastante modesto se comparado ao crescimento dos títulos em reedição (Tabelas 8 e Gráfico 7).

Tabela 7: Número total de títulos publicados entre 1991-1996

Ano	Número total de títulos publicados
1991	28.450
1992	27.561
1993	33.509
1994	38.253
1995	40.503
1996	43.315

Fonte: Claro, 2000, p. 33.

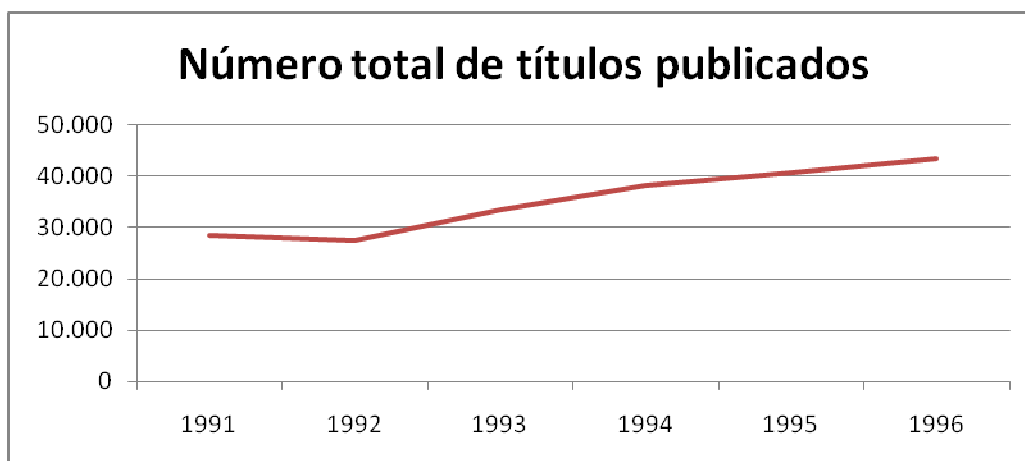


Gráfico 6: Número total de títulos publicados no período 1991-1996.

Fonte: Claro, 2000, p. 34.

Tabela 8: Número de títulos publicados em primeira edição e em reedição (1991-1996)

Ano	Títulos em 1ª edição	Títulos em reedição
1991	10.871	17.579
1992	10.069	17.518
1993	10.799	22.710
1994	12.564	25.689
1995	12.795	27.708
1996	12.994	30.321

Fonte: Claro, 2000, p. 34

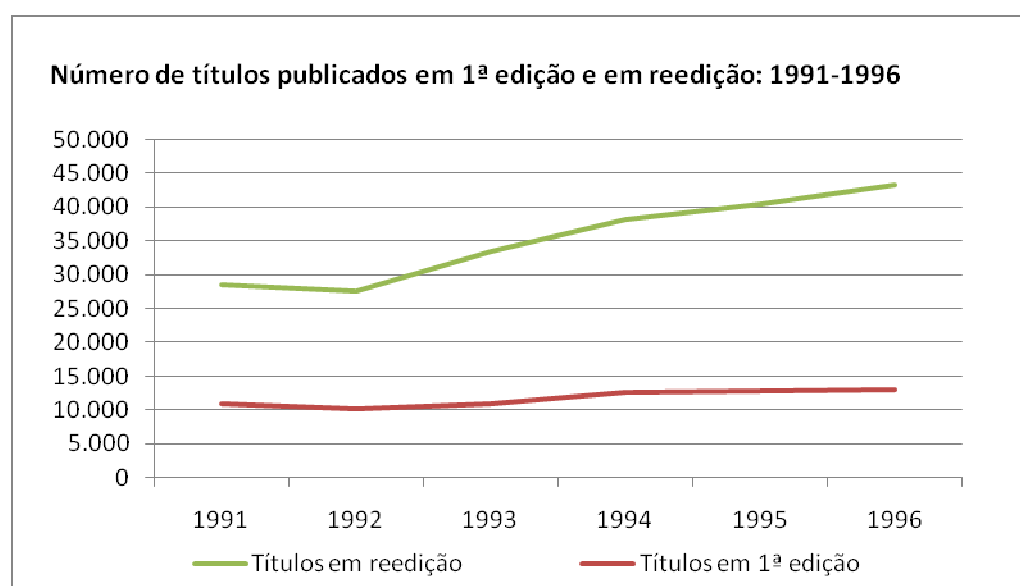


Gráfico 7: Número de títulos em primeira edição e reedição publicados entre 1991-1996.

Fonte: Claro, 2000, p. 35.

Conclui-se, então, que os números de exemplares e títulos em reedição apresentaram crescimento enquanto o número de exemplares em primeira edição diminuiu e o de títulos, apresentou um modesto aumento. Esses dados mostram que ocorreu um descompasso entre as primeiras edições e as reedições, indicando que parte dos títulos novos continuou uma trajetória no sentido de uma reedição, ultrapassando a linha da primeira edição, compensando, de certa forma, a perda daqueles que não a ultrapassaram.

O mercado editorial, durante quase toda a década de 1990 esteve sob o predomínio dos livros didáticos³⁰ e de literatura infanto-juvenil, sendo considerado tanto pela perspectiva do número de exemplares quanto de títulos produzidos (Tabela 9).

Tabela 9: Taxa de variação (%) por alguns sub-setores editoriais da tiragem de livros produzidos em primeira edição e em reedição no período 1990-1997

Sub-setor editorial	% de variação das publicações 90-97			
	Exemplares		Títulos	
	1ª edição	reedição	1ª edição	reedição
Literatura infanto-juvenil	294,6	131,4	22,8	131,4
Literatura adulta	25,0	115,4	-53,9	115,4
Religião e esoterismo	75,8	169,8	118,9	167,3
Didáticos	559,2	136,3	229,7	136,2
Outros*	39,8	-44,2	26,8	-37,7

*Outros: filosofia, psicologia, arte, desportos, ciências puras, tecnologia, ciências aplicadas, geografia, história, generalidades.

Fonte: Claro, 2000, p. 37.

Esse predomínio da produção de livros didáticos no Brasil explica-se pelo fato do governo ser o maior comprador desse tipo livro (EARP; KORNIS, 2005). Segundo Earp e Kornis, a “participação do governo como comprador dá-se por meio de dois programas, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)³¹, e o Programa Nacional de Biblioteca na

³⁰ O estudo sobre o livro didático pode ser encontrado em muitos trabalhos, como nos de Batista (1999), Choppin (2004) e Munakata (1999).

³¹ Conforme site do FNDE, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) iniciou-se, em 1929, com a denominação de Instituto Nacional do Livro (INL), sendo o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira. O PNLD está voltado para o ensino fundamental público, incluindo as classes de alfabetização infantil (BRASIL, 2008i).

Escola³², ambos financiados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação” (EARP; KORNIS, 2005, p. 12).

De acordo com Batista, “[...] a produção didática é quase sempre um campo em que o Estado atua diretamente. É que esse campo e seu controle são objeto de disputas de diferentes e conflituosos grupos de interesses (sociais, políticos, étnicos, culturais, econômicos)” (BATISTA, 1999, p. 563). Portanto, pode-se entender que uma das razões de o governo ser o maior comprador dos livros didáticos seria por causa da política governamental em educação a qual tinha como diretriz a política de financiamento do BM. Esta política orientava que a prioridade para educação brasileira era providenciar “livros didáticos e outros materiais de ensino” (TOMMASI, 1999, p. 198) e destinar a maior parcela dos empréstimos à melhoria da rede física (R\$ 334 milhões), livros didáticos e material pedagógico (R\$ 80 milhões), insumos que superavam consideravelmente os valores destinados à capacitação do professor (R\$ 17 milhões).

Assim, nesse mercado, onde prevaleceram os títulos e exemplares em reedição de livros didáticos e de literatura infanto-juvenil, os livros sobre o financiamento da educação, principalmente aqueles em primeira edição, não tiveram um espaço significativo, visto que não eram um investimento lucrativo para os editores (Tabela 10 e Gráfico 8).

Tabela 10 – Número de títulos publicados em 1ª edição sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996

Ano	Nº de livros por ano
1991	3
1992	1
1993	2
1994	1
1995	1
1996	1
Total	9

Fonte: Dados da pesquisa.

³² O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi instituído, em 1997, no MEC, “com o objetivo de democratizar o acesso de alunos e professores à cultura, à informação e aos conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história da humanidade. Desde então são distribuídos acervos formados por obras de referência, de literatura e de apoio à formação de professores às escolas do ensino fundamental” (BRASIL, 2008h).

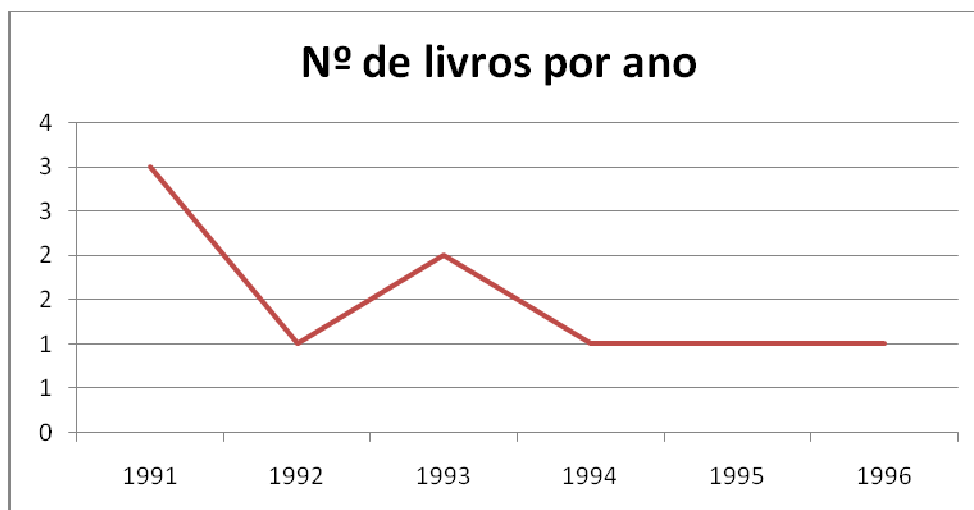


Gráfico 8 - Número de títulos publicados em 1ª edição sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996.

Fonte: Dados da pesquisa.

O período de 1991 a 1996 começa em vantagem no número das publicações, seguindo o crescimento da produção no setor editorial ocorrido no ano de 1991. Esse acompanhamento do ritmo da produção editorial geral pelos livros do financiamento da educação durou até o ano de 1993, quando, a partir daí (1994), o mercado editorial ascendeu pelo reaquecimento da economia, mas, o mercado de livros sobre o financiamento da educação despencou, mantendo-se em baixa até o ano de 1996 (Gráfico 9).

Comparação entre os ritmos de produção dos livros em geral e os livros do financiamento da educação no Brasil: 1991-1996

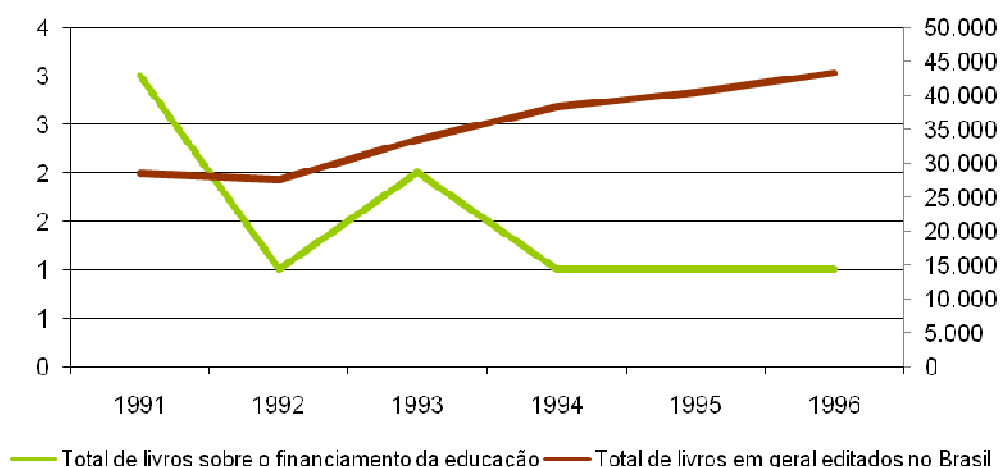


Gráfico 9 – Comparação entre o mercado de livros em geral com o mercado de livros do financiamento da educação: 1991-1996.

Fonte: CBL (2006) e dados da pesquisa.

Essa defasagem no mercado dos livros sobre o financiamento da educação encontra respostas quando analisado à luz do campo educacional. No livro “O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil: 1991 a 1997” foi possível perceber a posição ocupada pelo financiamento nas pesquisas realizadas (dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas docentes individuais, coletivas, interinstitucionais) dentro da área de Política e Gestão da Educação no Brasil (Quadro 3 e Gráfico 10).

CATEGORIA	Nº DE PESQUISAS	%
1. Direito à Educação e Legislação	74	8,0
2. Escola, Instituições Educativas e Sociedade	114	12,6
3. Financiamento da Educação	25	2,7
4. Gestão da Escola	134	14,4
5. Gestão da Universidade	98	10,5
6. Gestão de Sistemas Educacionais	62	6,7
7. Municipalização e Gestão Municipal	60	6,5
8. Planejamento e Avaliação Educacionais	43	4,7
9. Políticas de Educação	139	15,0
10. Profissionais da Educação	143	15,4
11. Público e Privado na Educação	33	3,5
Total	922	100

Quadro 3 – Número de pesquisas, por categoria, na área de Política e Gestão da educação no Brasil: 1991-1997.

Fonte: Wittmann e Gracindo (1999, grifo nosso).

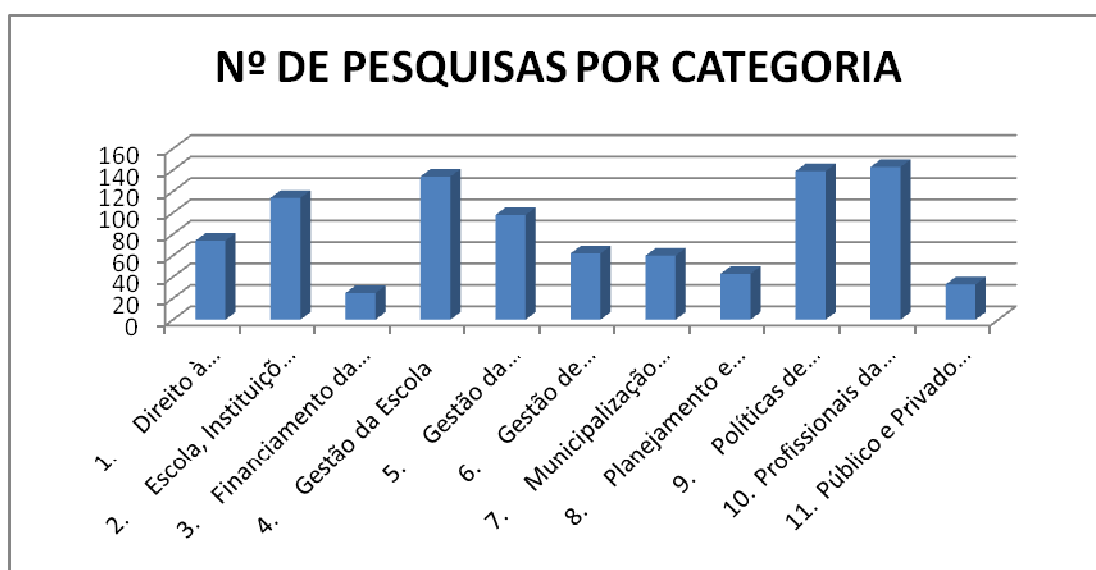


Gráfico 10 – Número de pesquisas, por categoria, na área de Política e Gestão da educação no Brasil: 1991-1997.

Fonte: Wittmann e Gracindo (1999).

Observa-se que o financiamento da educação foi a temática menos explorada pelos pesquisadores nos anos dessa pesquisa (1991-1997) no campo educacional³³. Se, ainda, desconsiderarmos as pesquisas do ano de 1997 (porque este ano não está incluso neste capítulo), certamente a categoria teria um volume mais reduzido de pesquisas, visto que “parte significativa” (VELLOSO, 1999, 106) dos resumos, nesse ano, tratou das novas orientações determinadas pela LDB, promulgada em 1996. Não está explícita a quantidade dessa “parte significativa”, mas considerando que “predomine a preocupação com o ensino fundamental, com mais de 1/3 das publicações [...]” (VELLOSO, 1999, p. 102) após a criação da LDB e do FUNDEF, em 1996, é evidente que houve um aumento representativo do número de publicações no ano de 1997.

No entanto, de 1991 a 1996, visto que a temática do financiamento da educação era assunto secundário no campo e que, na academia, o envolvimento com a temática era, majoritariamente, da parcela de docentes que atua na área de política, economia e gestão educacionais, pareceu mais interessante aos autores e editores produzi-la e publicá-la ao lado de outras temáticas relacionadas às áreas de política e administração da educação. Isso, de certa forma, garantiria uma quantidade maior de leitores e, por conseguinte, de consumidores. Sendo assim, os títulos desses livros não fazem menção direta ao financiamento da educação, mas o assunto foi reservado para partes dos livros (capítulos, tópicos de capítulos ou artigos de coletâneas) (Quadros 4 e 5).

(continua)

	Ano	Livro	Autor
1.	1991	<i>Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)</i>	Silke Weber (Org.)
2.	1991	<i>Educação, Estado e democracia no Brasil</i>	Luiz Antônio Cunha
3.	1991	<i>Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro</i>	Paulo Nathanael Pereira de Souza
4.	1992	<i>Poder local e educação</i>	José Eustáquio Romão
5.	1993	<i>Constituições estaduais brasileiras e educação</i>	Romualdo Portela de Oliveira e Afrânio Mendes Catani
6.	1993	<i>O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp</i>	Nelson Antonio Pereira Camacho

Quadro 4 – Livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996.

³³ Segundo Wittmann e Gracindo (1999), três das onze categorias analisadas, dentre elas o financiamento da educação, receberam um volume bastante diminuto de pesquisas, próximo de 10% do total, não pela irrelevância dos temas, mas pela pontualidade e especificidade de suas reflexões.

(continuação)

7.	1994	<i>O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos</i>	Regina Vinhaes Gracindo
8.	1995	<i>Política educacional: impasses e alternativas</i>	Romualdo Portela de Oliveira (Org.)
9.	1996	<i>O Banco Mundial e as políticas educacionais</i>	Maria Lívia De Tommasi; Mirian Jorge Warde e Sérgio Haddad (Org.)

Quadro 4 – Livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996.

(continua)

	Livro	Parte relacionada ao financiamento	Autor(a) da parte
1.	<i>Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)</i>	Capítulo 6: “A propósito do financiamento da educação pública”	Ana Maria Cerqueira Antunes
2.	<i>Educação, Estado e democracia no Brasil</i>	- Tópico 5, “Verbas públicas e mensalidades privadas”, do capítulo 8. - Tópicos 1, 2 e 3, “A sustentação dos lucros”, “A compensação das perdas”, “O capital faz escola”, respectivamente, do capítulo 9.	Luiz Antônio Cunha
3.	<i>Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro</i>	Capítulo 8, “Financiamento da Educação”, Parte C.	Paulo Nathanael Pereira de Souza
4.	<i>Poder local e educação</i>	Capítulo 4: “O Financiamento da Educação Fundamental no Município”.	José Eustáquio Romão
5.	<i>Constituições estaduais brasileiras e educação</i>	- Tópico 2.2., “O repasse de verbas públicas para o ensino privado”, do capítulo I. - Capítulo II, “O Financiamento da Educação”: 1. “A vinculação constitucional de recursos à Educação”, 2. “Mecanismos de fiscalização, publicidade e garantia do cumprimento da vinculação”, 3. “Os repasses de verbas públicas para a escola particular”. - Tópico 3, “Recursos específicos para o Ensino Superior”, do capítulo V.	Romualdo Portela de Oliveira e Afrânio Mendes Catani
6.	<i>O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp</i>	- Tópicos 4.1, “Distribuição dos recursos”, e 4.2, “O Custo do Aluno”, do capítulo 4. - Tópico 5.4, “Distribuição dos recursos diretos e indiretos às Unidades de Ensino”, e 5.5, “Apuração do custo médio da graduação”, do capítulo 5.	Nelson Antonio Pereira Camacho

Quadro 5 – As partes dos livros, apresentados no quadro anterior, relacionadas à temática do financiamento da educação.

(continuação)

		- Tópico 6.1, “Custo por aluno em 1990”, do capítulo 6.	
7.	<i>O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos</i>	Tópico 5, “A arrecadação e a distribuição das verbas públicas”, capítulo 3.	Regina Vinhaes Gracindo
8.	<i>Política educacional: impasses e alternativas</i>	- 4º artigo, “O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional”. - 5º artigo, “O financiamento público da educação e seus problemas”.	- Marília Fonseca - Romualdo Portela de Oliveira
9.	<i>O Banco Mundial e as políticas educacionais</i>	- Capítulo V: “Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação”. - Capítulo VI: “O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional”.	- Livia De Tommasi - Marília Fonseca

Quadro 5 – As partes dos livros, apresentados no quadro anterior, relacionadas à temática do financiamento da educação.

Uma análise dessas partes, a partir da constituição de categorias e subcategorias, constatou que os saberes concentraram-se em torno da questão do financiamento da educação pública e/ou privada com fontes públicas e/ou privadas³⁴ (Quadros 6 e 7), pois a categoria com maior número de livros foi “Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas”, com 8 obras. Dentro desta categoria, a subcategoria que mais se destacou foi “Financiamento da educação pública e/ou privada”, com 5 livros: 3, tratando do financiamento da educação superior e 2, do ensino fundamental. Seguem a esta, duas subcategorias: “Financiamento da educação pública – fontes públicas”, com 3 livros, e “Financiamento da educação privada – fontes públicas”, com 2 livros. As categorias “Financiamento da educação na legislação e em outros documentos” e “Financiamento da educação – políticas e fontes de organismos internacionais”, respectivamente, tiveram 1 e 2 livros.

³⁴ Tal constatação pode ser verificada também nos trabalhos de Gomes (2007) e Velloso (1999).

LIVROS 1991-1996		
CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	LIVROS
Financiamento da educação – políticas e fontes de organismos internacionais		1. O Banco Mundial e as políticas educacionais 2. Política educacional: impasses e alternativas
Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	*Mecanismos de fiscalização	1. Constituições estaduais brasileiras e educação
Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	*Financiamento da educação pública e/ou privada • educação superior • ensino fundamental *Financiamento da educação privada – fontes públicas *Financiamento da educação pública – fontes públicas • MEC e salário-educação	1. Constituições estaduais brasileiras e educação 2. Democratização, educação e cidadania 3. Educação, estado e democracia no Brasil 4. Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro 5. O custo aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp 6. O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos 7. Poder local e educação 8. Política educacional: impasses e alternativas

Quadro 6 – Classificação geral, em categorias e subcategorias, dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996.

(continua)

	Ano	Título	Categoria(s)	Subcategoria
1.	1991	<i>Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública – fontes públicas: MEC e salário-educação
2.	1991	<i>Educação, Estado e democracia no Brasil</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação privada – fontes públicas • Financiamento da educação pública – fontes públicas

Quadro 7 – Classificação de cada livro do Quadro 6 em categorias e subcategorias.

(continuação)

3.	1991	<i>Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública e/ou privada: educação superior
4.	1992	<i>Poder local e educação</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública e/ou privada: ensino fundamental municipal
5.	1993	<i>Constituições estaduais brasileiras e educação</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas; • Financiamento da educação na legislação	• Financiamento da educação pública e/ou privada - educação superior • Mecanismos de fiscalização
6.	1993	<i>O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública e/ou privada: educação superior - custo do aluno universitário
7.	1994	<i>O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública e/ou privada: ensino fundamental
8.	1995	<i>Política educacional: impasses e alternativas</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas; • Financiamento da educação - fontes de organismos internacionais	• Financiamento da educação privada – fontes públicas • Financiamento da educação pública – fontes públicas
9.	1996	<i>O Banco Mundial e as políticas educacionais</i>	• Financiamento da educação - fontes de organismos internacionais	_____

Quadro 7 – Classificação de cada livro do Quadro 6 em categorias e subcategorias.

A discussão no campo educacional em torno da destinação de recursos públicos e/ou privados ao setor público e/ou ao setor particular está muito presente nos livros deste período como reflexo das realizações educacionais e da disputa política pela redemocratização da sociedade brasileira acontecidas na década de 1980, que tiveram como resultado mais concreto a CF/88. Percebe-se, assim, nos textos das contra-capas, orelhas, prefácios e apresentações dos livros, especialmente os do início dos anos de 1990, a intenção de mostrá-los como obras em prol da defesa de uma educação democrática, que se faria por um Estado preocupado em investir parte significativa de seus recursos numa educação pública de qualidade.

Vê-se, assim, que os autores e editores estavam interessados em atrair como comunidade leitora, especialmente os educadores e estudiosos da educação que se engajassem na luta por uma educação pública democrática e cidadã, como proposta na Constituição de 1988 (Quadro 8).

(continua)

Ano	Livro	Público-Alvo
1991	<i>Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)</i>	“[...] este livro diz respeito a um amplo público leitor – a todos aqueles que se interessam pela educação concreta, do Brasil [...]. É portanto leitura necessária para os professores da educação infantil à universidade; para os especialistas em educação das mais variadas áreas; para os estudantes de pedagogia, de sociologia, de ciência política e campos afins; para os cientistas sociais e para os que atuam na gestão do ensino. [...]. É sobretudo leitura imprescindível para todos os que se preocupam com uma escola pública cada vez mais democrática e fortalecida, com a construção da cidadania no país.”
1991	<i>Educação, Estado e democracia no Brasil</i>	Professores, pesquisadores e estudantes de Sociologia, Política, História e das disciplinas afins com a Educação Brasileira
1991	<i>Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro</i>	Alunos do curso de licenciatura, dos cursos de pós-graduação, estudiosos do assunto.
1992	<i>Poder local e educação</i>	_____
1993	<i>Constituições estaduais brasileiras e educação</i>	Professores, estudantes, políticos e demais interessados pela área educacional.

Quadro 8 – Indicações sobre o público-alvo nos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996.

(continuação)

1993	<i>O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp</i>	_____
1994	<i>O escrito, o dito e feito: educação e partidos políticos</i>	Educadores, administradores educacionais, políticos e todos os interessados em educação.
1995	<i>Política educacional: impasses e alternativas</i>	Profissionais e interessados na educação.
1996	<i>O Banco Mundial e as políticas educacionais</i>	Todos os interessados em compreender as políticas educacionais, particularmente no que tange a presença do Banco Mundial.

Quadro 8 – Indicações sobre o público-alvo nos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996.

Cabe destacar ainda que, em alguns livros, as contra-capas, prefácios e/ou apresentações também foram usados como espaços para estratégia de venda quando as editoras colocaram, nessas partes, textos que deram uma visão do que foi abordado no livro com elogios e/ou indicações de leitura, escritos por um autor apresentado pela sua posição em determinada instituição na área da educação. Com tal estratégia, os editores presumiam que o leitor reconheceria que o livro tem autoridade e méritos, já que passou pelo crivo de alguém, cuja instituição em que atuava indicava sua habilidade para avaliar os conteúdos dispostos no volume.

Jacques Velloso, por exemplo, apresentado como professor na UNB, na contra-capa, elogiou o livro *Democratização, educação e cidadania*, escrevendo: “Por esse motivo, assim como pela *competência e clareza* com que são tratadas as questões aqui discutidas [...]” (grifo nosso). Outro exemplo é o de Moacir Gadotti, professor na USP que, no prefácio, indicou o livro *Poder local e educação*, com as seguintes palavras: “O saber produzido na luta é um saber de gosto militante. É o que este livro representa, não apenas para o seu autor, *mas para todos os que acreditam numa educação pública popular de cara nova, a cara de quem a faz e não apenas de quem a executa*” (grifo nossos) (Quadro 9).

(continua)

	Título	Contra capa	Prefácio	Apresentação
1.	<i>Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)</i>	Jacques Velloso (Professor da UNB)	Jacques Velloso	Miguel Arraes de Alencar (governador do Estado de

Quadro 9 – Contra capas, prefácios e apresentações de alguns dos livros sobre o financiamento da educação (1991-1996), escritos por autores renomados na área da educação como estratégia de venda.

(continuação)

				Pernambuco de 1987 a 1990)
2.	<i>Poder local e educação</i>	Murílio de Avellar Hingel (Ministro de Estado da Educação e Desporto)	Moacir Gadotti (Professor da USP)	
3.	<i>Constituições estaduais brasileiras e educação</i>	_____	Antonio Joaquim Severino (Professor da USP)	_____
4.	<i>O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp</i>	_____	_____	Carlos Vogt (Reitor da Unicamp)

Quadro 9 – Contra capas, prefácios e apresentações de alguns dos livros sobre o financiamento da educação (1991-1996), escritos por autores renomados na área da educação como estratégia de venda.

Assim, cientes de que a presença do autor no livro influencia na forma e circulação dos textos (CHARTIER, 1999), os editores selecionaram autores, cujos textos de alguma forma refletissem esse ideal (defesa de uma educação democrática), confirmado, preferencialmente, pela sua prática, ou seja, sua atuação em setores públicos da educação, inclusive nas instituições de educação superior reconhecidas na sociedade, o que potencialmente aumentaria as oportunidades de venda do livro.

2.2 As marcas dos autores: de onde eles escreveram

As representações do mundo social [...] construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, *o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza* (CHARTIER, 1990, p. 17, grifo nosso).

O quadro 10 contém a relação dos autores que escreveram sobre o financiamento da educação no período de 1991 a 1996. A seguir, procurou-se evidenciar os espaços ocupados pelos autores no momento de produção de seus livros.

	Autor(a)
1.	Afrânio Mendes Catani
2.	Ana Maria de Cerqueira Antunes
3.	José Eustáquio Romão
4.	Luiz Antônio Cunha
5.	Maria Lívia De Tommasi
6.	Marília Fonseca
7.	Nelson Antonio Pereira Camacho
8.	Paulo Nathanael Pereira de Souza
9.	Regina Vinhaes Gracindo
10.	Romualdo Luiz Portela de Oliveira

Quadro 10 – Relação de autores dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996

As informações registradas procuraram privilegiar dados como a formação/titulação do autor, instituição em que atuava, especialmente, se atuava em instituições de educação superior, qual o cargo ocupado na instituição, em particular, se era docente e se desenvolvia pesquisa. Buscou-se também verificar se as atividades de ensino e/ou pesquisa desenvolvidas por esses autores tinham relação com a temática. Em caso afirmativo, esses dados foram privilegiados no registro.

Visto serem insuficientes as informações contidas nos livros (geralmente, nas orelhas próximas à contra capa), foram elaboradas fichas (Apêndice A), cujos conteúdos retiraram-se do Currículo Lattes dos autores por meio do *site* do CNPq, especialmente das informações contidas nos itens “Informações Pessoais” - Formação Acadêmica/Titulação, Atuação profissional e Áreas de atuação. Nos casos em que o Currículo de determinado autor não foi encontrado, utilizaram-se as informações do próprio livro e também as retiradas do *site* do Google.

Seguindo a ordem alfabética, a apresentação inicia-se com Afrânio Mendes Catani. Este autor ao escrever em co-autoria com Romualdo Portela de Oliveira o livro *Constituições estaduais brasileiras e educação*, tinha como grau máximo de formação o doutorado em Sociologia. Atuava na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), sendo professor no curso de Pedagogia e na Licenciatura de outros cursos. Ministrou aulas em várias disciplinas, inclusive, na disciplina de Economia da Educação. Sua pesquisa em Políticas de Educação Superior na América Latina visava analisar as políticas de educação superior nos países dessa região a partir do início da década de 1990, privilegiando o estudo das reformas

educacionais, financiamento, acesso e permanência, avaliação etc., em especial nos casos da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela.

Ana Maria de Cerqueira Antunes, autora participante do livro *Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)*, escreveu o capítulo seis desta obra, intitulado “A propósito do financiamento da educação pública”. Seu nível máximo de formação no ano de publicação do livro era de especialista em Orçamento Público. No governo de Miguel Arraes de Alencar (1987-1990), em Pernambuco, atuou na Diretoria de Apoio Técnico e Administrativo (DATA), de 1987 a 1988, e foi assessora da Secretaria de Educação de Pernambuco, de 1989 a 1990.

José Eustáquio Romão escreveu o livro *Poder local e educação*. Doutor em Educação pela USP, era professor na licenciatura do Curso de História, vice-reitor e pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Suas linhas de pesquisa, quando o livro foi publicado, eram Fundamentos Filosóficos e Epistemológicos da Educação e Pedagogias da Inclusão.

Luiz Antônio Cunha, autor de *Educação, Estado e democracia no Brasil*, doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), atuou como professor da disciplina Ensino e Pesquisa na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua especialidade era em Política Educacional.

Maria Lúvia De Tommasi, co-organizadora com Mirian Jorge Warde e Sérgio Haddad do livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais* (1996), escreveu o Capítulo V deste livro: “Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação”. Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Paris I – Sorbonne, na França, trabalhando na Ação Educativa, realizou o monitoramento das políticas educativas do Banco Mundial no Brasil. Desenvolvia pesquisa na linha de Políticas Públicas para Juventude.

Marília Fonseca, como autora participante, escreveu o 4º artigo, “O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional”, do livro *Política educacional: impasses e alternativas* e o capítulo seis, “O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional”, do livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris V (René Descartes), na França, Fonseca atuou na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UNB) como professora da Pós-Graduação em Educação. Desenvolveu pesquisa na linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica, com o objetivo de analisar os impactos das propostas de gestão e planejamento escolar, inseridas na escola básica de Minas Gerais e de

Goiás na década de 1990. As propostas integravam programas de financiamento do Banco Mundial com o MEC e o Estado de Minas Gerais.

Nelson Antonio Pereira Camacho, autor do livro *O custo aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp*, doutor em Economia e especialista em Matemática Financeira e em Administração Financeira e Orçamentária pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP) do governo de São Paulo, exerceu cargos de direção na Universidade de Campinas (UNICAMP), de 1972 a 1996, tendo sido diretor de Planejamento nesta Universidade no período de 1985 a 1996.

Paulo Nathanael Pereira de Souza, autor do livro *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro*, doutor em Educação, integrou os Conselhos de Educação do Estado de São Paulo e da União, tendo ocupado a presidência deste último colegiado. Foi Secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1971-1974) e exerceu o magistério superior em Faculdades de Economia e de Educação. Foi membro titular da Academia Paulista de Educação e Reitor da Universidade São Marcos.

Regina Vinhaes Gracindo, autora de *O escrito, o dito e feito: educação e partidos políticos*, com doutorado em Educação pela USP, atuou na direção e administração do Departamento de Planejamento e Administração na UNB. Nesta Universidade, também foi professora do curso de Pedagogia. A linha em que desenvolvia pesquisa era de Políticas e Gestão da Educação. Sua especialidade era em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos.

Romualdo Luiz Portela de Oliveira foi co-autor com Afrânio Mendes Catani do livro *Constituições estaduais brasileiras e educação* e autor organizador do livro *Política educacional: impasses e alternativas*, no qual escreveu o 5º artigo “O financiamento público da educação e seus problemas”. Doutor em educação pela USP, atuava nesta Universidade como professor do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação, lecionando, dentre outras, as disciplinas de Economia da Educação I e II. Desenvolvia pesquisa também na linha do Financiamento da Educação, sendo esta temática uma de suas especialidades.

Percebeu-se que, quando os autores escreveram, a maioria deles atuava no espaço acadêmico, considerado lugar privilegiado de produção e legitimação de saberes (CLARO, 2000). É interessante notar que as duas autoras que não atuavam diretamente neste espaço, Ana Maria de Cerqueira Antunes e Maria Lívia De Tommasi, ocupavam outros, dentro do campo educacional, ao quais também tinham importância reconhecida socialmente. Isso, de certa forma, também seria considerado fator positivo para a circulação desses livros dentro e fora da academia.

O posto ocupado por estes autores na academia era de docente, que pode ser considerado como contribuição para a autorização da produção e circulação dos saberes relacionados ao financiamento da educação. Aliás, Catani, Cunha, Fonseca, Romão, Souza, Gracindo e Oliveira lecionavam ou já tinham lecionado em Cursos de Pedagogia e/ou Licenciatura. Em relação à Camacho considera-se provável (apesar de não se obter informação) que tenha exercido o magistério na educação superior. Um indício disso é o fato de ter ocupado cargos de direção da UNICAMP, no entanto, não se sabe em qual(is) disciplina(s) e curso(s). Mas, a despeito disso, a profissão e o local de exercício dela por esses autores, explica o interesse dos produtores (autores ou editores) em atrair leitores da área da educação, enfatizando a leitura para os educadores (Quadro 11). Desse modo, pode-se considerar que os livros sobre o financiamento da educação, durante os anos de 1991 a 1996, foram, em na grande maioria, produção e circulação de saberes *de* professores e *para* professores.

Notou-se ainda que todos os autores mantinham relação com a temática, entretanto, dos dez apenas três, Catani, Fonseca e Oliveira, tinham atividades diretamente relacionadas com o financiamento da educação: Catani e Fonseca desenvolviam pesquisa envolvendo a temática e Catani e Romualdo ministravam a disciplina de Economia da Educação. Essa constatação poderia justificar a baixa da produção e da circulação da temática em livros e sua publicação ao lado de outros temas de modo secundário.

2.3 A transformação do texto em livro: as editoras estudadas

“Façam o que fizerem, os autores *não* escrevem livros. Os livros não são de modo nenhum escritos. São manufacturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e por impressoras e outras máquinas” (STODDARD, 1984 apud CHATIER, 1990, p. 126). As editoras, enquanto um estabelecimento constituído por pessoas que coordenam e executam a publicação de um texto em forma de livro, têm relevante papel no que se refere a este objeto cultural. Por esta razão, achou-se pertinente registrar o perfil de cada uma delas³⁵.

³⁵ As informações levantadas a respeito das editoras tiveram por base os próprios *sites* delas na *internet* (Apêndice B), tomando-se o cuidado devido com este tipo de fonte.

Chartier (1990) observa que para se compreender o sentido de uma obra literária é preciso considerar o trabalho editorial, ou seja, “os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor” (CHARTIER, 1990, p. 127).

Os autores, citados anteriormente no item 2.2, tiveram seus textos produzidos e publicados por um conjunto de editoras comerciais de pequeno e médio porte³⁶ e por editoras universitárias³⁷ (Quadro 11). Entre as comerciais estão as editoras Cortez, Papyrus e Pioneira e entre universitárias as editoras: EDUFF, da FLACSO e da UNICAMP.

	Título	Editora	Tipo de Editora
1.	<i>Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)</i>	Cortez	Comercial
2.	<i>Educação, Estado e democracia no Brasil</i>	Cortez; EDUFF; FLACSO	Comercial e Universitárias
3.	<i>Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro</i>	Pioneira	Comercial
4.	<i>Poder local e educação</i>	Cortez	Comercial
5.	<i>Constituições estaduais brasileiras e educação</i>	Cortez	Comercial
6.	<i>O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp</i>	Unicamp	Universitária
7.	<i>O escrito, o dito e feito: educação e partidos políticos</i>	Papyrus	Comercial
8.	<i>Política educacional: impasses e alternativas</i>	Cortez	Comercial
9.	<i>O Banco Mundial e as políticas educacionais</i>	Cortez	Comercial

Quadro 11 – Editoras e tipos de editoras dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1991-1996.

Começando pelas editoras comerciais, apresenta-se a Cortez Editora fundada, no final da década de 1960, como uma pequena Livraria nas dependências da PUC-SP. Os títulos publicados tratam de temas que surgem nas mais diversas questões da sociedade contemporânea, principalmente na área de Ciências Humanas. A linha de publicações da

³⁶ As editoras de pequeno porte são aquelas cuja tiragem média varia entre 1.000 e 2.000 exemplares, as de médio porte aquelas em que a tiragem média varia de 2.000 a 3.000 exemplares e as de grande porte as que possuem tiragem média igual ou superior a 3.000 exemplares (CLARO, 2000) (Anexo A).

³⁷ As editoras comerciais foram consideradas aquelas que pertencem à iniciativa privada e têm fins lucrativos e as editoras universitárias, àquelas que “têm como principal fonte de renda os convênios com as próprias instituições de ensino e os recursos gerados através da venda de livros. São empresas sem fins lucrativos.” (UNIVERSIA, 2007).

Editora se divide em 8 áreas: Educação, Ciências Ambientais, Serviço Social, Linguística, Sociologia, Psicologia, Fonoaudiologia e Literatura infanto-juvenil (CORTEZ, 2008).

A Papyrus Editora, em 1976, abriu sua primeira livraria em Campinas (SP). Sua linha editorial foi-se definindo nas áreas de Ciências Humanas, com publicações, sobretudo, nas áreas de Educação, Psicanálise e Filosofia. A Papyrus já lançou aproximadamente 900 obras com cerca de 500 ainda em catálogo. Publica mensalmente cerca de quatro livros. Sua produção classifica-se dentro das áreas de Antropologia/Sociologia; Arquitetura/Urbanismo; Artes; Comunicação; Dinâmicas de grupo; Economia/Administração/Negócios; Educação; Educação especial; Educação física/Motricidade; Ensaio sobre saúde/Medicina; Filosofia; Filosofia da ciência; Geografia/Astronomia; História; Lazer; Literatura/Poesia; Literatura infantil; Periódicos; Psicanálise/Psicologia; e Turismo (PAPIRUS, 2008).

A Editora Pioneira publicava obras relacionadas com o ensino na educação superior, tendo por objetivo o atendimento das necessidades intelectuais dos educadores brasileiros. Em 2000, foi adquirida pela *Cengage Learning* (antes Thomson Learning) (SOUZA, 1997).

A Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF) foi criada em agosto de 1985, por esta mesma Universidade, com o objetivo de editar, divulgar e distribuir o conhecimento produzido na sua comunidade acadêmica. A editora lança, por ano, cerca de 20 novos títulos, ampliando seu catálogo formado por quase 300 publicações, entre livros e revistas, das mais diversas áreas do conhecimento, divididas em Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e da Saúde, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes (EDUFF, 2008).

A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) é um organismo internacional, inter-governamental, autônomo, fundado em 1957, pelos Estados latino-americanos, a partir de uma proposta da UNESCO. A unidade da FLACSO no Brasil foi criada, em 1981, como projeto, tornando-se programa em 1984, e finalmente Sede Acadêmica em 1989, com base num Convênio de Sede firmado pelo governo brasileiro e ratificado pelo Congresso Nacional. A Sede Brasil da FLACSO dá continuidade às atividades de cooperação da Instituição no país, iniciadas em 1957, através do mencionado Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais (FLACSO, 2008).

A Editora da UNICAMP é um órgão desta Universidade, destinado à difusão de obras de significação científica, técnica, literária, artística e de interesse didático, preferencialmente, adstritas ao âmbito universitário. A Editora conta em seu acervo mais de 800 títulos em diversas áreas.

Quanto à circulação desses livros nos espaços acadêmicos de algumas universidades do Estado de São Paulo, registra-se que, dos títulos publicados em 1991 (3), o livro 1) *Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)* foi encontrado nas bibliotecas da FEUSP, da FE e IFCH na UNICAMP e da PUC-SP/Monte Alegre; 2) *Educação, Estado e democracia no Brasil*, nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, da FEUSP, da FE, FE-MT, IFCH e IG na UNICAMP, da PUC-SP/Monte Alegre e do MACKENZIE-SP/São Paulo; e 3) *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro*, nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, da PUC-SP/Monte Alegre e do MACKENZIE-SP/São Paulo.

Em 1992, identificou-se apenas um livro em primeira edição que foi *Poder local e educação*, localizado nas bibliotecas da FEUSP e da PUC-SP/Monte Alegre. Em 1993, o livro *Constituições estaduais brasileiras e educação* foi localizado nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, da FEUSP, da BC e FE na UNICAMP, PUC-SP/Monte Alegre e do MACKENZIE-SP/São Paulo; e *O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp*, nas bibliotecas da FEUSP, da BC, FE, IE, IFCH e CESET na UNICAMP e da PUC-SP/Monte Alegre.

De 1994 a 1996, em cada ano, houve apenas uma publicação. Localizou-se *O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos* (1994) nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, da FEUSP e da BC e FE na UNICAMP; *Política educacional: impasses e alternativas* (1995), nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, da FEUSP, da FE e IFCH na UNICAMP, da PUC-SP/Monte Alegre e do MACKENZIE-SP/São Paulo; e *O Banco Mundial e as políticas educacionais* (1996), nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, FEUSP, da CMU e FE na UNICAMP, da PUC-SP/Monte Alegre e do MACKENZIE-SP/São Paulo³⁸.

Na internet, nos sites das editoras e sites de busca (Google e Bondfaro), atualmente (2008), apenas três desses livros continuam em circulação no mercado: *Educação, Estado e democracia no Brasil* (preço entre R\$33,60 a R\$51,90); *O custo do aluno universitário* (entre R\$4,51 a R\$10,00); e *O Banco Mundial e as políticas educacionais* (de R\$26,24 a R\$33,60)³⁹.

Considerou-se, ainda que não em todos os aspectos, a circulação dos livros nas bibliotecas de 3 universidades públicas estaduais paulistas e em 2 universidades particulares na cidade de São Paulo/SP. Com os dados coletados, destaca-se que a circulação dos livros

³⁸ A localização exata desses livros nessas bibliotecas, pelo número de chamada e número de exemplares por ano, está disponível no final deste trabalho (Apêndice C).

³⁹ Esses preços não incluem o valor do frete.

em estudo no espaço acadêmico parece ser mais viável do que no mercado, pois neste, apenas 3 títulos ainda estão em circulação e, além disso, nas bibliotecas os volumes não têm custos. Observa-se, no entanto, que ainda faltam investigações sobre os empréstimos bibliotecários com o objetivo de verificar se de fato esses livros circulam no espaço acadêmico; se realmente encontram-se nas prateleiras das bibliotecas; número de exemplares e edições; as cópias xerocopiadas; e a disponibilização dos textos na internet. Todas essas questões serão consideradas em pesquisa futura, devido à limitação de tempo para desenvolvê-las agora.

2.4 Os aspectos materiais dos livros e as possibilidades de leitura e usos previstos pelos seus produtores

[...] o próprio produto editorial - então o livro, em sua forma material propriamente dita - bem como sua distribuição e circulação serão significados de diferentes maneiras, alterando e influenciando (ainda que não de forma definitiva ou pré-estabelecida) sobre os modos pelos quais o livro poderá ser realizado ou mesmo lido (CLARO, 2000, p. 58).

Segundo Toledo, a capa e a contra capa de um livro constituem o conjunto de elementos materiais “que oferecem o produto ao leitor” (TOLEDO, 2001, p. 104). Assim, procedeu-se à análise desses elementos com a finalidade de verificar, nos casos específicos, como esses elementos materiais interferem na orientação da leitura. Quanto às capas dos livros, verificou-se que todas possuem três informações: o título (acompanhado ou não de subtítulo), nome do autor (no caso das coletâneas, seguido da indicação de que é organizador) e a logomarca da editora. Numa leitura vertical da capa, há livros em que o título é o primeiro elemento e existem outros em que é o autor. Percebe-se, entretanto, pelo tamanho da fonte, que o elemento de maior destaque é o título, seguido do nome do autor e a da editora, independente da ordem. Todos os livros apresentaram estes elementos e dentre eles apenas um (*Política educacional: impasses e alternativas*), que é coletânea, acrescenta outra informação: a relação de nomes dos demais autores além do organizador.

As capas são coloridas e possuem arte bem diversificada. Há 4 livros que possuem artes abstratas⁴⁰ (*Poder local e educação*; *Constituições estaduais brasileiras e educação*;

⁴⁰ “Arte que não se prende à representação da realidade tangível” (HOUAISS, 1984, p. 6).

Política educacional: impasses e alternativas; e *Banco Mundial e as políticas educacionais*), 2 livros desenhos (*Educação, Estado e democracia no Brasil*; e *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro*); 2, fotografias (*Democratização, educação e cidadania*; e *O escrito, o dito e o feito*), e, por fim, 1, que não possui ilustrações (*O custo do aluno universitário*). A análise dessas imagens parece bastante pertinente, pois de acordo com Chartier, “[...], a imagem, no frontispício ou na página do título, na orla do texto ou na sua última página, classifica o texto, sugere uma leitura, constrói um significado. Ela é protocolo de leitura, indício identificador” (CHARTIER, 1990, p. 133). Antes, porém, com vistas à melhor esclarecê-las, vale lembrar que, no final da década de 1980, foi promulgada a CF/88, símbolo de conquista dos direitos dos cidadãos brasileiros, principalmente, educacionais.

Segundo Arelaro, em educação, “discutir a década de 1990 pressupõe necessariamente fazer referências à década de 1980, em especial ao processo constituinte que gerou a Constituição Federal de 1988, apelidada de ‘cidadã’, pelos direitos sociais nela preservados ou introduzidos” (ARELARO, 2000, p. 95). Para esta autora, esta consideração

[...] é importante porque os economistas brasileiros costumam considerar a década de 1980 como “a década perdida”, e para nós, da educação, foi uma década extremamente rica em termos de realizações educacionais e de disputa política pela redemocratização dos movimentos da sociedade brasileira. É no início desta década que a reorganização dos movimentos sociais se consubstancia em entidades e instituições [...]. Considere-se, também, que é nesta década que se contempla o processo de transição “negociada” do governo militar para o governo civil, com o restabelecimento das eleições diretas e secretas” (ARELARO, 2000, p. 95).

As imagens desses livros relacionadas a esse quadro educacional possibilitaram algumas leituras. Pela ordem cronológica de publicação dos livros, na capa de *Democratização, educação e cidadania* há uma fotografia que apresenta jovens, aparentemente universitários, reunidos num espaço público conversando em grupos pequenos e alegres. A foto parece fazer um contraste de alguns episódios repressivos dos anos da ditadura, em que os jovens também estavam reunidos em espaços públicos, porém, segurando faixas de protesto e seus rostos expressavam rancor, revolta e coragem. A imagem está intimamente relacionada com o título, refletindo um contexto pós-ditadura de paz e



tranquilidade para aqueles que tanto lutaram pelos direitos conquistados e concretizados na CF/88.

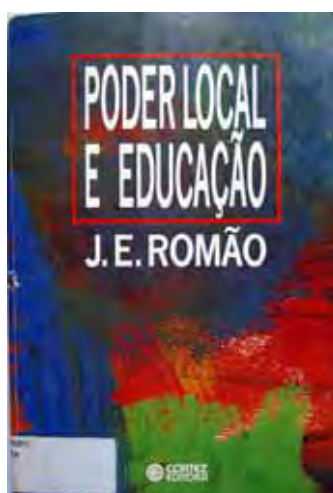


Na capa do livro *Educação, Estado e democracia no Brasil*, o plano de fundo é verde⁴¹ pontilhado de branco. Há um desenho de círculos, cruzados com linhas formando um “x”, que aparenta ser feito com giz branco na parte inferior da capa. Unindo o contexto já explicitado do momento de produção do texto – redemocratização da sociedade, restabelecimento das eleições diretas e secretas - ao conteúdo do livro – análise das propostas e práticas de prefeitos, governadores eleitos pelo voto direto como efeito e causa da luta contra a ditadura militar -, talvez esse marco feito com um “x” represente o voto e a influência dessa ação política para democratização da educação brasileira.

O livro *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro* tem a capa colorida de vermelho, preto e cinza. A cor vermelha faz o plano de fundo da capa; a preta e a cinza são as cores da argola que formam o desenho de parte uma corrente, centralizada na vertical. Essa imagem possibilita uma leitura, dentre outras, de que a estrutura e funcionamento da educação superior, como espaço de protesto contra o governo por nela



encontrar-se uma parcela da sociedade politizada, apresentavam-se presos pelas políticas de centralização e clientelismo do governo que a tornavam um privilégio para uma diminuta parte da população brasileira.



A capa do livro *Poder local e educação*, com as cores primárias (vermelho, amarelo, azul e verde) pintadas em traços desordenados e borrados, sem formar nenhuma imagem concreta, parece querer expressar liberdade, necessária para exercer o poder local e uma educação democráticos.

O livro *Constituições estaduais brasileiras e educação*, com duas cores, vermelho e azul, apesar de já possuir traços mais definidos (linhas onduladas e círculos), ainda é uma

⁴¹ A capa é verde, no entanto, a distorção da cor na imagem foi causada pelos efeitos de digitalização da foto.

figura, em seu todo, abstrata. Relacionando o contexto de produção do autor – idéia de redemocratização da sociedade pela promulgação da CF de 1988 – e o conteúdo do livro – análise comparativa dos aspectos fundamentais presentes na CF/88 e transpostos para as Constituições Estaduais, elaboradas e aprovadas em função da mesma -, pode ser que as formas identificadas (na cor vermelha) queiram indicar que o livro trata de leis (aquilo que traz ordens, que organiza algo), mas o fato de o sentido não estar explícito no conjunto da imagem (de fundo azul escuro), pode significar os posicionamentos ideológicos implícitos das diretrizes político-administrativas dos legisladores dos vários Estados brasileiros.



No livro *O custo do aluno universitário*, a capa possui plano de fundo branco com dois retângulos azuis: um pequeno, na parte superior da capa, o qual contém o nome do autor, e um retângulo maior, na parte inferior, em que estão o subtítulo e a logomarca da editora. Entre esses retângulos encontra-se o título. É uma capa simples, cujo *layout* não expressa idéia do texto que comporta.

A capa do livro *O escrito, o dito e o feito* tem o plano de fundo branco e traz uma foto de quatro taças empilhadas. Dentro delas há um líquido, cuja quantidade é maior na taça de cima e diminui, gradualmente, nas inferiores. Pelo título do livro, uma das leituras possíveis é a de que as taças empilhadas com os líquidos representariam a relação dos partidos políticos com a educação. As taças em posições mais altas simbolizariam o que escrevem (planos, projetos, etc.) e falam (discursos de palanque) sobre educação e as taças mais baixas, o que sobra dos escritos e das falas, ou seja, o que efetivamente fazem para a educação.



No ano de 1995, FHC começa a governar o país e a euforia da CF/88 vai se esvaindo mediante o borbulhar do neoliberalismo nas políticas sociais do governo. A desilusão e o descontentamento, principalmente dos grupos de esquerda, mais politizados da sociedade, concentrados nas universidades (mas não só), começam a se manifestar, trazendo à luz as intenções por detrás das diretrizes dos organismos internacionais.



Em *Política educacional: impasses e alternativas*, apesar de uma pintura abstrata, a imagem expressa uma posição mais conservadora. Prevalece uma cor quente (amarelo) e, num pequeno espaço (centro-inferior), no canto esquerdo da capa, uma cor fria (azul escuro), onde estão destacados os nomes dos autores dos textos contidos no livro. Tal imagem, pelo contexto descrito acima, pode indicar que, com as orientações dos organismos internacionais na política educacional, as conquistas para a educação manifestadas na CF/88, e festejadas no início da década

de 1990 pelos educadores, passavam a ser tolhidas.

A capa do livro *Banco Mundial e as políticas educacionais* tem uma imagem que não dá para ser identificada com precisão; o plano de fundo é obscuro. Pensado que, em 1996, as políticas neoliberais do Banco Mundial estão no auge de implantação em praticamente todos os setores da sociedade, especialmente para a educação, e que o livro aponta para o papel estratégico do Banco Mundial na definição das nossas políticas educativas, pode-se deduzir que imagem da capa queria aludir a esse papel do Banco.



Da análise das contra-capas, percebeu-se que, em geral, elas contêm rápida exposição do conteúdo, mas, há livros que possuem, além disso, informações do autor e recomendações de leitura para um determinado público. Nos livros *Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)* e *Poder local e educação*, aparece o nome dos escritores após esse pequeno texto da contra-capa que apresenta o livro. No livro *Poder local e educação*, esse nome é o de Murílio de Avellar Hingel, acompanhado da apresentação do lugar institucional que esse escritor ocupava na época: o de Ministro de Estado da Educação e Desporto. É provável que o editor (ou ainda o autor) visse nisso uma estratégia de legitimidade da obra; como se o lugar institucional do autor constituísse prestígio para a obra, mas, principalmente, leitura fundamental para o leitor da área de educação. De acordo com Toledo, à “medida que os autores são credenciados por seus currículos e suas posições institucionais, os temas também são credenciados, transformando-se em questões cruciais para o educador (TOLEDO, 2001, p. 157)”.

Como parte do aparelho crítico do livro, os textos localizados nas orelhas têm diferentes funções estratégicas. São as principais: divulgar o conteúdo do livro e a

importância do autor para um possível comprador que se sinta atraído pelo volume e, ao mesmo tempo, preparar a leitura, indicando o lugar que o autor e a obra têm no campo da educação, ou seja, pontuar o lugar do título e do autor no conjunto de livros (TOLEDO, 2001). Assim, os produtores de livros estabelecem o elo entre a circulação de seus textos e o universo das instituições de formação superior do professorado e centros de pesquisa, tanto pela difusão dos currículos de seus autores, como pela difusão de textos cuja estrutura formal está baseada no aparelho científico de validação de pesquisas e de resultados (TOLEDO, 2001).

Nos livros *Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)*, *Educação, Estado e democracia no Brasil*, *Poder local e educação*, *Constituições estaduais brasileiras e educação* e *O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp*, a orelha da capa divulga o conteúdo do livro por meio de uma resenha ou resumo e a da contra-capas destaca a importância do autor através de uma síntese de seu currículo e suas posições institucionais.

Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro não possui orelhas. Portanto, as informações sobre o autor encontram-se na contra-capas junto ao resumo do livro. Em *O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos*, a orelha da capa apresenta a autora e a orelha da contra-capas faz a propaganda de outros livros da editora a que pertence, o que é bastante comum desde a constituição do mercado editorial no Brasil, no início do século XX, muito provavelmente sob a influência das casas publicadoras européias. No livro *a Política educacional: impasses e alternativas*, a orelha da contra-capas foi usada como continuidade do texto da capa e não colocaram-se as informações dos autores. Assim, as informações sobre os autores ficaram reservadas ao interior do livro. Por fim, no livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, as orelhas da capa contém um resumo e a da contra-capas faz uma apresentação de uma instituição não-governamental educativa.

A estrutura dos livros apresenta as formalidades de apresentação de uma obra acadêmica. A estratégia editorial é a de adotar um padrão reconhecido, no que diz respeito à organização tipográfica, de livros acadêmicos e científicos para legitimar a obra e seu autor. Assim, os livros apresentam em comum os seguintes elementos: folha de rosto, sumário, apresentação, texto, bibliografia ou referências.

A folha de rosto (anverso) é organizada de modo a apresentar o(s) nome(s) autor(es) (com a indicação de organizador(es) no caso de coletânea); se for coletânea, a relação dos nomes dos autores dos textos; título e subtítulo (se houver); logotipo da editora, reproduzindo as informações da capa.

O sumário apresenta os conteúdos do livro. Geralmente,

[...] tem como função indicar ao leitor a organização interna do texto, mostrando os temas e sua distribuição no espaço do livro. É uma espécie de síntese dos movimentos que o autor realiza no espaço das páginas que constrói. Lugar estratégico na medida que é nele que o futuro leitor identifica aquilo que pode ser de seu interesse; lugar em que o leitor pode se identificar com os conteúdos do livro. O índice ou tábua de matérias deve sistematizar os conteúdos do livro e ao mesmo tempo convidar o leitor para se apropriar dos conteúdos ali expostos (TOLEDO, 2001, p. 160).

Nas coletâneas - *Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)*, *Política educacional: impasses e alternativas* e *O Banco Mundial e as políticas educacionais* - no sumário, o título de cada texto, na mesma linha, é seguido do número da página e, na linha logo abaixo, é seguido do nome do autor. Nos livros *Educação, Estado e democracia no Brasil*; *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro*; *Constituições estaduais brasileiras e educação*; *O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp*; *O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos*; e *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, a organização do sumário é bastante detalhada de forma que o leitor encontra um minucioso roteiro de leitura de cada uma das partes dos capítulos do livro.

Nestes livros, ao ler o sumário, “o leitor tem exata noção de qual será seu itinerário de leitura, que temas e problemas são tratados, que conceitos, que discussões e que recortes o autor realiza. Há um verdadeiro trabalho [...] de sistematização dos conteúdos do texto” (TOLEDO, 2001, p. 160). O sumário assim organizado acaba por ter dupla função: por um lado, indica ao leitor a matéria ou abordagem que encontrará em cada capítulo; de outro, faz com que o leitor, ao retomar a leitura do texto, possa rapidamente localizar os assuntos, conceitos ou problemáticas de seu interesse, utilizando-se dos livros como manuais de consulta. Desse modo, percebeu-se que os editores organizaram os sumários como verdadeiros roteiros de leitura, à medida que estabeleceram de antemão aquilo que deveria ser lido e reconhecido no texto, garantindo um determinado uso do público, ao qual os livros estão destinados (TOLEDO, 2001).

Cabe ressaltar que dos nove livros, somente o livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais* não possui prefácio. Este, nos demais livros, junto com a apresentação, exerceu o papel de introdução, dando elementos para situar o assunto, isto é, contextualizar o tema. O

que geralmente difere o prefácio e a apresentação é que os prefácios são escritos por uma pessoa que não é o autor do livro e as apresentações são escritas pelos próprios autores dos textos. Uma exceção ocorre no livro *Democratização, educação e cidadania* em que a apresentação foi feita por Miguel Arraes de Alencar, governador de Pernambuco de 1987-1990, e cuja gestão estudou-se no livro. Percebe-se que os prefácios dos livros (e a apresentação, em particular, do livro *Democratização, educação e cidadania*) são uma estratégia editorial para legitimação da obra, pois os autores deles eram nomes conhecidos na área da educação e, após o nome, constava o lugar institucional que ocupavam esses autores. Os editores utilizaram mais um espaço do livro para reforçar a idéia de que o lugar institucional dos autores constitui o prestígio do livro como divulgador do saber científico e atual em educação.

As coletâneas possuem as bibliografias anexadas ao final de cada texto. Por limite de tempo, não foi possível estudá-las, apesar de concordar com Toledo que ela é “fundamental na composição de um texto tido como ‘científico’, faz parte das ‘provas’ que sustentam a inserção do texto em um determinado campo acadêmico ou científico” (TOLEDO, 2001, p. 164).

Os livros *Educação, Estado e democracia no Brasil* e *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro* fazem parte de coleções. O primeiro pertence à Coleção Biblioteca de Educação e o segundo, à Coleção Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: Educação⁴². Provavelmente, incluir estes livros dentro dessas coleções fazia parte de estratégias editoriais, pois como afirma Toledo “as coleções são uma maneira de tornar atraente um produto que já está no mercado – o livro – atraindo novos consumidores para novas formas de uso dele” (TOLEDO, 2001, p. 4).

Em relação aos modos de usos previstos desses livros pelos seus produtores, notou-se bastante diversidade; uma razão seria porque a produção deles é independente de outro livro, ou seja, não fazem parte de uma mesma coleção. Para *Democratização, educação e cidadania*, o uso previsto por seus produtores foi para aprimoramento profissional de professores de todos os níveis da educação, especialistas da educação de diferentes áreas, estudantes de pedagogia, sociologia, ciência política e para os que atuam na gestão do ensino. Além disso, também poderia ser usado como leitura “[...] para todos os que se preocupam com uma escola pública cada vez mais democrática e fortalecida, com a construção da cidadania no país”.

⁴² Para esta pesquisa tentou-se obter informações dessas coleções pedindo-as às editoras via *e-mail*, no entanto, não se obtiveram respostas as solicitações.

O livro *Educação, Estado e democracia no Brasil* foi indicado para que “professores, pesquisadores e estudantes de Sociologia, Política, História e das disciplinas afins com a Educação Brasileira” possam compreender as “forças que aceleram ou freiam a democracia”.

Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro foi produzido, segundo a editora, para preencher lacuna na literatura pedagógica sobre a educação superior, a fim de auxiliar os alunos dos cursos de licenciatura.

Previu-se o uso do livro *Poder local e educação* como contribuição para a construção da capacidade planejadora, gerencial e administrativa, necessárias para o poder local e a gestão da educação básica. Assim, foi previsto o uso de tal livro como instrumento de luta pela melhoria do ensino no Brasil.

O produtor do livro *O custo do aluno universitário* previu seu uso em dois âmbitos: local, onde seria utilizado para que a UNICAMP pudesse melhor conhecer a si mesma e geral, no qual forneceria a todo sistema universitário uma metodologia que permitisse o estabelecimento de parâmetros capazes de levar em conta a diversidade e a complexidade do financiamento universitário.

O uso previsto para o livro *Constituições estaduais brasileiras e educação* foi de literatura para “chamar a atenção para as Constituições Estaduais brasileiras, elaboradas, discutidas e aprovadas pelos deputados sem qualquer acompanhamento crítico por parte da comunidade civil e sob injunções manipulatórias de toda espécie”.

O livro *O escrito, o dito e o feito* foi direcionado aos educadores e aos demais interessados como instrumento para “tornar a cada dia mais insignificante a defasagem entre o escrito, o dito e o feito, no que tange à educação democrática, no Brasil”.

No livro *Política educacional: impasses e alternativas*, indicou-se o uso do livro para o aprofundamento e qualificação do debate relativo aos caminhos da política educacional brasileira.

Por fim, no livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, os produtores indicaram o livro para a compreensão das políticas educacionais e para democratização do acesso às informações sobre o Banco Mundial.

Observa-se pela análise materialidade dos livros que os seus aspectos formais são um chamariz para o consumidor e transmitem sutilmente uma mensagem ao leitor, a fim de preparar e orientar sua leitura. Assim, o design dos livros tem por função torná-los produtos para o mercado e o conjunto dos seus dispositivos tipográficos permite ao leitor realizar uma antecipação direcionada do assunto que será abordado no texto.

Os usos dos livros previstos pelos seus produtores indicam possíveis para quê e para quem das publicações. Os livros tiveram diversas, porém específicas, funções de acordo com o saber neles questão e, em relação ao público-alvo, os títulos foram recomendados, em geral, para pessoas envolvidas com a educação nos espaços acadêmicos.

Em síntese, os livros sobre o financiamento da educação no Brasil, no período 1991-1996, tiveram por autores pessoas que ocupavam lugar institucional privilegiado na produção de conhecimento, especialmente na área de Educação, e foram postos em circulação por editoras, cujas publicações priorizavam os saberes acadêmicos e que, por meio dos dispositivos materiais, tentaram tornar esses livros - em baixa neste período - objetos de consumo no mercado editorial em fase de ascensão. A partir de 1997, ocorre uma inversão deste quadro, iniciando-se uma nova fase na produção e circulação dos saberes sobre o financiamento da educação, conforme expostos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 3

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM ACELERAÇÃO: O CONTEXTO DAS PUBLICAÇÕES DE 1997 a 2005

CAPÍTULO 3 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM ACELERAÇÃO: O CONTEXTO DAS PUBLICAÇÕES DE 1997 A 2005

Neste capítulo, o objetivo é compreender e analisar a produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação no Brasil, durante os anos de 1997 a 2005, realizadas, principalmente, pelos docentes de cursos de formação de professores. Para atingir este objetivo buscou-se caracterizar o mercado de livros, a retomada do quadro educacional e a investigação do lugar onde os autores escreveram as publicações no período em questão.

3.1 O mercado editorial na contramão do financiamento da educação

Com a criação do Plano Real, a inflação foi controlada e o mercado expandiu-se. Certa paridade entre o Real e o Dólar, porém, gerou um desequilíbrio na balança comercial e o governo para diminuir esse déficit, aumentou as taxas de juros no mercado interno a fim de atrair o capital estrangeiro para o país. Como consequência dessa ação governamental, houve a diminuição da atividade econômica e a abertura do mercado para empresas internacionais. Particularmente no mercado editorial, essa situação gerou parcerias, aquisições e fusões de editoras nacionais por editoras estrangeiras.

Essa internacionalização das empresas gerou as mega-empresas que, com a profissionalização da gerencia, buscaram o aumento da lucratividade, passando a atuar em diversos segmentos paralelos ao editorial, como de revistas e CDs (ALMEIDA, 2003; MARQUES NETO, 2003; CLARO, 2000, STRECKER, 2007). Desse modo, no período de 1997 a 2005, o mercado editorial atingiu certa estabilidade em termos de faturamento, o qual sofreu variações entre 1,8 e 2,6 milhões (Tabela 11 e Gráfico 11).

Tabela 11: Faturamento (R\$) das editoras no período 1997-2005*
(continua)

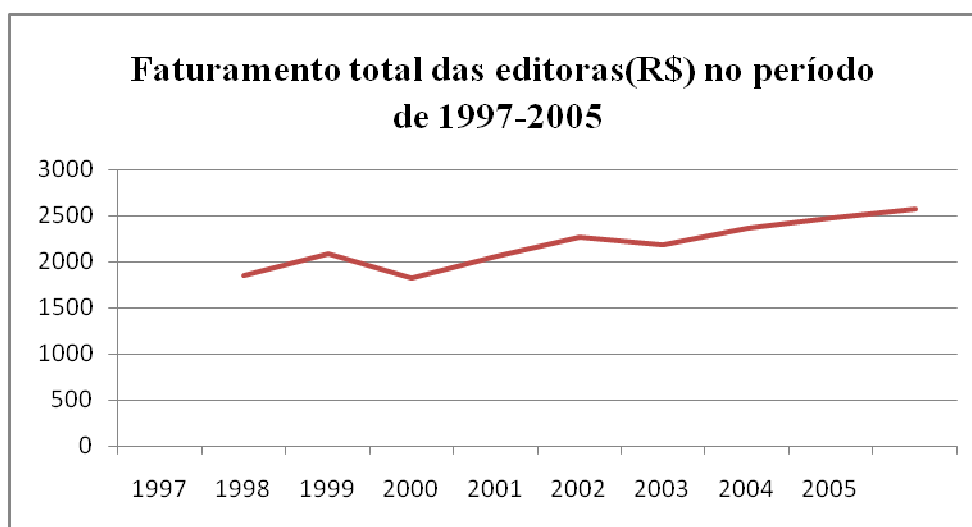
Ano	Faturamento (R\$)
1997	1.845,40
1998	2.083,30
1999	1.818,00

Tabela 11: Faturamento (R\$) das editoras no período 1997-2005**(continuação)*

2000	2.060,40
2001	2.267,00
2002	2.181,00
2003	2.364,00
2004	2.477,00
2005	2.573,00

*Dados em milhões

Fonte: CBL, 2006, p.

**Gráfico 11 -** Faturamento (R\$) das editoras no Brasil: 1997-2005.

Fonte: CBL, 2006.

Entretanto, em relação à tiragem total de livros publicados, o mercado editorial seguiu um movimento decrescente, passando de 381.870.374 exemplares, em 1997, para 306.463.000, em 2005 (Tabela 12 e Gráfico 12).

Tabela 12: Tiragem total dos livros publicados entre 1997 e 2005**(continua)*

Ano	Tiragem total de livros
1997	381,9
1998	369,2
1999	295,4
2000	329,5
2001	331,1
2002	338,7
2003	299,4

Tabela 12: Tiragem total dos livros publicados entre 1997 e 2005*
(continua)

2004	320,1
2005	306,5

* Dados em milhões.

Fonte: CBL, 2006.

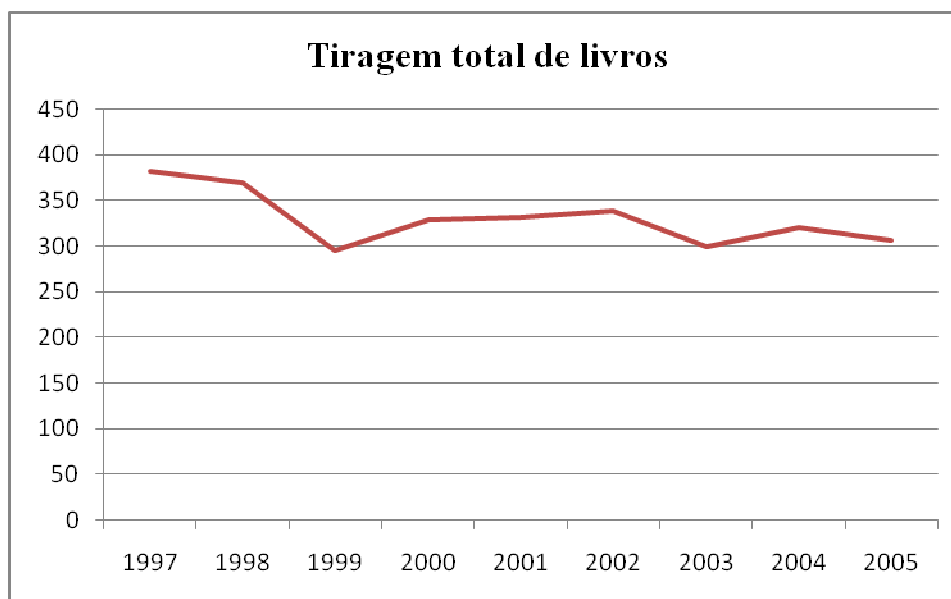


Gráfico 12: Dispersão da tiragem total de livros publicados no Brasil: 1997-2005.

Fonte: CBL, 2006.

O motivo dessa queda pode ser creditado ao crescimento da produção de exemplares publicados em primeira edição ao lado da quantidade de reedições, cujo índice decresceu significativamente, quase retornando ao número registrado no ano de 1993⁴³ (Tabela 13 e Gráfico 13). Tal comportamento, observado na produção editorial, indicou a tendência dos editores de se arriscarem, investindo em novas publicações.

Tabela 13: Número de exemplares livros produzidos em primeira edição e em reedição no período de 1997 a 2005*

Ano	Primeira edição	Reedição
1997	55,3	326,6
1998	94,5	274,6

⁴³ No ano de 1993, o número de exemplares em reedição era de 161,3 milhões.

Tabela 13: Número de exemplares livros produzidos em primeira edição e em reedição no período de 1997 a 2005*

<i>(continuação)</i>		
1999	58,1	237,3
2000	90	237,4
2001	85,6	245,5
2002	143,8	194,9
2003	107,8	191,5
2004	123,7	196,3
2005	138,9	167,5

* Dados em milhões

Fonte: CLARO (2000, p. 32), Mello Junior (2004, p. 1 2), CBL (2006).

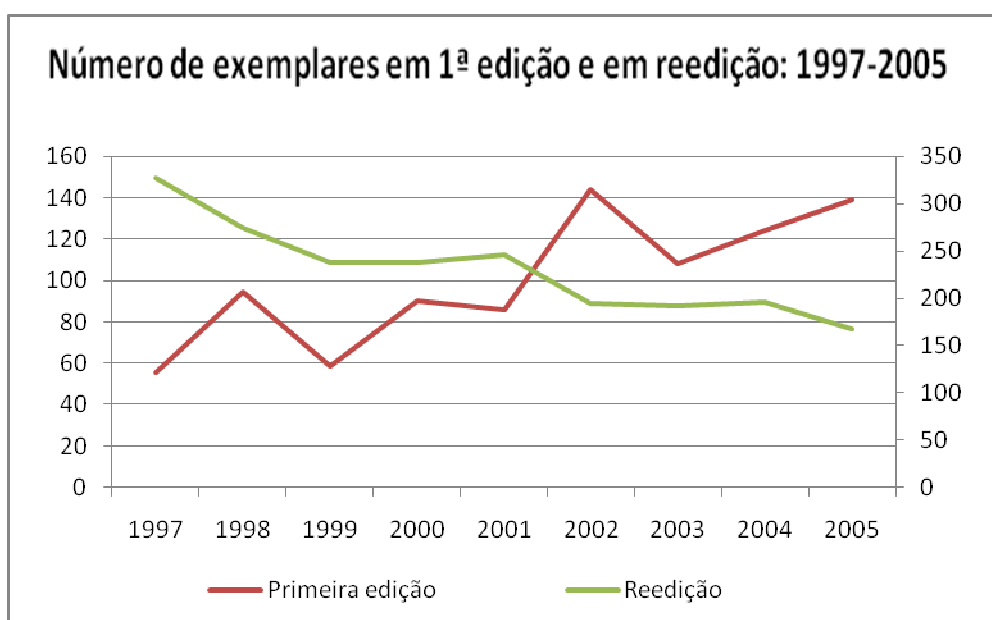


Gráfico 13: Dispersão do número de exemplares produzidos em primeira edição e em reedição no Brasil: 1997-2005.

Fonte: CLARO (2000, p. 32), Mello Junior (2004, p. 12), CBL (2006).

Os dados referentes aos títulos em primeira edição e reedição apresentaram percursos semelhantes aos dos exemplares (Tabela 14 e Gráfico 14).

Tabela 14: Número de títulos publicados em primeira edição e em reedição (1997-2005)
(continua)

Ano	Títulos em 1ª edição	Títulos em reedição
1997	11.561	39.899
1998	15.098	34.648

Tabela 14: Número de títulos publicados em primeira edição e em reedição (1997-2005)
(continuação)

1999	13.997	29.700
2000	18.305	26.806
2001	15.350	25.550
2002	15.080	24.720
2003	13.340	22.250
2004	14.482	20.376
2005	19.227	22.301

Fonte: CLARO (2000, p. 34), Mello Junior (2004, p. 8), CBL (2006).

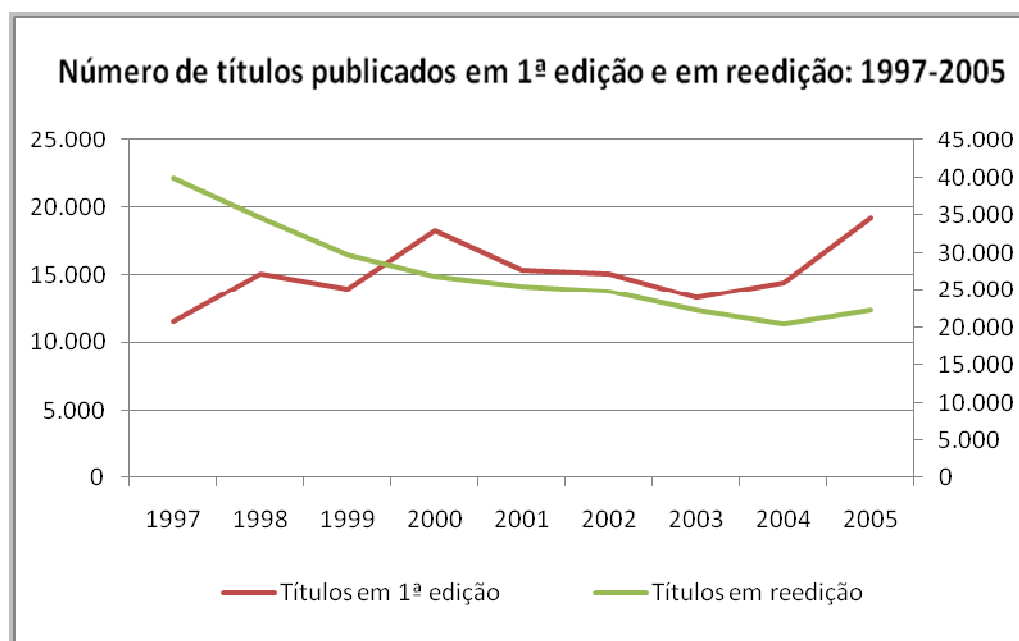


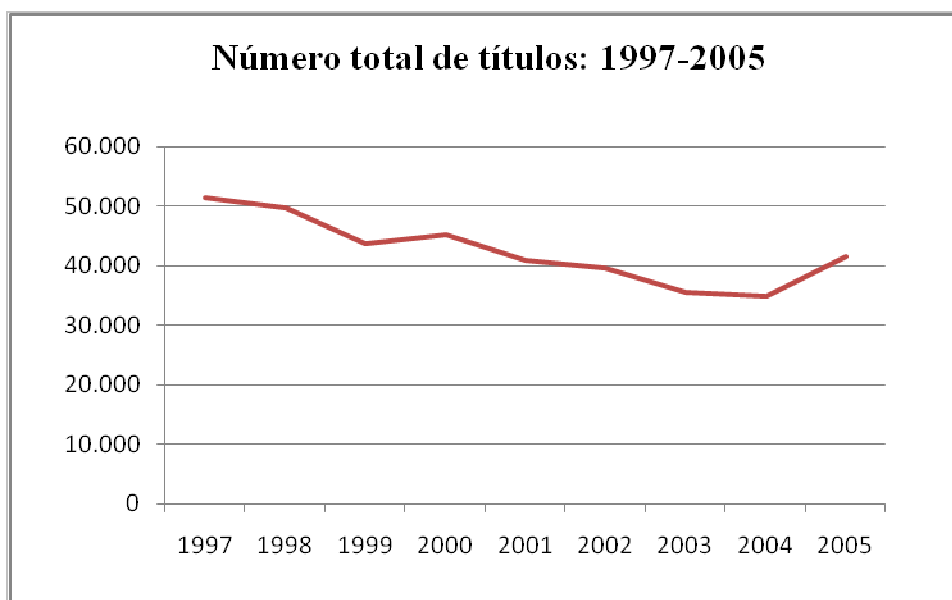
Gráfico 14: Número de títulos em primeira edição e reedição publicados no Brasil: 1997-2005.
Fonte: CLARO, 2000, p. 35.

Esses dados apontaram que também ocorreu nesta fase um descompasso entre as primeiras edições e as reedições. Porém, ao contrário do que aconteceu no período anterior (1991-1996), de 1997 a 2005, notou-se que os números de exemplares e títulos em reedição decresceram enquanto os números de exemplares e títulos em primeira edição elevaram-se. Esses índices mostraram que parte dos títulos novos não foi reeditada, sendo que os editores preferiram investir e lançar no mercado novas publicações. Isso resultou num declínio da produção total de títulos, cujos números passaram de 51.460 títulos, em 1997, para 41.528, em 2005, sendo o total do ano de 2004 o mais baixo do período: 34.858 títulos (Tabela 15 e Gráfico 15).

Tabela 15: Número total de títulos publicados entre 1997-2005

Ano	Número total de títulos: 1997-2005
1997	51.460
1998	49.746
1999	43.697
2000	45.111
2001	40.900
2002	39.590
2003	35.590
2004	34.858
2005	41.528

Fonte: CLARO (2000, p. 33), Mello Junior (2004, p. 8), CBL (2006).

**Gráfico 15:** Número total de títulos publicados no Brasil: 1997-2005.

Fonte: CLARO (2000, p. 34), Mello Junior (2004, p. 8), CBL (2006).

Todavia apesar desse quadro decrescente do total de títulos, que continuou sob o predomínio do sub-setor dos livros didáticos no faturamento e no número de exemplares vendidos (BNDES, 2000; CBL; PAZ, 2003), o fato de as primeiras edições de títulos e exemplares, mesmo que modestamente, terem ascendido fez com que o mercado de livros em primeira edição sobre o financiamento da educação fosse, ainda que diminuto, favorecido. A esse fato somou-se outro: o de que, nesse período, um número considerável de editoras passaram a investir na produção e vendas de livros acadêmicos, além de surgirem muitas editoras universitárias.

A expansão desse tipo de editora e, conseqüentemente, do mercado de livros científicos, técnicos e profissionais (CTPs), pareceu vantajosa para muitos editores, em vista do potencial das universidades neste sub-setor e da “exigência por parte do mercado de trabalho de um alto padrão de qualidade do profissional [...]” (CRESPO, 2002, p. 1)⁴⁴. Assim, neste mercado onde o livro tornou-se objeto de investimento econômico, este sub-setor pareceu um lucrativo negócio para alguns editores e os livros a respeito do financiamento da educação surgiram de modo mais expressivo se comparado à quantidade deles no período anterior (Tabela 16 e Gráfico 16).

Tabela 16 – Número de títulos publicados em 1ª edição sobre o financiamento da educação: 1997-2005

Ano	Nº de livros por ano
1997	6
1998	0
1999	3
2000	2
2001	5
2002	3
2003	5
2004	5
2005	3
Total	32

Fonte: Dados da pesquisa.

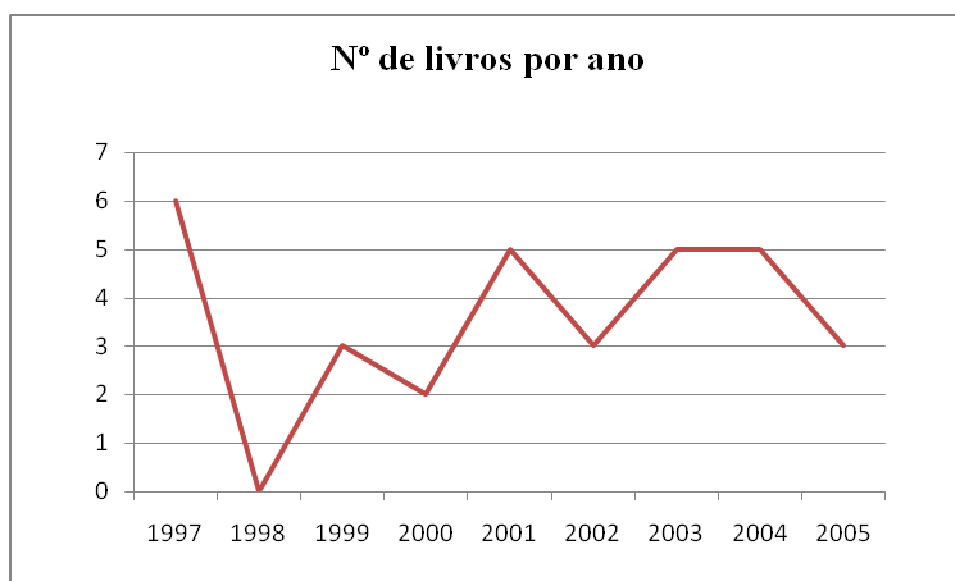


Gráfico 16 - Número de títulos publicados em 1ª edição sobre o financiamento da educação no Brasil: 1997-2005.

Fonte: Dados da pesquisa.

⁴⁴ A respeito das editoras universitárias brasileiras ver Marques Netto (2003).

O ano de 1997 iniciou com o maior número de publicações sobre o financiamento da educação do período, acompanhando o ritmo de crescimento do total de títulos editados no Brasil⁴⁵. Em 1998, ainda seguindo a produção nacional, tal número sofreu uma queda brusca e não se identificou nenhuma publicação de livro sobre a temática. A partir de então, nos anos posteriores (1999 a 2005), o mercado de livros sobre o financiamento pareceu recuperar-se de um modo mais equilibrado, apresentando ascensões (1999, 2001 e 2003), estabilidade (2004) e declínios moderados no número de publicações (2000, 2002 e 2005), diferentemente, do mercado nacional, o qual passou a decrescer (Gráfico 17).

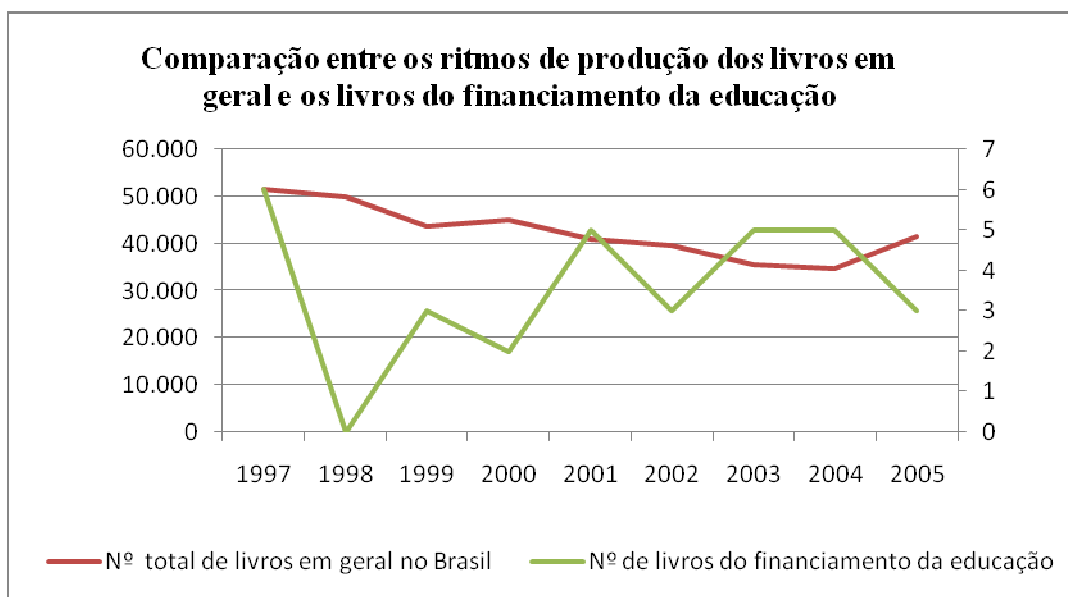


Gráfico 17 – Comparação entre o mercado de livros em geral com o mercado de livros do financiamento da educação: 1997-2005.

Fonte: CBL (2006) e dados da pesquisa (Tabela 15 e Gráfico 16).

Esse aumento na produção dos livros sobre o financiamento da educação, em meio ao declínio da produção total de livros editados, refletiu as mudanças ocorridas no campo político-educacional. Conforme aponta Arelaro (2000), o governo federal, cujo mandato iniciou-se no segundo quinquênio da década de 1990, embasou suas ações em dois pontos resultantes de avaliação sobre a conjuntura educacional. O primeiro era o de que a educação já não tinha mais problema de atendimento à demanda e o segundo, que os recursos aplicados em educação eram suficientes, sendo necessário apenas administrá-los melhor. Diante disso, a

⁴⁵ Em 1997, registrou-se a maior quantidade da publicação total de livros no Brasil no intervalo dos anos de 1991 a 1997 (Tabela 1).

legislação proposta pelo governo operou “profundas modificações na concepção, nas finalidades e na organização da educação brasileira, em especial do Sistema Nacional de Educação” (ARELARO, 2000, p. 104), que vinham sendo defendidas pela sociedade junto ao Poder Legislativo.

Os principais documentos legais que basicamente auxiliaram este projeto de educação do governo FHC foram a EC nº 14/96⁴⁶ e a Lei nº 9.424/96, relativas, respectivamente, à criação e à regulamentação do FUNDEF, as quais encontraram respaldo na Lei nº 9.394/96 (LDB), delineada de acordo com as normas da escola reformista-liberal. Esses documentos acarretaram algumas alterações na gestão do financiamento da educação para todo país que implicaram na rearticulação do campo de conhecimento. Isto se refletiu consideravelmente na produção e circulação de estudos e pesquisas, especialmente nas universidades, (GOMES, 2007) devido à necessidade de informação, atualização e crítica sobre a temática. Houveram novas demandas também para o mercado editorial: “livros por encomenda”. Portanto, a produção e a circulação do assunto nesse período significaram uma atualização técnica e política do campo educacional.

Desse modo, o financiamento da educação, que durante os anos de 1991 a 1996 esteve restrito a determinadas partes dos livros, nem mesmo tendo espaço em suas capas por ser tratado como um assunto secundário nas discussões sobre a política e gestão educacionais, emergiu, ganhando espaço nos debates político-educacionais e a confiança das editoras como um investimento se não rentável, ao menos, não deficitário. Especialmente, no mercado de livros acadêmicos, a temática serviu de assunto para livros inteiros e título de capa para a metade dos livros produzidos no período (Quadro 12).

(continua)

	Ano	Título	Autor(a)
1.	1997	<i>As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo</i>	Cesar Callegari
2.	1997	<i>Educação pública no Brasil: contos & descontos</i>	João Antonio Cabral de Monlevade
3.	1997	<i>LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento</i>	Paulo Nathanael Pereira de Souza

Quadro 12 – Relação dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1997-2005.

⁴⁶ Cabe lembrar que a EC nº 14/96, além de criar o FUNDEF, modificou as concepções expressas na CF/88, priorizando o ensino fundamental, bem como a desobrigação do Estado para com a educação de jovens e adultos, inviabilizou a manutenção e expansão do atendimento à educação infantil, reformulou o papel da União em relação à garantia da educação básica e à autonomia da universidade (ARELARO, 2000).

(continuação)

4.	1997	<i>LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>	Iria Brzezinski (Org.)
5.	1997	<i>Mudanças no financiamento da educação no Brasil</i>	José Carlos de Araújo Melchior
6.	1997	<i>O FUNDEF e seus pecados capitais</i>	João Antonio Cabral de Monlevade e Eduardo Beurmann Ferreira
7.	1999	<i>Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento</i>	Vera Lúcia Cabral Costa (Org.)
8.	1999	<i>Financiamento da educação básica</i>	Luiz Fernandes Dourado (Org.)
9.	1999	<i>O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta</i>	Nicholas Davies
10.	2000	<i>Avaliação, impasses e desafios da educação básica</i>	José Roberto Rus Perez
11.	2000	<i>Verbas da educação: o legal x o real</i>	Nicholas Davies
12.	2001	<i>Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90</i>	Angela Maria Hidalgo e Ileizi Luciana Fiorelli Silva (Org.)
13.	2001	<i>Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa</i>	Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Jr. (Org.)
14.	2001	<i>Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal</i>	Romualdo Portela de Oliveira e Theresa Adrião
15.	2001	<i>O Fundef e as verbas da educação</i>	Nicholas Davies
16.	2001	<i>Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?</i>	Nicholas Davies
17.	2002	<i>Educação Profissional no Brasil</i>	Silvia Maria Manfredi
18.	2002	<i>Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial</i>	Maria Abádia da Silva
19.	2002	<i>O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo</i>	Cesar Callegari
20.	2003	<i>Desafios da educação municipal</i>	Donaldo Bello de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria (Org.)
21.	2003	<i>Financiamento da educação superior: estado x mercado</i>	Nelson Cardoso Amaral
22.	2003	<i>Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990</i>	Vera Maria Vidal Peroni
23.	2003	<i>Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais</i>	Luiz Fernando Dourado, Afrânio Mendes Catani e João Ferreira de Oliveira (Org.)

Quadro 12 – Relação dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1997-2005.

(continuação)

24.	2003	<i>O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90</i>	Angélica Maria Pinheiro Ramos
25.	2004	<i>Direito à educação: uma questão de justiça</i>	Wilson Donizetti Liberati (Org.)
26.	2004	<i>Estrutura e funcionamento do ensino</i>	Carlos da Fonseca Brandão
27.	2004	<i>Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?</i>	Nicholas Davies
28.	2004	<i>Gestão e políticas da educação</i>	Mariluce Bittar e João Ferreira de Oliveira (Org.)
29.	2004	<i>Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente</i>	Deise Mancebo e Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (Org.)
30.	2005	<i>Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola. FUNDEF</i>	Magna França
31.	2005	<i>Direito educacional e municipalização</i>	Vicente de Paula Silveira
32.	2005	<i>Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil</i>	Donaldo Bello de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria

Quadro 12 – Relação dos livros sobre o financiamento da educação no Brasil: 1997-2005.

No quadro 13, apresentam-se os livros que estampam palavras relacionadas ao financiamento da educação no título e, no quadro seguinte (Quadro 14), aqueles em que a temática exibiu-se em partes deles.

(continua)

	Livros
1.	<i>As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo</i>
2.	<i>Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento</i>
3.	<i>Financiamento da educação básica</i>
4.	<i>Financiamento da educação superior: estado x mercado</i>
5.	<i>Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?</i>
6.	<i>Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola. FUNDEF</i>
7.	<i>Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB</i>

Quadro 13 – Livros com palavras relacionadas à temática do financiamento da educação exibida na capa

(continuação)

8.	<i>Mudanças no financiamento da educação no Brasil</i>
9.	<i>O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90</i>
10.	<i>O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo</i>
11.	<i>O Fundef e as verbas da educação</i>
12.	<i>O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta</i>
13.	<i>O FUNDEF e seus pecados capitais</i>
14.	<i>Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?</i>
15.	<i>Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil</i>
16.	<i>Verbas da educação: o legal x o real</i>

Quadro 13 – Livros com palavras relacionadas à temática do financiamento da educação exibida na capa.

(continua)

	Título	Parte relacionada ao financiamento	Autor(a)
1.	<i>Educação pública no Brasil: contos & descontos</i>	- Capítulo 2, “Financiamento da escola pública: dos jesuítas à nova LDB (1549-1997)”. - Capítulo 3, “Financiamento para uma escola pública de qualidade”. - Capítulo 4, “A atual legislação da educação quanto à gestão e financiamento”.	João Antonio Cabral de Monlevade
2.	<i>LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento</i>	- Capítulo XII, “Financiamento da Educação”, da Parte 2.	Paulo Nathanael Pereira de Souza
3.	<i>LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>	- Capítulo 11: “Financiamento da educação na Constituição Federal e na LDB”.	João Antonio Cabral de Monlevade
4.	<i>Avaliação, impasses e desafios da educação básica</i>	- “Os gastos com educação”	José Roberto Rus Perez
5.	<i>Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90</i>	- 2º. artigo da Primeira Parte “As orientações do Banco Mundial e as políticas educacionais atuais: a construção do consenso em torno da centralidade da educação básica”.	Francis Mary Guimarães Nogueira
		- 1º. artigo da Segunda Parte “As condições do financiamento público e a direção dada às ações governamentais para o ensino fundamental no Estado do Paraná de 1983 a 1994”.	Jussara Maria Tavares Puglielli Santos

Quadro 14 – Livros que a temática do financiamento não está explícita na capa, mas em partes deles.

(continuação)

		- 5º. artigo da segunda parte: “Da afirmação da inadequação da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional à adequação às exigências políticas e econômicas hegemônicas (1995-1999)”	Roberto Antonio Deitos
6.	<i>Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa</i>	- 1º. artigo “Manutenção e financiamento da educação superior”	Helena Vasconcelos, Luciene Medeiros, Otília Seiffert e Vera J. Chaves.
7.	<i>Educação Profissional no Brasil</i>	- Tópico 6: “Financiamento” do capítulo II (“A rede de educação profissional brasileira”). - Tópico 4: “Financiamento” do capítulo III (O sistema S).	Silvia Maria Manfredi
8.	<i>Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial</i>	- Tópico 6: “A incorporação no financiamento da educação básica pública” do Capítulo III “O consentimento do governo federal e das elites dirigentes”.	Maria Abádia da Silva
9.	<i>Desafios da educação municipal</i>	- “O processo de construção da Educação Municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão”.	Donaldo Bello de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria
		- Parte I: “Enfoque político-institucional em torno do financiamento e gestão do ensino”, 1º artigo – “Estado, planejamento e democratização da educação”	José Clovis de Azevedo
		- Parte I: “Enfoque político-institucional em torno do financiamento e gestão do ensino”, 4º artigo - “Gestão financeira da educação: o legal x o real?”	Nicholas Davies
		- Parte I: “Enfoque político-institucional em torno do financiamento e gestão do ensino”, 5º artigo - “Políticas federais de apoio: as tortuosas ruas de mão-dupla das relações intergovernamentais”	Candido Alberto Gomes, Beatrice Laura Carnielli e Myriam Chistiano Maia Gonçalves
10.	<i>Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990</i>	- Capítulo 2, tópico “Financiamento”. - Capítulo 3, tópico “Comparação Porto Alegre-Campo Grande”, item 3: “Autonomia financeira dos municípios: série histórica 1988-1998 dos grandes elementos de receita” e 4: “Percentuais gastos em educação na União, estados e municípios estudados”.	Vera Maria Vidal Peroni

Quadro 14 – Livros que a temática do financiamento não está explícita na capa, mas em partes deles.

(continuação)

11.	<i>Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais</i>	- O artigo “A gestão das instituições de ensino superior: o foco do financiamento”, Parte IV.	Nelson Cardoso Amaral
12.	<i>Direito à educação: uma questão de justiça</i>	- O capítulo 4 “Financiamento da educação básica pública no Brasil: algumas notas”	Ricardo Chaves de Rezende Martins
13.	<i>Estrutura e funcionamento do ensino</i>	- Tópico 3.2 “O financiamento da educação brasileira” do capítulo 3, “Os profissionais da educação e o financiamento da educação”.	Carlos da Fonseca Brandão
14.	<i>Gestão e políticas da educação</i>	- 3º capítulo: “O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef: a atuação no Estado de Mato Grosso do Sul de 1998 a 2000”, da 2ª Parte: “Políticas e gestão da educação: análise de experiências”.	Regina Tereza Cestari de Oliveira
15.	<i>Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente</i>	- Parte III “Avaliação, gestão e financiamento da educação superior: análises e perspectivas”, artigo “A política de financiamento da educação superior: o debate atual no periódico <i>Universidade e Sociedade</i> ”.	Vera Lúcia Jacob Chaves, Luciene das Graças Miranda Medeiros e Helena Corrêa de Vasconcelos
16.	<i>Direito educacional e municipalização</i>	- Capítulo V “Financiamento dos sistemas de ensino municipais” e seus tópicos 1 e 2, respectivamente, “Fontes financeiras derivadas de normas constitucionais” e “Fontes financeiras derivadas de leis federais”.	Vicente de Paula Silveira

Quadro 14 – Livros que a temática do financiamento não está explícita na capa, mas em partes deles.

Nos livros desse período de 1997 a 2005, por meio de categorias e subcategorias construídas para a análise dos textos, foi possível descobrir que prevaleceu a subtemática do financiamento da educação na legislação, havendo uma predominância dos escritos sobre a EC nº 14/96, que criou o FUNDEF (Quadros 15 e 16).

A categoria com maior número de livros foi “Financiamento da educação na legislação e em outros documentos”, com 22 obras. A subcategoria que mais se destacou foi: “CF/88, LDB/96, EC nº 14/96 – FUNDEF, Lei 9.424/96, PNE, EC nº 42/2003, Salário-educação”, com 20 livros: 16, tratam da EC nº 14/96 – FUNDEF; 12, da LDB/96; 5, da CF/88; 5, da Lei

9.424/96; 5, do Salário-educação; 2, do PNE; e 1, da EC nº 42/2003. A esta, seguiu-se as subcategorias “Mecanismos de fiscalização”, com 3 livros: 2, tratam dos Tribunais de Contas e 1, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, e “Relatório do MEC e literatura”, com 1 livro.

A categoria “Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas” teve 20 livros. Nesta categoria, a subcategoria “Financiamento da educação pública” foi a que se destacou com 15 livros: 6, tratam da questão de defesa/denúncia do financiamento da educação pública; 4, do financiamento da educação municipal; 2, do financiamento da educação estadual; 1, do financiamento da educação federal; e 2, abordam o financiamento da educação pública em todos os níveis. A subcategoria “Financiamento da educação pública e/ou privada” apresenta 7 livros: 5, abordam a questão do público e/ou privado na educação superior; 1, no ensino fundamental; e 1, no ensino profissional. As subcategorias “Financiamento da educação privada – fontes públicas” e “Financiamento da educação pública – fontes públicas” têm 1 e 2 livros, respectivamente.

Por fim, a categoria “Financiamento da educação – políticas e fontes de organismos internacionais” apresenta 3 livros, os quais foram classificados na subcategoria “Banco Mundial” e 2, também foram inclusos na subcategoria “FMI”.

(continua)

LIVROS 1997-2005		
CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	LIVROS
Financiamento da educação – política e	*Banco Mundial * FMI	1. <i>Educação e Estado</i> : as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90
Fontes de organismos internacionais		1. <i>Intervenção e consentimento</i> : a política educacional do Banco Mundial 2. <i>O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90</i>
Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	*Mecanismos de fiscalização • TCs • Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef	1. <i>Gestão e financiamento da educação</i> : o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola. FUNDEF 2. <i>Educação pública no Brasil</i> : contos & descontos 3. <i>LDB e ensino superior</i> : estrutura e funcionamento

Quadro 15 – Categorias e subcategorias de classificação dos livros sobre o financiamento da educação: 1997-2005.

(continuação)

	* CF/88, LDB/96, EC nº 14/96 – Fundef, Lei 9.424/96, PNE, EC nº 42/2003, Salário-educação * Relatório do MEC e literatura	4. <i>LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i> 5. <i>Mudanças no financiamento da educação no Brasil</i> 6. <i>O FUNDEF e seus pecados capitais</i> 7. <i>Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento</i> 8. <i>Financiamento da educação básica</i> 9. <i>O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta</i> 10. <i>Verbas da educação: o legal x o real</i> 11. <i>Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB da Constituição Federal</i> 12. <i>O Fundef e as verbas da educação</i> 13. <i>Os Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?</i> 14. <i>O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo</i> 15. <i>Desafios da educação municipal</i> 16. <i>Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990</i> 17. <i>Direito à educação: uma questão de justiça</i> 18. <i>Estrutura e funcionamento do ensino</i> 19. <i>Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?</i> 20. <i>Gestão e políticas da educação</i> 21. <i>O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90</i> <i>Direito educacional e municipalização</i>
Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	*Financiamento da educação pública e/ou privada • educação superior • ensino fundamental • educação profissional	1. <i>Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola. FUNDEF</i> 2. <i>Educação pública no Brasil: contos & descontos</i> 3. <i>LDB e ensino superior: estrutura e</i>

	*Financiamento da educação privada – fontes	funcionamento
--	---	---------------

Quadro 15 – Categorias e subcategorias de classificação dos livros sobre o financiamento da educação: 1997-2005.

<i>(continuação)</i>		
	públicas *Financiamento da educação pública – fontes públicas • MEC e salário-educação *Financiamento da educação pública • federal • estadual • municipal denúncia/defesa	<i>As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino</i> 4. público no Estado de São Paulo 5. <i>O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta</i> 6. <i>Avaliação, impasses e desafios da educação básica</i> 7. <i>Verbas da educação: o legal x o real</i> 8. <i>Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90</i> 9. <i>Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa</i> 10. <i>O Fundef e as verbas da educação</i> 11. <i>Educação Profissional no Brasil</i> 12. <i>Desafios da educação municipal</i> 13. <i>Financiamento da educação superior: estado x mercado</i> 14. <i>Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais</i> 15. <i>Direito à educação: uma questão de justiça</i> 16. <i>Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?</i> 17. <i>Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente</i> 18. <i>O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90</i> 19. <i>Direito educacional e municipalização</i>
		20. <i>Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996-2002)</i>

Quadro 15 – Categorias e subcategorias de classificação dos livros sobre o financiamento da educação: 1997-2005.

(continua)

	Livro	Categoria(s)	Subcategoria(s)
1.	<i>As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo</i>	Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	Financiamento da educação pública: denúncia/defesa
2.	<i>Educação pública no Brasil: contos & descontos</i>	- Financiamento da educação na legislação e em outros documentos - Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	- CF/88, Emenda nº 14 - FUNDEF, LDB/96 e Lei 9.424/96 - Financiamento da educação pública
3.	<i>LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento</i>	- Financiamento da educação na legislação e em outros documentos - Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	- LDB/96 - Financiamento da educação pública e/ou privada: educação superior
4.	<i>LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	CF/88 e LDB/96
5.	<i>Mudanças no financiamento da educação no Brasil</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	Emenda nº 14 - FUNDEF e salário-educação.
6.	<i>O FUNDEF e seus pecados capitais</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	Emenda nº 14: FUNDEF, LDB/96 e Lei 9.424/96
7.	<i>Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	Emenda nº 14: FUNDEF
8.	<i>Financiamento da educação básica</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	- CF/88, Emenda nº 14: FUNDEF, LDB/96 e Lei 9.424/96 - Relatório do MEC e literatura
9.	<i>O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta</i>	- Financiamento da educação na legislação e em outros documentos - Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	- Emenda nº 14: FUNDEF - Financiamento da educação pública: denúncia/defesa
10.	<i>Avaliação, impasses e desafios da educação básica</i>	Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes	Financiamento da educação pública: estadual

		públicas e/ou privadas	
--	--	------------------------	--

Quadro 16 – Classificação dos livros sobre o financiamento da educação por categorias e subcategorias: 1997 a 2005.

(continuação)

11.	<i>Verbas da educação: o legal x o real</i>	- Financiamento da educação na legislação e em outros documentos - Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	- LDB/96 - Financiamento da educação pública: denúncia/defesa
12.	<i>Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90</i>	- Financiamento da educação – política e fontes de organismos internacionais - Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	- Banco Mundial e FMI - Financiamento da educação pública e/ou privada: ensino fundamental
13.	<i>Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa</i>	Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	Financiamento da educação pública e/ou privada: educação superior
14.	<i>Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB da Constituição Federal</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	CF/88 e LDB/96
15.	<i>O Fundef e as verbas da educação</i>	- Financiamento da educação na legislação e em outros documentos - Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	- Emenda nº 14: FUNDEF - Financiamento da educação pública: denúncia/defesa
16.	<i>Os Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	Mecanismos de fiscalização: TCs
17.	<i>Educação Profissional no Brasil</i>	Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	Financiamento da educação pública e/ou privada: educação profissional
18.	<i>Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial</i>	Financiamento da educação – política e fontes de organismos internacionais	Banco Mundial
19.	<i>O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	EC nº 14: Fundef
20.	<i>Desafios da educação municipal</i>	Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	- EC nº 14: Fundef - Financiamento da educação pública – fontes públicas

		• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública: denúncia/defesa
--	--	--	--

Quadro 16 – Classificação dos livros sobre o financiamento da educação por categorias e subcategorias: 1997 a 2005.

(continuação)

21.	<i>Financiamento da educação superior: estado x mercado</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública e/ou privada: educação superior • Financiamento da educação pública: federal
22.	<i>Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola. FUNDEF</i>	• Financiamento da educação na legislação e em outros documentos • Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Emenda Constitucional n. 14/96, LDB 9.394/96, FUNDEF e PNE • Financiamento da educação pública: estadual e municipal
23.	<i>Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990</i>	• Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	• EC nº 14/96: FUNDEF e salário-educação
24.	<i>Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública e/ou privada: educação superior
25.	<i>Direito à educação: uma questão de justiça</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas • Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	• Financiamento da educação pública • EC nº 14/96: FUNDEF, LDB/96 e salário-educação
26.	<i>Estrutura e funcionamento do ensino</i>	• Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	• CF/88, LDB/96, EC nº 14/96: Fundef
27.	<i>Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?</i>	• Financiamento da educação na legislação e em outros documentos • Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Mecanismos de fiscalização: TCs • LBD/96, EC nº 14 – Fundef, Lei 9.424/96, PNE, EC nº 42/2003, Salário-educação • Financiamento da educação privada – fontes públicas
28.	<i>Gestão e políticas da educação</i>	• Financiamento da educação na legislação e em outros documentos	• Mecanismos de fiscalização: Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef
29.	<i>Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública e/ou privada: educação superior

Quadro 16 – Classificação dos livros sobre o financiamento da educação por categorias e subcategorias: 1997 a 2005.

(continuação)

30.	<i>Direito educacional e municipalização</i>	• Financiamento da educação na legislação e em outros documentos • Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• LDB/96, EC nº 14/96, LF nº 9.424/96 • Financiamento da educação pública: municipal
31.	<i>O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90</i>	• Financiamento da educação na legislação e em outros documentos • Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas • Financiamento da educação – política e fontes de organismos internacionais	• EC nº 14/96: Fundef e salário-educação • Financiamento da educação pública – fontes públicas • Financiamento da educação pública: denúncia/defesa • Banco Mundial e FMI
32.	<i>Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996-2002)</i>	• Financiamento da educação pública e/ou privada – fontes públicas e/ou privadas	• Financiamento da educação pública: municipal

Quadro 16 – Classificação dos livros sobre o financiamento da educação por categorias e subcategorias: 1997 a 2005.

A discussão centrada no FUNDEF, nesse período, também foi constatada por Gomes (2007) em sua pesquisa intitulada “O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura”. Na tabela 17, utilizada pelos autores (e reproduzida abaixo) para organizar a distribuição das sub-temáticas durante os anos de 1988 a 2004, ficou nítida a centralidade que o financiamento da educação, especialmente o FUNDEF, ganhou na produção de acadêmica a partir do biênio 1996/1997.

Tabela 17 – Distribuição das publicações por ano segundo os temas: 1988-2004

(continua)

ANOS \ TEMAS		(continua)										
		1988/ 1989	1990/ 1991	1992/ 1993	1994/ 1995	1996/ 1997	1998/ 1999	2000/ 2001	2002/ 2003	2004	Total	%
Economia e Gestão da Educação					1	1		1			03	1,58
Vinculação de verbas à educação		4		1	1	1	1		1	1	10	5,26

Tabela 17 – Distribuição das publicações por ano segundo os temas: 1988-2004

(continuação)

TEMAS \ ANOS	1988/	1990/	1992/	1994/	1996/	1998/	2000/	2002/	2004	Total	%
	1989	1991	1993	1995	1997	1999	2001	2003			
Diretrizes da Educação Nacional	6	3	4	4	6	7	5	7	3	45	23,68
Evolução dos Gastos Educacionais		1		1		1	5	1		09	4,74
Cooperação Internacional						1	2	2	1	06	3,16
Educação Básica											
Financiamento da Educação Infantil						1	1	2	1	05	2,63
O FUNDEF e o Financiamento do Ensino Fundamental	2		2	1	3	8	21	21	8	66	34,74
Financiamento do Ensino Médio		1			1	1	2	3	3	11	5,79
Financiamento do Ensino Superior	1	3	1	3	4	2	10	7	4	35	18,42
TOTAL	13	8	8	11	16	22	47	44	21	190	100,00

Fonte: Gomes et al (2007, p. 34, destaques nosso).

Percebeu-se, por conseguinte, que se, durante os anos de 1991 a 1996, as discussões no campo educacional estiveram voltadas para a destinação de recursos públicos e/ou privados ao setor público e/ou ao setor particular, no período de 1997 a 2005, a preocupação foi a de examinar a legislação educacional a fim de verificar se o que por ela foi instituído, particularmente, no que refere ao seu financiamento, seria viável para a realidade da educação brasileira. Essa preocupação era pertinente uma vez que o governo havia desprezado as contrapropostas apresentadas pelo Poder Legislativo (que foram elaboradas com a participação das entidades educacionais, científicas e da sociedade civil em defesa de uma educação “cidadã”), a fim de ter os empréstimos dos organismos internacionais que impuseram, como condição para obtê-los, a implantação de uma educação “globalizada”, isto é, orientada pelos moldes do neoliberalismo, que prioriza o comercial, colocando em segundo plano o social (ARELARO, 2000; ROMÃO, 2006). Assim, diante do desafio de investigar a

legislação educacional em vigor, notou-se que apesar de poucos autores serem especialistas na temática do financiamento, em razão da dimensão que a temática alcançou no campo educacional, a maioria deles voltou-se para estudá-la.

3.2 As marcas dos autores: de onde eles escreveram

A trajetória profissional e o lugar ocupado pelos autores têm influência na forma e circulação dos livros, isto é, em sua configuração (CHARTIER, 1999). Portanto, coube a apresentação dos autores, buscando evidenciar a relação de cada um com a temática em estudo.

(continua)

	Autores
1.	Angélica Maria Pinheiro Ramos
2.	Beatrice Laura Carnielli
3.	Candido Alberto da Costa Gomes
4.	Carlos da Fonseca Brandão
5.	Cesar Callegari
6.	Donaldo Bello de Souza
7.	Eduardo Beurmann Ferreira
8.	Francis Mary Guimarães Nogueira
9.	Helena Corrêa de Vasconcelos
10.	João Antonio Cabral de Monlevade
11.	José Carlos de Araújo Melchior
12.	José Clovis de Azevedo
13.	José Marcelino de Rezende Pinto
14.	José Roberto Rus Perez
15.	Jussara Maria Tavares Puglielli Santos
16.	Lia Ciomar Macedo de Faria
17.	Lizete Regina Gomes Arelaro
18.	Luciene das Graças Miranda Medeiros
19.	Magna França
20.	Maria Abádia da Silva
21.	Maria Beatriz Luce
22.	Marisa Ribeiro Teixeira Duarte
23.	Myriam Christiano Maia Gonçalves
24.	Nalú Farenzena
25.	Nelson Cardoso Amaral
26.	Nicholas Davies
27.	Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert
28.	Paulo Nathanael Pereira de Souza

Quadro 17 – Relação de autores dos livros sobre o financiamento da educação no período: 1997-2005

(continuação)

29.	Regina Tereza Cestari de Oliveira
30.	Ricardo Chaves de Rezende Martins
31.	Roberto Antonio Deitos
32.	Romualdo Portela de Oliveira
33.	Silvia Maria Manfredi
34.	Vanessa Lopes Teixeira
35.	Vera Lúcia Cabral Costa ⁴⁷
36.	Vera Lúcia Jacob Chaves
37.	Vera Maria Vidal Peroni
38.	Vicente de Paula Silveira

Quadro 17 – Relação de autores dos livros sobre o financiamento da educação no período: 1997-2005

Como no capítulo anterior, tendo por fonte o Currículo Lattes, o próprio livro e, quando necessário, o *site* do Google, as informações registradas procuraram privilegiar dados como a formação/titulação do autor, instituição em que atuava, especialmente, se atuava em instituições de educação superior, qual o cargo ocupado na instituição e, em particular, se era docente. Buscou-se ainda verificar se as atividades de ensino e/ou pesquisa desenvolvidas por esses autores tinham relação com a temática. Em caso afirmativo, esses dados foram privilegiados no registro.

Angélica Maria Pinheiros Ramos escreveu o livro *O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90* (2003). Doutora em Educação Brasileira, era professora adjunta na Universidade Estadual do Ceará (UEC), tanto na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte (CE), quanto na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, em Quixadá (CE), onde lecionava as disciplinas Economia da Educação e Economia Política, no Curso de Pedagogia, e, em nível de Especialização em Gestão Escolar, lecionou (1999) a disciplina Financiamento da Educação.

Beatrice Laura Carnielli, autora participante em *Desafios da educação municipal* (2003), escreveu, em co-autoria com Candido Alberto da Costa Gomes e Myriam Christiano Maia Gonçalves, o artigo “Políticas federais de apoio: as tortuosas ruas de mão dupla das relações intergovernamentais”, da Parte I, “Enfoque político-institucional em torno do financiamento e gestão do ensino”, do referido livro. Doutora em Educação pela UFRJ, trabalhava na Universidade Católica de Brasília (UCB-DF), como professora adjunta da

⁴⁷ Esta autora não possui Currículo Lattes e não se encontrou informações a seu respeito em outras fontes.

Faculdade de Educação, lecionando, no curso de Pedagogia, a disciplina de Gestão da Unidade Escolar II.

Candido Alberto da Costa Gomes também foi autor participante em *Desafios da educação municipal* (2003), escreveu, em co-autoria com Beatrice Laura Carnielli e Myriam Christiano Maia Gonçalves, o artigo “Políticas federais de apoio: as tortuosas ruas de mão dupla das relações intergovernamentais”, da Parte I, “Enfoque político-institucional em torno do financiamento e gestão do ensino”, do livro citado. Doutor em Sociologia e Antropologia da Educação pela Universidade da Califórnia nos EUA, era professor titular da UCB-DF, onde lecionou na Pós-Graduação em Educação, a disciplina Economia e Gestão da Educação. Pesquisava nas linhas de Política, Gestão e Economia da Educação. Foi professor do Curso de Pedagogia durante os anos de 1972 a 1985 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Carlos da Fonseca Brandão, autor do livro *Estrutura e funcionamento do ensino*, doutor em Educação (2004), doutor em educação pela UNESP, era professor nesta mesma universidade no curso de Psicologia, ministrando a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio. Na Pós-Graduação em Educação, lecionava a disciplina A Teoria do Controle das Emoções de Norbert Elias e a Educação Moderna.

Cesar Callegari, cujo nome completo é Antônio Cesar Russi Callegari, é autor dos livros *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo* (1997) e *O Fundef e municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo* (2002)⁴⁸. Este autor graduou-se em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo (PUC/SP) onde fez pós-graduação em Sociologia e Política. Atuava como deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) de São Paulo.

Donaldo Bello de Souza, autor organizador do livro *Desafios da educação municipal* (2003), escreveu, em co-autoria com Lia Ciomar Macedo de Faria, o prefácio e um artigo, “O processo de construção da Educação Municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão”, deste livro. Também foi co-autor com Lia Ciomar Macedo de Faria do livro *Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996-2002)*, de 2005. Na época de produção desses livros, Souza era doutor em educação pela UFRJ e, nesta universidade, era professor adjunto na Faculdade de Educação, no curso de Pedagogia, no qual, uma das disciplinas que ministrava era Economia da Educação. Na linha de pesquisa “Municípios e políticas públicas de educação”, um dos

⁴⁸ Estes livros foram publicados por editoras que não são de grande circulação e que não têm uma linha editorial na temática.

enfoques da pesquisa eram as políticas e estratégias de gestão e de financiamento dos sistemas municipais públicos de educação.

Eduardo Beurmann Ferreira, estudante no curso de Economia da UCB e assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), foi co-autor com João Monlevade do livro *O FUNDEF e seus pecados capitais* (1997). Foi o responsável pela pesquisa estatística e financeira que embasa este livro, tendo dialogado com sindicalistas e autoridades governamentais e parlamentares na busca da valorização da educação pública e de seus profissionais.

Francis Mary Guimarães Nogueira, autora participante, escreveu o segundo artigo, “As orientações do Banco Mundial e as políticas educacionais atuais: a construção do consenso em torno da centralidade da educação básica”, da primeira parte do livro *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90* (2001). Doutora em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP, lecionava no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ministrando as disciplinas de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus; Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar; Política Educacional Brasileira I; e Política Educacional Brasileira II e em cursos de especialização.

Helena Corrêa de Vasconcelos escreveu, em co-autoria com Luciene das Graças Miranda Medeiros, Otilia Maria Lúcia Barbosa Seiffert e Vera Lúcia Jacob Chaves, o artigo “Manutenção e financiamento da educação superior”, da coletânea *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa* (2001) e, em co-autoria com Luciene das Graças Miranda Medeiros e Vera Lúcia Jacob Chaves, produziu o artigo “A política de financiamento da educação superior: o debate atual no periódico *Universidade e Sociedade*”, da Parte III, “Avaliação, gestão e financiamento da educação superior: análises e perspectivas”, do livro *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente* (2004). Nessa época, era doutora em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Lecionava na Graduação nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas, ministrando a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino.

João Antonio Cabral de Monlevade escreveu os livros *Educação pública no Brasil: contos & descontos* (1997) e *O FUNDEF e seus pecados capitais* (1997), este em co-autoria com Eduardo Beurmann Ferreira. Também foi autor participante no livro *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam* (1997), escrevendo o Capítulo 11: “Financiamento da educação da Constituição Federal e na LDB”. Mestre em Educação, era professor na UFMT

no Instituto de Educação, no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação. Além disso, era pesquisador do Financiamento da Educação.

José Carlos de Araújo Melchior, autor do livro *Mudanças no financiamento da educação no Brasil* (1997), era livre docente, professor de cursos de Graduação e Pós-Graduação da FEUSP e professor titular do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação na mesma faculdade. Sua linha de pesquisa era o Financiamento da Educação no Brasil. Seus trabalhos principais nasceram de suas teses acadêmicas: “A política de vinculação de recursos públicos e o financiamento da educação no Brasil” (doutorado) e “o financiamento da educação no Brasil e a Revolução” (livre-docência).

José Clovis de Azevedo, autor participante, escreveu o primeiro artigo, “Estado, planejamento e democratização da educação”, da Parte 1, “Enfoque político-institucional em torno do financiamento e gestão do ensino”, do livro *Desafios da educação municipal* (2003). Doutor em Educação pela USP, foi professor no curso de Pedagogia e reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), ministrando a disciplina Teoria do Conhecimento.

José Marcelino de Rezende Pinto, autor participante, escreveu o Capítulo 5 “Um fundinho chamado ‘Fundão’”, do livro *Financiamento da educação básica* (1999). Doutor em Educação pela UNICAMP, lecionava, no curso de Psicologia da USP (campus de Ribeirão Preto), as disciplinas Política e Gestão Educacional; Política e Organização da Educação Básica no Brasil I e II; e Gestão e Coordenação do Trabalho na Escola I e II. Foi membro do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef (CONFUNDEF) e desenvolvia pesquisas na linha de “Avaliação de políticas públicas para a área educacional” e no projeto intitulado “Acompanhamento da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério”, no qual analisava o impacto da implantação do FUNDEF no Estado de São Paulo.

José Roberto Rus Perez, autor do livro *Avaliação, impasses e desafios da educação básica* (2000), era doutor em Metodologia do Ensino pela UNICAMP. Nesta universidade, foi professor do curso de Pedagogia da Faculdade. Ministrou as disciplinas: Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio; e Educação e Sociedade. Na Pós-Graduação em Educação, as disciplinas ministradas foram Políticas Sociais e Política Educacional.

Jussara Maria Tavares Puglielli Santos, autora participante, escreveu o primeiro artigo “As condições do financiamento público e a direção dada às ações governamentais para o ensino fundamental no Estado do Paraná de 1983 a 1994”, da segunda parte, do livro *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90* (2001). Doutora em Educação pela USP, era professora na Graduação, nos cursos de

Licenciatura, onde ministrava a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Médio e da Educação Profissional. Desenvolveu pesquisa nos projetos “A presença do Banco Mundial e Banco Interamericano no financiamento do ensino fundamental e médio na Rede Pública de Ensino Estadual do Paraná, nos anos 90” e “A implantação e os impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Estado do Paraná”

Lia Ciomar Macedo de Faria, foi autora organizadora, com Donaldo Bello de Souza, do livro *Desafios da educação municipal* (2003), no qual em co-autoria, com o mesmo autor, escreveu o texto “O processo de construção da Educação Municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão”. Ainda em co-autoria com Souza, escreveu o livro *Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996-2002)*, de 2005. Doutora em Educação pela UFRJ, era professora desta universidade, na Faculdade de Educação, no curso de Pedagogia, no qual ministrou a disciplina Políticas Públicas e Educação. No Instituto Superior de Estudos Pedagógicos (ISEP), foi professora da Pós-Graduação, no curso de Mestrado em Ciências Pedagógicas, lecionando as disciplinas de Gestão e Políticas Públicas; e Planejamento Educacional e Políticas Públicas.

Lizete Regina Gomes Arelaro, autora participante, escreveu o Capítulo 2 “Financiamento e qualidade da educação brasileira. Algumas reflexões sobre o documento ‘Balanço do primeiro ano do Fundef – Relatório MEC’”, do livro *Financiamento da educação básica* (1999). Com o Pós-Doutorado pela Universidade Livre de Barcelona (ULB), na Espanha, Arelaro era professora do Curso de Pedagogia da FEUSP, ministrando, entre outras, a disciplina de Economia da Educação. Na Pós-Graduação, ministrava também a disciplina Financiamento da Educação. Coordenava o projeto de pesquisa Acompanhamento da Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Estado de São Paulo: 1996 – 2000.

Luciene das Graças Miranda Medeiros, autora participante em dois livros: *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa* (2001) e *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente* (2004), escreveu, no primeiro, o artigo “Manutenção e financiamento da educação superior” e, no segundo, na Parte III (“Avaliação, gestão e financiamento da educação superior: análises e perspectivas”), produziu o artigo “A política de financiamento da educação superior: o debate atual no periódico *Universidade e Sociedade*”. O primeiro artigo escreveu em co-autoria com Helena Correa de Vasconcelos, Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert e Vera Lúcia Jacob Chaves e o segundo, com Helena Correa de Vasconcelos

e Vera Lúcia Jacob Chaves. Na época em que produziu esses textos, era Mestre em Educação pela PUC-SP (1983-1985), complementando sua formação com cursos como Financiamento da Educação, organizado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Pará (UNDIME/PA). Era professora aposentada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Magna França escreveu o livro *Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola*. FUNDEF (2005) quando era livre-docente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde era professora adjunta, ministrando aulas no curso de Pedagogia, nas disciplinas de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus; Planejamento Educacional; e Organização de Educação Brasileira. Participava do projeto de pesquisa “Descentralização Financeira: um estudo sobre o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Programa de Adequação dos Prédios Escolares (PAPE) do Fundescola em unidades estaduais e municipais públicas dos municípios de Mossoró e Natal/RN”.

Maria Abádia da Silva escreveu o livro *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial* (2002), sendo doutora em Educação pela UNICAMP e professora adjunta UNB, ministrando aulas no curso de Pedagogia, nas disciplinas História da Educação 1; História da Educação Brasileira; e Pensamento Educacional Brasileiro. Na UNESP (campus de Presidente Prudente), na Faculdade de Ciências e Tecnologia, era professora titular e, no curso de Pedagogia desta universidade, ministrava as disciplinas de Estrutura e Funcionamento de Ensino Fundamental e Médio; Educação Comparada; e Políticas para a Educação Básica. Coordenava um projeto intitulado “Organismos Financeiros Internacionais e as políticas para a educação pública”.

Maria Beatriz Moreira Luce, autora participante, escreveu, em co-autoria com Nalú Farenzena, o Capítulo 4, “Custos educacionais: notas metodológicas de uma revisão da legislação e da literatura brasileiras”, do livro *Financiamento da educação básica* (1999). Doutora em Educação pela Universidade de Michigan, nos EUA, era professora titular na UFRGS, lecionando, na Pós-Graduação em Educação, as disciplinas Política e Planejamento da Educação. Coordenava o projeto de pesquisa intitulado “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Rio Grande do Sul: acompanhamento e avaliação do impacto”.

Marisa Ribeiro Teixeira Duarte, autora participante, escreveu, em co-autoria com Vanessa Lopes Teixeira, o Capítulo 1 – “Política Nacional de Administração da Educação Básica: autonomia e intervenção”, do livro *Financiamento da educação básica* (1999).

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), era professora adjunta na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde na Licenciatura, ministrou as disciplinas de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus e Política Educacional e, no curso de Pedagogia, ministrou as disciplinas Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus; Princípios e Métodos de Administração Escolar; e Tópicos em Administração da Educação. Desenvolvia pesquisa na linha de Política e Administração de Sistemas Educacionais, sendo um dos objetivos conhecer a articulação entre os processos de avaliação e financiamento da educação básica.

Myriam Christiano Maia Gonçalves, autora participante, foi co-autora com Beatrice Laura Carnielli e Candido Alberto Gomes do artigo “Políticas federais de apoio: as tortuosas ruas de mão dupla das relações intergovernamentais”, da Parte I, “Enfoque político-institucional em torno do financiamento e gestão do ensino”, do livro *Desafios da educação municipal* (2003). Mestranda em Educação na UCB, era professora titular da União Educacional de Brasília (UNEB), onde lecionava nos cursos de Administração de Sistemas de Informação e Superior. Na Faculdade de Artes Dulcina de Moraes (FADM), era professora na Licenciatura em Artes Plásticas e Artes Cênicas, ministrando a disciplina Didática; Pesquisa e Prática de Ensino I; e Estágio Supervisionado. No Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), era professora titular, lecionando nos cursos de Administração.

Nalú Farenzena, autora participante, escreveu, em co-autoria com Maria Beatriz Moreira Luce, o Capítulo 4, “Custos educacionais: notas metodológicas de uma revisão da legislação e da literatura brasileiras”, do livro *Financiamento da educação básica* (1999). Doutoranda em Educação pela UFRGS, onde era professora adjunta na Faculdade de Educação, lecionando a disciplina “Financiamento da educação e gestão financeira da escola” no curso de Especialização em Gestão da Educação. Coordenou (1995-1998) os projetos “Financiamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nos Municípios do Rio Grande Do Sul: estudo das fontes e usos de recursos e dos custos educacionais” e “O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Rio Grande do Sul: acompanhamento e avaliação do impacto” (1998-2002).

Nelson Cardoso Amaral, autor do livro *Financiamento da educação superior: estado x mercado* (2003) e do segundo artigo “A gestão das instituições de ensino superior: o foco do financiamento”, da Parte IV, “Universidade e IES: gestão e identidades institucionais”, do livro *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais* (2003), era doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), professor adjunto IV na Universidade Federal de Goiás (UFG), lecionando no curso de

Engenharia Civil. Buscava realizar estudos sobre o financiamento da educação superior brasileira, discutindo a forma como se dava este financiamento, e procurando compreender que políticas públicas eram implantadas e justificavam as ações governamentais neste nível educacional. Assim, coordenava os projetos de pesquisa “A avaliação institucional: qualidade, repercussões e financiamento”; “Custo do aluno na educação superior”; e “A autonomia de gestão financeira e o financiamento das IFES: o período 1995-2010 FHC e Lula”.

Nicholas Davies, escreveu os livros *O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta* (1999), *Verbas da educação: o legal x o real* (2000), *Tribunais de contas e educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?* (2001), *O Fundef e as verbas da educação* (2001) e o 4º artigo “Gestão financeira da educação: o legal x o real?”, da Parte I, “Enfoque político-institucional em torno do financiamento e gestão do ensino”, do livro *Desafios da educação municipal* (2003). Doutor em Sociologia pela USP, era professor associado na Faculdade de Educação, lecionando, no curso de Pedagogia, as disciplinas de Economia da educação e Financiamento da Educação, entre outras. Era pesquisador do FUNDEF, do orçamento da educação e do papel dos Tribunais de Contas na fiscalização dos gastos em Educação.

Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert, autora participante, escreveu, em co-autoria com Helena Correa de Vasconcelos, Luciene das Graças Miranda Medeiros e Vera Lúcia Jacob Chaves, o primeiro artigo, “Manutenção e financiamento da educação superior”, do livro *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa* (2001). Doutora em Educação (Psicologia da Educação), era professora adjunta na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no curso de Especialização Educação em Saúde e lecionou, aproximadamente 10 anos, no Curso de Pedagogia e na licenciatura do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Paulo Nathanael Pereira de Souza, autor do livro *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento* (1997), como doutor em Educação, integrou os Conselhos de Educação do Estado de São Paulo e da União, tendo ocupado a Presidência deste último colegiado. Foi Secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo e exerceu o magistério superior em Faculdades de Economia e de Educação. Era membro titular da Academia Paulista de Educação e Reitor da Universidade São Marcos.

Regina Tereza Cestari de Oliveira, autora participante, escreveu o 3º capítulo: “O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef: a atuação no Estado de Mato Grosso do Sul de 1998 a 2000”, da segunda parte: “Políticas e gestão da educação: análise de experiências”, do livro *Gestão e políticas da educação* (2002). Doutora em Educação pela

UNICAMP, era professora adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), onde lecionava, em nível de graduação, no curso de Formação de Professores - Educação a Distância, as disciplinas Política e Gestão Educacional e História da Educação Brasileira. No curso de Pedagogia, ministrou as disciplinas de Educação e História, e no curso de Ciências Sociais, lecionou a disciplina de Instituições Políticas Brasileiras II. Pesquisava sobre a Política Educacional, Legislação e Financiamento. Coordenou os projetos “O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério: acompanhamento e avaliação do impacto” na rede pública do estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1996 a 2000; e “Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação”.

Ricardo Chaves de Rezende Martins, autor colaborador, escreveu o Capítulo 4, “Financiamento da educação básica pública no Brasil: algumas notas”, do livro *Direito à educação: uma questão de justiça*. Mestre em Educação (Administração de Sistemas Educacionais) pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV), era professor assistente da Faculdade de Educação da UNB. Participava da equipe de consultores do FUNDESCOLA/MEC, para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (PRASEM).

Roberto Antonio Deitos, autor participante, escreveu o quinto artigo, “Da afirmação da inadequação da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional à adequação às exigências políticas e econômicas hegemônicas (1995-1999)”, da segunda parte do livro *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90* (2001). Doutorando em Educação pela UNICAMP, era professor adjunto na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), no curso de Pedagogia, ministrando as disciplinas Administração Escolar e Teorias da Administração; Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus; História da Educação Brasileira; e Política Educacional Brasileira I e II.

Romualdo Portela Luiz de Oliveira, autor participante, escreveu o Capítulo 3, “Revisitando uma questão polêmica: a transferência de recursos públicos para a escola privada na lei de diretrizes e bases”, do livro *Financiamento da educação básica* (1999) e escreveu o 5º. artigo “O financiamento da educação” do livro *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal* (2001), no qual foi co-organizador com Theresa Adrião. Neste período de 1997 a 2005, Oliveira fez o Pós-Doutorado pela Universidade de Cornell, nos EUA, e tornou-se livre-docente pela USP. Na Pós-Graduação em Educação, na FEUSP, lecionava as disciplinas de Estado e Política Educacional e

Perspectivas Contemporâneas do Direito à Educação. Uma das linhas na qual desenvolvia pesquisa era a do Financiamento da Educação. Coordenava os projetos “Acompanhamento da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério do Estado de São Paulo: 1996-2000” e “Processo de implantação e impacto do Fundef em Estados e Municípios: casos e comparações com vistas a uma avaliação (1998-2000)”.

Silvia Maria Manfredi escreveu o livro *Educação profissional no Brasil* (2002), sendo livre docente pela UNICAMP. Nesta universidade, foi professora (MS-5), do curso de Pedagogia, no qual lecionou a disciplina Avaliação Educacional. Na Pós-Graduação em Educação, ministrou as disciplinas Metodologia da Pesquisa Educacional, Educação e Movimentos Sociais e A Produção da Educação em Sindicatos.

Vanessa Lopes Teixeira, graduanda do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), escreveu, em co-autoria com Marisa Ribeiro Teixeira Duarte, o Capítulo 1, “Política Nacional de Administração da Educação Básica: autonomia e intervenção”, do livro *Financiamento da educação básica*.

Vera Lúcia Jacob Chaves, doutora em Educação, escreveu, em co-autoria com Helena Correa de Vasconcelos, Luciene das Graças Miranda Medeiros e Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert, o artigo “Manutenção e financiamento da educação superior”, da coletânea *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa* (2001) e, em co-autoria com Helena Correa de Vasconcelos e Luciene das Graças Miranda Medeiros, colaborou na produção do artigo “A política de financiamento da educação superior: o debate atual no periódico *Uduniversidade e Sociedade*”, da Parte III “Avaliação, gestão e financiamento da educação superior: análises e perspectivas”, do livro *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente* (2004). Entre 1999 a 2004, foi professora adjunta III da UFPA, lecionando no curso de Pedagogia as disciplinas Didática I, II e Geral; Prática de Ensino do Magistério; Prática de Ensino de Ciências Sociais; Metodologia do Ensino de Ciências Sociais; Laboratório de Pesquisa; Pesquisa Educacional; Metodologia da Pesquisa Educacional; e Seminário de Pesquisa I e II. Na licenciatura em Ciências Sociais, lecionou Prática de Ensino de Ciências Sociais. Em nível de especialização, ministrou aulas de Política Educacional.

Vera Maria Vidal Peroni, doutora em Educação (História, Política, Sociedade) pela PUC/SP, escreveu o livro *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990* (2003). Era professora adjunta na Faculdade de Educação da UFRGS, ministrando aulas na disciplina de Organização da Educação Brasileira, nas Licenciaturas, e na disciplina Quase Mercado e Público Não-Estatal: Implicações para a Gestão da Educação, da Pós-Graduação

em Educação. Integrou o projeto de pesquisa “O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Rio Grande do Sul: acompanhamento e avaliação do impacto”. Também participava do projeto “Levantamento de custo-aluno-ano em escolas de educação básica que oferecem condições para a qualidade de ensino”. Coordenava, ainda, a pesquisa “Programa Dinheiro Direto da Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?”

Vicente de Paula Silveira, mestre em Direito Público (Direito Educacional), escreveu o livro *Direito educacional e municipalização* (2005). Na Universidade de Franca, era docente no Curso de Direito, ministrando aulas na disciplina Introdução ao Direito na Faculdade de Direito, assessor Jurídico-Educacional da Reitoria e diretor do Centro de Educação. Também foi professor no Curso de Pedagogia na Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia de Franca (FPCET) e na Universidade de Franca (UNIFRAN) durante os anos de 1973 a 1978.

Nesse período, também houve o predomínio de autores que ocupavam o espaço acadêmico no momento de produção. Dos 37⁴⁹ autores, apenas 3 não o ocupavam funções dentro: Callegari, Ferreira e Teixeira. Callegari ocupava cargo político enquanto que os dois últimos ainda eram alunos de graduação. Desses 34 autores, 33 lecionavam ou já haviam lecionado no Curso de Pedagogia e/ou Licenciatura e 1 - apenas Amaral -, lecionava no Curso de Engenharia Civil, não tendo lecionado em outros cursos. Portanto, o fato de a grande maioria dos produtores dos textos atuarem como docentes, especialmente do Curso de Pedagogia e/ou na Licenciatura dentro das universidades, legitimaria e autorizaria os saberes relacionados à educação, particularmente, sobre o financiamento da educação e ainda faria com que, nesse período, os livros sobre essa temática continuassem sendo, majoritariamente, produção e circulação de saberes *de* professores e *para* professores.

O número de autores envolvidos com o financiamento da educação no ensino e/ou na pesquisa foi praticamente a metade, totalizando 18 (num universo de 37): Angélica Maria Pinheiros Ramos, Candido Alberto da Costa Gomes, Donaldo Bello de Souza, João Antonio Cabral de Monlevade, José Carlos de Araújo Melchior, José Marcelino de Rezende Pinto, Jussara Maria Tavares Puglielli Santos, Lizete Regina Gomes Arelaro, Magna França, Maria Beatriz Moreira Luce, Marisa Ribeiro Teixeira Duarte, Nalú Farenzena, Nelson Cardoso Amaral, Nicholas Davies, Regina Tereza Cestari de Oliveira, Ricardo Chaves de Rezende Martins, Romualdo Portela Luiz de Oliveira e Vera Maria Vidal Peroni. Essa quantidade de

⁴⁹ A autora Vera Lúcia Cabral Costa não está inclusa nas análises uma vez que não se obteve informações sobre ela.

produtores demonstra que o aspecto legal do financiamento efetivamente provocou novas demandas para os intelectuais e para o mercado editorial devido à necessidade de informação, atualização e crítica sobre a temática.

Cabe observar que quase todos esses autores (17), exceto 1 - Angélica Maria Pinheiros Ramos -, desenvolviam pesquisa sobre o financiamento da educação no momento em que escreviam. Entretanto, dos 18 professores, apenas 6 lecionavam a disciplina de Economia da Educação e/ou Financiamento da Educação: Angélica Maria Pinheiros Ramos, Candido Alberto da Costa Gomes, Donaldo Bello de Souza, Lizete Regina Gomes Arelaro, Nalú Farenzena e Nicholas Davies. Um dado interessante e novo quanto ao ensino da temática é que, neste período (1997-2005), essas disciplinas passaram a ser ministradas na Pós-Graduação em Educação, tanto em cursos *stricto sensu* quanto *lato sensu*, prevalecendo nos primeiros. Isto confirma a ascensão que o assunto ganhou (ainda que causada pela urgência de rearticulação do conhecimento no campo educacional) e mostra a expansão da sua circulação no espaço acadêmico.

Entre os autores cujas atividades de ensino e/ou pesquisa não eram especificamente sobre o financiamento da educação (16) - Beatrice Laura Carnielli, Carlos da Fonseca Brandão, Francis Mary Guimarães Nogueira, Helena Correa de Vasconcelos, José Clovis de Azevedo, José Roberto Rus Perez, Lia Ciomar Macedo de Faria, Luciene das Graças Miranda Medeiros, Maria Abádia da Silva, Myriam Christiano Maia Gonçalves, Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert, Paulo Nathanael Pereira de Souza, Roberto Antonio Deitos, Silvia Maria Manfredi, Vera Lúcia Jacob Chaves e Vicente de Paula Silveira - percebe-se duas razões que potencialmente levaram-lhes a escrever a respeito da temática. A primeira razão seria que os temas sobre os quais se debruçaram eram amplos e abrangiam diversos assuntos, entre eles, o financiamento da educação, tratado de modo secundário; e a segunda, decorrente da primeira, porém relacionada apenas aos textos escritos por mais de um autor, seria que, em meio à variedade de assuntos, cada escritor contribuiu com o conhecimento de seu domínio para a elaboração do texto.

Essa segunda razão, principalmente, poderia estender-se aos textos escritos por Eduardo Beurmann Ferreira e Vanessa Lopes Teixeira, autores que não exerciam atividades de ensino e pesquisa, mas que escreveram sobre a temática em co-autoria com João Antonio Cabral de Monlevade e Marisa Ribeiro Teixeira Duarte, autores envolvidos com o financiamento da educação pela pesquisa. No caso do autor Cesar Callegari, entende-se que um dos possíveis e mais provável motivos pelo qual tratou da temática seria por ser este um

assunto considerado uma das tarefas do seu ofício (deputado estadual) ou ainda poderia ser uma estratégia para garantir sua (re)eleição em futuras candidaturas a cargos políticos.

Destaca-se, entretanto, que tanto aqueles cujas atividades de ensino e/ou pesquisa não eram especificamente sobre o financiamento da educação como estes que não exerciam atividades de ensino e pesquisa, juntamente com os autores envolvidos com o ensino e/ou pesquisa sobre a temática, contribuíram para que os saberes sobre o financiamento da educação fossem atualizados técnica e politicamente e, conseqüentemente, a sua produção e circulação se expandissem quantitativamente e qualitativamente.

CAPÍTULO 4

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM ACELERAÇÃO: AS EDITORAS E A MATERIALIDADE DAS PUBLICAÇÕES DE 1997 A 2005

CAPÍTULO 4 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM ACELERAÇÃO: AS EDITORAS E A MATERIALIDADE DAS PUBLICAÇÕES DE 1997 A 2005

Este capítulo, como extensão do capítulo anterior, pretende compreender e analisar a produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação no Brasil, durante os anos de 1997 a 2005, a partir da análise das editoras, dos aspectos materiais dos livros e dos usos previstos pelos seus produtores.

4.1 A transformação do texto em livro: as editoras estudadas

O próprio ato de publicação, [...], pode implicar uma dose considerável de criação. Para Scarpit (1968: 58), trata-se de um nascimento, uma violência criadora, uma separação dolorosa de seu criador para que então haja a circulação de um novo ser autônomo e livre. Guardadas as proporções, pode-se assimilar o papel do editor [da editora] ao de uma incubadora: não é a fonte de vida, não é aquele que fecunda, mas sem ele a obra concebida até os limites da criação não ascenderia jamais à existência.

Mas trata-se, entretanto, não de uma criação absolutamente livre, mas sim determinada, em certa medida, pela própria estrutura material do objeto criado: o livro (CLARO, 2000, p. 18).

A citação de Claro (2000) evidencia a participação não neutra do editor/editora na produção e, principalmente circulação seja de um livro e ou qualquer outra literatura publicada, como se pode observar nos escritos de Chartier (1990, 1999, 2002). Por isso, entendeu-se que a análise das editoras, enquanto instituição mediadora de transmissão cultural, seria relevante para uma pesquisa como essa.

A seguir, portanto, discorreram-se breves informações sobre as editoras, comerciais e universitárias respectivamente, a fim de contornar seus perfis em busca de dados que permitiriam compreender um pouco mais a produção e circulação dos saberes sobre o financiamento da educação brasileira⁵⁰. Contudo, entende-se o que se apresentou não esgotou

⁵⁰ As informações a respeito das editoras foram retiradas dos *sites* das próprias editoras, por vezes, dos próprios livros e, quando necessário, solicitadas por *e-mail* às editoras. Ainda assim, não se conseguiu informações a respeito das editoras EDUFRRN, Entrelinhas, Intertexto, Malheiros e Plano. Os dados sobre as editoras Cortez, Pioneira, EDUFF e UNICAMP encontram-se no Capítulo 2.

as possibilidades de análises dessas instituições na produção e circulação das obras aqui estudadas, considerando necessário fazê-lo futuramente.

Inicia a apresentação a Editora Alternativa, fundada em setembro de 2001, com sua área de atuação voltada às Ciências Humanas. Com foco maior na Pedagogia, possui 35 títulos publicados, dentre os quais 5 encontram-se esgotados (EDITORA ALTERNATIVA, 2008).

A Editora Annablume, criada em 1993, reúne mais de 800 publicações de diversas áreas, inclusive de Educação, na qual se totalizam 48 livros. Sua proposta editorial é viabilizar a publicação de trabalhos acadêmicos, a fim de promover o debate em torno de idéias consideradas relevantes para a sociedade contemporânea.

A Editora Aquariana nasceu durante a ECO/92⁵¹ com a proposta de fazer ponte entre a ciência e a espiritualidade, com ênfase na formação dos jovens adolescentes. Procurou seu próprio espaço no horizonte cultural norteando seu trabalho nas áreas de formação, literatura, contos e saúde. A Editora Aquariana possui catálogo bastante diversificado, publicando livros de Alimentação, Arte, Biografias, Coleções, Criança, Ecologia, Espiritualidade, Estratégia e Negócios, Florais, Globalização, Infantil, Juvenil, Literatura, Mapas, Oráculos, Saúde e Sexualidade (AQUARIANA, 2008).

A Editora Autores Associados, empresa que está há 29 anos no mercado (1979-2008), produzindo e comercializando livros relacionados à área educacional, objetiva trabalhar para o progresso social (AUTORES ASSOCIADOS, 2008).

A Avercamp Editora publica nas áreas de Educação, Psicologia, Psicanálise, Administração, Economia, Contábeis, Metodologia Científica em nível de Graduação na área de Idiomas (AVERCAMP, 2008).

A DP&A Editora foi fundada em 1997. Busca ser “a interface entre autor/leitor e leitor/autor” por meio de suas publicações de autores nacionais e estrangeiros. Tem um catálogo com mais de 70 títulos publicados em quatro áreas: Ciências Sociais e Filosofia, Educação e Psicopedagogia, Legislação Brasileira e Interesse Geral (DP&A, 2008).

⁵¹ A ECO/92, também conhecida como Cúpula da Terra, foi uma Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento realizada de 3 a 14 de junho de 1992. Reuniu 108 chefes de Estado para buscar mecanismos que rompessem o abismo norte-sul preservando os recursos naturais da Terra. As bases para a ECO/92 foram lançadas em 1972, quando a ONU organizou sua primeira conferência ambiental, em Estocolmo, e em 1987, quando o relatório "Nosso Futuro Comum", das Nações Unidas, lançou o conceito de desenvolvimento sustentável. Após negociações marcadas por diferenças de opinião entre o Primeiro e o Terceiro mundos, a reunião produziu a Agenda 21, documento com 2.500 recomendações para implantar a sustentabilidade, incluindo determinações que prevêm a ajuda de nações ricas a países pobres (FOLHAONLINE, 2008).

A Idéa Editora tem como propósito a publicação de livros em defesa da construção da escola pública de qualidade. O livro *Educação pública no Brasil: contos & descontos* (1997), aqui estudado, foi sua primeira publicação.

A Lemos & Cruz Editora, foi fundada em março de 1979, comercializando livros jurídicos. Tem como função social incentivar a produção e divulgação de conhecimento e cultura, especialmente, do saber jurídico na sociedade brasileira (LEMOS & CRUZ, 2008). Seus livros estão classificados em Administrativo, Ambiental, Civil e Processo Civil, Códigos, Comercial, Constitucional, Consumidor, Diversos, Eleitoral, Exame OAB Concursos, Jurisprudência Legislação, Medicina Legal e Penal Processo Penal, Português Jurídico, Prática Jurídica, Trabalho e Previdenciário, Trânsito e Tributário.

Encerrando a apresentação das editoras comerciais, tem-se a Xamã Editora, fundada, em 1994, em São Paulo. Esta editora possui mais de 130 títulos, concentrando-se na publicação de livros de autores nacionais e estrangeiros nas áreas de Educação, Economia, História e Ciências Humanas em geral. A política de publicações da editora procura fornecer ao leitor brasileiro “obras de autores consagrados ao lado de novos talentos em cada especialidade” (XAMÃ, 2008).

Abre a apresentação do grupo das editoras universitárias, a Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL). Em funcionamento desde 1995, volta-se para o fomento da produção de trabalhos intelectuais gerados por autores e/ou pesquisadores, vinculados ou não à UEL, com o objetivo de publicar material de qualidade e relevância científica, cultural e/ou didática, de forma a atender os interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo (EDUEL, 2008).

A Editora Universidade Federal de Goiás (UFG), fundada por um grupo de professores em 1977, tem por objetivo principal contribuir para a divulgação do conhecimento, tornando possível, por meio da publicação de obras de autores nacionais e estrangeiros, vinculados ou não à Universidade, o acesso do público em geral aos resultados da intensa atividade de ensino, pesquisa e extensão. Busca ainda fomentar as atividades culturais, publicando obras (literárias) consideradas significativas para a cultura local e regional, fruto do talento de autores consagrados ou estreantes. As áreas de publicação em que atua são: Agronomia, Ambientalismo, Antropologia, Artes, Biologia, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Comunicação, Direito, Ecologia, Educação, Educação Rural, Engenharia, Filosofia, Folclore, Física, Geografia/Geologia/Geomorfologia, História, Letras, Literatura, Lingüística, Matemática, Medicina, Música, Nutrição, Pedagogia, Política, Sociologia e Veterinária. (UFG, 2008).

Fechando as apresentações das editoras universitárias, tem-se a Editora da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) que atua no segmento das publicações com caráter acadêmico-científico, desde 1992, sempre visando à difusão da cultura e da ciência. Valorizando o ensino, a pesquisa e a extensão, publica textos acadêmicos nas mais diferentes áreas do conhecimento: Saúde, Tecnologia, Educação, Ciências Sociais Aplicadas e Institucionais (UNIMEP, 2008).

Finalizando as informações sobre editoras, apresenta-se a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), a qual teve seus estatutos aprovados em 1976, data de sua efetiva instalação e do início de seus trabalhos. Está vinculada à Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo e tem por objetivo contribuir para a elevação dos níveis de eficiência e eficácia da Administração Pública neste Estado. Ligada às instituições universitárias (como UNICAMP, UNESP, USP e FGV), concentra importante acervo de informações relativas às áreas de Administração, Economia e Ciências Sociais, reunindo trabalhos produzidos por técnicos da instituição e por especialistas brasileiros e estrangeiros (FUNDAP, 2008).

Por estes perfis descritos, depreende-se que as editoras comerciais (15), representadas pelas editoras Alternativa, Annablume, Aquariana, Autores Associados, Avercamp, Cortez, DP&A, Entrelinhas, Idéa, Intertexto, Lemos & Cruz, Malheiros, Pioneira, Plano e Xamã, lideraram o mercado de publicações sobre o financiamento da educação. Sozinhas, publicaram 25 livros e ainda, em co-edição com editoras universitárias e uma editora de uma fundação (FUNDAP), publicaram 4 livros. As editoras universitárias (6) - EDUEL, EDUFF, EDUFRN, UFG, UNICAMP e UNIMEP - publicaram sozinhas apenas 3 livros (Quadro 18).

(continua)

	Editora	Tipo de Editora	Livros
1.	Aquariana	Comercial	<i>O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo</i>
2.	Autores Associados	Comercial	<i>Mudanças no financiamento da educação no Brasil</i>
			<i>O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta</i>
			<i>Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial</i>
3.	Avercamp	Comercial	<i>Estrutura e funcionamento do ensino</i>

Quadro 18 – Editoras e tipos de editora da temática do financiamento da educação no Brasil: 1997-2005.

(continuação)

4.	Cortez	Comercial	<i>LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>
			<i>Educação Profissional no Brasil</i>
			<i>Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente</i>
5.	DP&A	Comercial	<i>Desafios da educação municipal</i>
			<i>Gestão e políticas da educação</i>
6.	Entrelinhas	Comercial	<i>As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo</i>
7.	Idéa	Comercial	<i>Educação pública no Brasil: contos & descontos</i>
			<i>O FUNDEF e seus pecados capitais</i>
8.	Lemos & Cruz	Comercial	<i>Direito educacional e municipalização</i>
9.	Malheiros	Comercial	<i>Direito à educação: uma questão de justiça</i>
10.	Pioneira	Comercial	<i>LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento</i>
11.	Plano	Comercial	<i>Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?</i>
			<i>O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90</i>
12.	Xamã	Comercial	<i>Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa</i>
			<i>Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB</i>
			<i>O Fundef e as verbas da educação</i>
			<i>Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990</i>
			<i>Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?</i>
13.	Xamã e Alternativa	Comerciais	<i>Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais</i>
14.	Xamã e Intertexto	Comerciais	<i>Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996-2002)</i>
15.	Annablume; Unicamp	Comercial e Universitária	<i>Avaliação, impasses e desafios da educação básica</i>
16.	Autores Associados; UFG	Comercial; Universitária	<i>Financiamento da educação básica</i>
17.	Cortez; FUNDAP	Comercial; Universitária	<i>Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento</i>
18.	Cortez; Unimep	Comercial; Universitária	<i>Financiamento da educação superior: estado x mercado</i>
19.	EDUEL	Universitária	<i>Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90</i>

Quadro 18 – Editoras e tipos de editora da temática do financiamento da educação no Brasil: 1997-2005.

(continuação)

20.	EDUFF	Universitária	<i>Verbas da educação: o legal x o real</i>
21.	EDUFRN	Universitária	<i>Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola? programa dinheiro direto na escola. FUNDEF</i>

Quadro 18 – Editoras e tipos de editora da temática do financiamento da educação no Brasil: 1997-2005.

O número de editoras, principalmente comerciais, também aumentou em relação ao período anterior (de 5 para 15). Tal aumento confirma que, nesse período de crise no mercado editorial, o livro tornou-se objeto de investimento econômico e um número considerável de editoras passaram a investir na produção e vendas de livros acadêmicos. Livros caros, no entanto, vistos como necessários pelas novas exigências do mercado de trabalho e do crescente número de alunos universitários (Anexo B). Particularmente, para essas editoras, que publicavam livros da área da Educação, este momento também exigia o atendimento a uma demanda gerada pelas mudanças na legislação do campo educacional.

As editoras antigas tais como a Cortez e a EDUFF continuaram a publicar livros a respeito da temática e, em decorrência dessa nova fatia de mercado, outras com fundação entre final da década de 1970 e meados dos anos 80, entre elas a Autores Associados, a Lemos & Cruz, a Editora da UFG e a FUNDAP, somaram-se àquelas. Porém, é interessante notar que, pelo menos, 8 das 13 editoras que passaram a publicar sobre o financiamento da educação, foram fundadas do início até meados da década de 1990, o que também comprova que houve grande expansão no número de pequenas e médias editoras nesse período (CLARO, 2000) e que estas investiram em publicações acadêmicas.

Em relação à circulação dos livros nos espaços acadêmicos (Apêndice B) e no mercado livreiro pela *internet* (*sites* das editoras, do Bondfaro, Google e Buscapé), identificou-se, em 1997, o livro 1) *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo*, nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, da FEUSP e da FE e FEF na UNICAMP; 2) *Educação pública no Brasil: contos & descontos*, nas bibliotecas da FEUSP e da FE na UNICAMP; 3) *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento*, nas bibliotecas da FEUSP, da FE na UNICAMP e na BC e Bib. Universitária Tamboré no MACKENZIE-SP e, no mercado de livros, este livro foi encontrado na Livraria Melhoramentos, custando R\$38,28⁵²; 4) *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*, nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, da FEUSP, da FE e IEL

⁵² Este preço e os outros citados não incluem o valor do frete.

na UNICAMP, da PUC-SP/Monte Alegre e na BC, Bib. Brasília (Ensino Médio), Bib. Universitária Campinas, Bib. Universitária Tamboré no MACKENZIE-SP e, no mercado de livros, foi encontrado na própria editora do livro, *Cengage Learning* (antes Pioneira) e nas livrarias Bestbooks.com.br, Cia dos Livros, FNAC, Galileu, Livrosurgentes.com.br, Mardan, Martins Fontes Paulista, Saraiva e Submarino, com preço entre 27,75 a R\$37,00; 5) *Mudanças no financiamento da educação no Brasil*, nas bibliotecas da FEUSP, da FE na UNICAMP e na BC no MACKENZIE-SP/São Paulo e, no mercado de livros, foi encontrado na própria Editora do livro, Autores Associados e nas livrarias Cia dos Livros, Mardan, Melhoramentos e Submarino, com preço entre R\$11,20 a R\$16,00; por fim, 6) *O FUNDEF e seus pecados capitais*, na biblioteca do IE na UNICAMP.

Dos livros publicados no ano de 1999 (3), 1) *Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento* foi encontrado nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília, da FEUSP, da FE e IFCH na UNICAMP, da PUC-SP/Monte Alegre e do MACKENZIE-SP/São Paulo e, no mercado de livros pela *internet*, foi encontrado na Cortez Editora e nas livrarias Cia dos Livros, Mardan, Martins Fontes Paulista, Melhoramentos, Saraiva e Submarino, com preço entre R\$24,75 a R\$33,00; 2) *Financiamento da educação básica*, nas bibliotecas da FE na UNICAMP e da BC no MACKENZIE-SP/São Paulo e não foi encontrado no mercado de livro porque, segundo a Editora Autores Associados (2008), está esgotado; e 3) *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*, na biblioteca da FE na UNICAMP e, no mercado de livros virtual, foi encontrado apenas na própria Editora do livro, Autores Associados, custando R\$16,00.

No ano de 2000 (2), dos livros publicados, 1) *Avaliação, impasses e desafios da educação básica* foi encontrado nas bibliotecas da FEUSP, da BC, FE e IFCH na UNICAMP e da PUC-SP/Monte Alegre e, no mercado de livros, nas Editoras do livro, Annablume e UNICAMP e, na *internet*, nas livrarias Cia dos Livros, Mardan, Martins Fontes Paulista, Saraiva e Submarino, com preço entre R\$20,00 a R\$30,00; e 2) *Verbas da educação: o legal x o real*, nas bibliotecas da FEUSP e da FE na UNICAMP e, no mercado de livros, na própria EDUFF e na livraria Cia dos Livros, custando R\$18,00.

Dos livros de 2001 (5), encontraram-se 1) *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90*, na biblioteca da FEUSP e, no mercado de livros, na própria EDUEL e, na *internet*, nas livrarias Cia dos Livros e Submarino, custando R\$36,10 e R\$38,00; 2) *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa*, nas bibliotecas da FEUSP e da FE na UNICAMP e, no mercado de livros, na própria Editora do livro, Xamã, por R\$26,00; 3) *Gestão, financiamento e direito à educação*:

análise da LDB e da Constituição Federal, nas bibliotecas da FEUSP, da FE na UNICAMP e da PUC-SP/Monte Alegre e, no mercado de livros, na própria Editora do livro Xamã e nas livrarias Cia dos Livros e Saraiva por R\$18,00 e 20,00; 4) *O Fundef e as verbas da educação*, nas bibliotecas da FEUSP e da FE na UNICAMP e, no mercado de livro, na própria Editora do livro, Xamã, e nas livrarias Cia dos Livros e Saraiva por R\$16,20 e 18,00; e 5) *Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?*, nas bibliotecas da FEUSP e da FE na UNICAMP.

Dos livros de 2002 (3), 1) *Educação Profissional no Brasil* foi encontrado na BC na UNICAMP, na biblioteca da PUC-SP/Monte Alegre e, no mercado virtual, na própria Editora do livro, Cortez, e nas livrarias Bestbooks.com.br, Cia dos Livros, Cultura, FNAC, Galileu, Mardan, Melhoramentos, Saraiva e Submarino, com preço entre R\$30,75 a R\$41,00; 2) *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*, nas bibliotecas da FE, na BC no MACKENZIE-SP/São Paulo e, no mercado, na própria Editora do livro Autores Associados e nas livrarias Cia dos Livros, Galileu, Mardan e Saraiva; e 3) *O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo*, nas bibliotecas da FFC na UNESP/Marília e da AEL e CPDS na UNICAMP.

Das publicações de 2003 (5), o livro 1) *Desafios da educação municipal*, no mercado livreiro da *internet*, foi encontrado na própria Editora do livro DP&A e nas livrarias Cia dos Livros, Mardan e Saraiva; 2) *Financiamento da educação superior: estado x mercado* foi encontrado nas bibliotecas da FE na UNICAMP e da PUC-SP/Monte Alegre e, no mercado, na Editora Cortez e UNIMEP e nas livrarias Bestbooks.com.br, Cia dos Livros, Leonardo da Vinci, Mardan, Melhoramentos, Saraiva e Submarino, com preço entre R\$28,50 a R\$38,00; 3) *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*, nas bibliotecas da FEUSP, da FE na UNICAMP e da PUC-SP/Monte Alegre e, no mercado, na própria Editora do livro Xamã e nas livrarias Cia dos Livros, Martins Fontes Paulista, Saraiva e Submarino, com preço entre R\$21,60 a R\$29,90; 4) *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*, nas bibliotecas da FEUSP e da FE na UNICAMP e, no mercado, na Editora Xamã e nas livrarias Cia dos Livros, FNAC, Saraiva e Submarino, com preço entre R\$24,30 a R\$32,90; e 5) *O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90* foi encontrado no mercado de livros na Wak Editora, custando R\$ 30,00.

Dos livros de 2004 (5), 1) *Direito à educação: uma questão de justiça* foi encontrado na biblioteca da PUC-SP/Monte Alegre e, no mercado, na própria Editora do livro, Malheiros, e nas livrarias Bestbooks.com.br, Cia dos Livros, Cultura, Saraiva e Submarino, com preço

entre R\$44,00 a R\$55,00; 2) *Estrutura e funcionamento do ensino*, na biblioteca da FEUSP⁵³ e, no mercado, na própria Editora do livro, Avercamp, e nas livrarias Bestbooks.com.br, Cia dos Livros, FNAC, Galileu, Saraiva e Submarino, com preço entre R\$19,50 a 26,00; 3) *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?*, nas bibliotecas da FE, FE-MT, IFCH e IG na UNICAMP e da PUC-SP/Monte Alegre e, no mercado, na própria Editora do livro, Xamã, e nas livrarias Cia dos Livros, Saraiva e Submarino, com preço entre R\$ 19,80 a R\$22,00; 4) *Gestão e políticas da educação*, nas bibliotecas da FEUSP e, no mercado, nas livrarias Cia dos Livros, FNAC e Melhoramentos, com preço entre R\$17,50 a R\$25,00; e 5) *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*, nas bibliotecas da FEUSP e da PUC-SP/Monte Alegre e, no mercado, na própria Editora do livro, Cortez, e nas livrarias Bestbooks.com.br, Cia dos Livros, FNAC, Galileu, Melhoramentos e Saraiva, com preço entre R\$27,00 a R\$36,00.

Das publicações de 2005 (3), o livro 1) *Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola/ FUNDEF* não foi encontrado nas bibliotecas acadêmicas pesquisadas e nem no mercado de livros⁵⁴; 9) *Direito educacional e municipalização*, na biblioteca da FHDSS na UNESP/Franca e, no mercado, na própria Editora do livro, Lemos & Cruz, e nas livrarias Cia dos Livros, Cultura, Submarino, Última Instância e União Editorial, com preço entre R\$37,92 a R\$48,00; e 3) *Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil*, na biblioteca da FEUSP e, no mercado, em uma das Editoras do livro, Xamã, e nas livrarias Cia dos Livros e Saraiva, com preço entre R\$32,00 e R\$37,00.

Nota-se, em termos da circulação dos livros desse período, a importância da *internet* na venda dos livros. Há uma diversidade de livrarias virtuais e editoras que possuem *sites* na *internet* e, portanto, uma variedade de preços também. A grande maioria destas lojas dispõe da foto das capas dos livros, o que de fato contribui para o aumento da circulação dessas publicações fora do espaço acadêmico.

4.2 Os aspectos materiais dos livros e as possibilidades de leitura e usos previstos pelos seus produtores

⁵³ Apesar deste exemplar constar como disponível na biblioteca, ele não estava na estante. O exemplar utilizado nesta pesquisa foi concedido pelo próprio autor à pesquisadora.

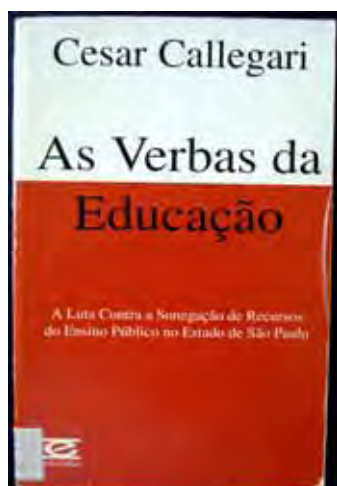
⁵⁴ O exemplar da pesquisadora foi a concedido pela autora.

[...] os livros são objetos cujas *formas* comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os *usos* de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. [...]. Daí, então, a atenção dispensada, mesmo que discreta, aos dispositivos técnicos, visuais e físicos que organizam a leitura do escrito quando ele se torna um livro (CHARTIER, 1999, p. 8, grifo nosso).

De acordo com Chartier, a compreensão de um texto depende das formas materiais da qual ele é revestido (CHARTIER, 1990). As formas de um livro direcionam seus usos e também as apropriações⁵⁵ que podem ser feitos dele (CHARTIER, 1999). Com base nessas assertivas, realizou-se abaixo um esforço para mostrar como os aspectos materiais – capas, contra-capas, orelhas, folha de rosto, sumário, apresentação, texto, bibliografia ou referências – dirigem o sentido da obra e também os seus usos.

As capas desse período possuem três informações em comum: o título (acompanhado ou não de subtítulo), nome do(s) autor(es) (no caso das coletâneas, seguido da indicação de organizador) e a(s) logomarca(s) da(s) editora(s). A única exceção pode ser observada no livro *Educação pública no Brasil: contos & descontos*, no qual não aparece a logomarca da editora. As informações acrescentadas na capa de alguns livros são o nome da coleção a que pertencem (*Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento; Financiamento da educação básica, Educação Profissional no Brasil; Mudanças no financiamento da educação no Brasil*; e *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*), nome dos autores participantes da coletânea (*Desafios da Educação Municipal; Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa; Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*; e *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*), indicação do autor do prefácio (*Estrutura e funcionamento do ensino*) e a informação de que o livro é acompanhado de CD-ROM (*Financiamento da educação superior: estado x mercado*). Percebe-se que a importância da informação é dada pelos tamanhos da fonte e pela sua localização no espaço da capa. Assim, o elemento de maior destaque é o título (e o subtítulo, se houver), seguido do nome da coleção (quando existe), do autor(es) e a da(s) editora(s).

⁵⁵ As apropriações não foram contempladas nesta pesquisa pela complexidade deste aspecto, assim, decidiu-se abordá-lo em outro momento.



A análise dos *designs* de cada capa foi baseada em alguns elementos do próprio livro (tais como Prefácio e/ou Apresentação e/ou Introdução) e nos contextos educacionais e do mercado editorial, seguindo a ordem cronológica de publicação. Assim, começa-se pela capa do livro *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo*, cujo plano de fundo é composto das cores branca, na parte superior da capa, e vermelha, do centro à parte inferior e não possui nenhuma figura. Não por acaso, estas duas cores são da logomarca do PSB, partido político na qual o autor está inserido.

A capa do livro *Educação pública no Brasil: contos & descontos* tem o plano de fundo azul claro, possui uma letra “S” nas cores amarelo, verde e azul no canto superior-esquerdo e outra letra “S” no canto direito-inferior. No entanto, neste canto, uma faixa vermelha na vertical, com um pequeno círculo, na parte centro-inferior, e pequenas estrelas em azul escuro, agrupadas na parte superior-centro da faixa, é sobreposta à letra. Essas duas letras “S” parecem representar um cifrão com três, das quatro, cores da bandeira brasileira. A faixa vermelha sobre o cifrão do canto direito-inferior parece representar a bandeira dos EUA. Estes desenhos estão estritamente relacionados com o contexto político do campo educacional do período, dominado pelas diretrizes dos organismos internacionais norte-americanos, especialmente, do Banco Mundial e do FMI (RAMOS, 2003; SOUZA; FARIA, 2004; FRANÇA, 2005).



Em *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento*, a capa tem o plano de fundo em azul claro na parte central, onde estão o título e o subtítulo do livro, e azul escuro nas partes superior, em que está o do nome do autor, e inferior, onde está o nome e a logomarca da editora. Não há imagens. Talvez essa capa de traços simples e conservadores, de fácil entendimento, tenha o mesmo propósito do livro que, segundo a própria editora, “é transmitir, de forma *inteligível e sistêmica*, a importância do ensino superior para a educação nacional [...]” (PIONEIRA, 1997, contra-capas, grifo nosso).

Na capa do livro *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*, entre o nome da organizadora e a logomarca da editora, encontra-se a relação de autores dos textos, ordenados por ordem alfabética. Esta apresentação dos vários autores que a obra possui justifica o título e, principalmente, o subtítulo do livro. A capa não contém figuras, mas possui uma pintura abstrata utilizando as cores vermelha, azul e um bege. Talvez essa mistura de cores, em uma pintura meio desordenada e sem formas, queria apontar para o entrecruzamento das interpretações da LBD.



A capa de *Mudanças no financiamento da educação no Brasil* tem plano de fundo branco, com a escrita e uma figura em vermelho escuro. A figura abstrata possui muitos círculos e retas justapostas. Os círculos estão sobrepostos sobre as retas, como se estas tivessem se transformado nos círculos, representando, assim, a palavra “mudanças” do título.



Em *O FUNDEF e seus pecados capitais*, a capa tem plano de fundo cinza e nela se encontram duas faixas horizontais onduladas na parte inferior. Uma faixa é da cor vermelha e a outra preta, nelas estão



inscritas informações sucintas a respeito do conteúdo do livro, que até parecem um subtítulo: “análise do Fundo, suas implicações positivas e negativas e estratégias de superação de

seus limites”.



A capa da coletânea *Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento* tem o plano de fundo em cinza e vermelho. Na parte cinza, parte central, encontram-se o título, o subtítulo e a figura de um círculo vermelho, como se estivesse abrindo. Na parte vermelha, as extremidades da capa, estão o nome da coleção, na parte superior, e os nomes e logomarcas das editoras, na parte inferior. A figura do círculo vermelho abrindo, parece querer simbolizar a

“descentralização”. Entre o título e as logomarcas das editoras, acha-se um retângulo preto em que há as indicações da organizadora do livro.

O livro *Financiamento da educação básica* possui uma capa no padrão da capa de *Mudanças no financiamento da educação no Brasil*, pois pertence a mesma coleção. O plano de fundo é branco, com a escrita em vermelho. No entanto, a figura, desenhada em preto e inserida dentro de um círculo, faz lembrar a rosa-dos-ventos⁵⁶. A estrutura dos pontos principais foi desenhada de maneira fina e suave quando comparada a estrutura dos pontos colaterais, talvez porque se quis passar a idéia de que o financiamento da educação básica permite a expansão da educação para além do que é básico, isto é, para outros horizontes. O círculo pode representar o mundo, indicando que este é orientado pela educação.



O livro *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta* também pertence à Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Assim, sua capa mantém o fundo branco, com a escrita em vermelho (porém, um vermelho mais claro) e uma figura abstrata desenhada com figuras geométricas. Esta figura tem bastante semelhança com o desenho da capa de *Financiamento da educação básica*. Nesta, porém, a rosa-dos-ventos é maior e sobrepõe-se a um retângulo preto, que pode representar “a caixa preta”, no canto direito. Tendo a rosa-dos-ventos como um

instrumento para dar direção, uma possível leitura, seria que o próprio livro representaria esse instrumento utilizado para “desvendar” o que se esconde a respeito do FUNDEF e do orçamento da educação.

A capa de *Avaliação, impasses e desafios da educação básica* tem plano de fundo em tom de azul, com um desenho parece que fantasiado, místico por causa da transparência da figura, dos pontos azuis que a contornam e da mistura de formas



⁵⁶ A rosa-dos-ventos é uma figura que mostra a orientação das direções cardeais (Norte, Sul, Leste e Oeste), colatareais (Nordeste, Sudeste, Noroeste e Sudoeste) e subcolaterais (Norte-nordeste, Leste-nordeste, Leste-sudeste, Sul-sudeste, Sul-sudoeste, Oeste-sudoeste, Oeste-noroeste e Norte-noroeste) num mapa ou carta náutica (WIKIPÉDIA, 2008).

reais com formas imaginárias. Esta imagem está relacionada a uma alegoria de Walter Benjamin (1982 apud PEREZ, 2000), a qual, de acordo com o autor, acompanhou-o durante todo o processo de elaboração do estudo. A alegoria descreve um anjo que

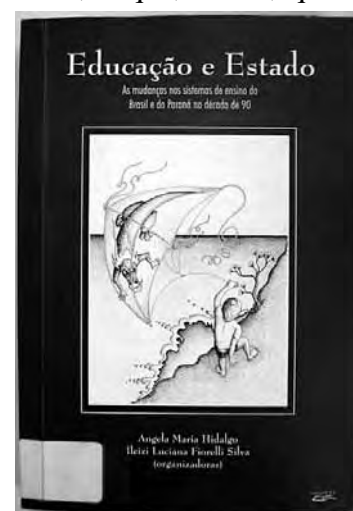
[...] parece estar na iminência de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estendidas. O anjo da história deve ter essa aparência. Ele tem o rosto voltado para o passado. [...], ele enxerga uma única catástrofe que incessantemente amontoa ruínas e as lança a seus pés. Ele gostaria de demorar-se um pouco, acordar os mortos e juntar novamente os cacos. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se prende em suas asas e é tão forte, que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas à sua frente cresce até o céu. O que chamamos de progresso é essa tempestade” (BENJAMIN, 1982 apud PEREZ, 2000, p. 21).

Como o anjo, Perez volta-se para o passado, mas ao passado da política educacional do Estado de São Paulo (1967-1990), a fim de compreender o momento histórico de consolidação da educação paulista. Perez, como anjo, também enfrenta o conflito passado/futuro. De acordo com Perez (2000), essa tensão constituiu-se num dos eixos de seu estudo.

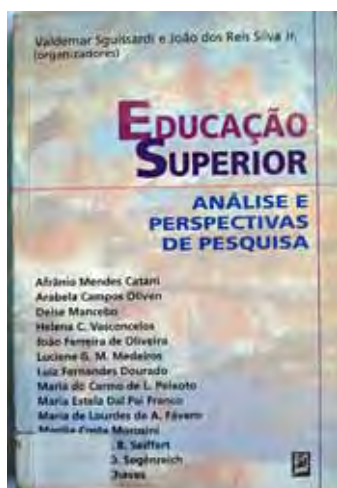


No livro *Verbas da educação: o legal x o real*, a capa com fundo em preto e branco, no centro, esboça o desenho de uma criança sentada, debruçada sobre uma mesa, com um lápis na mão direita e a mão esquerda sobre a cabeça, parece que estudando. Um retângulo contendo o título e subtítulo do livro, sobreposto na parte inferior do desenho, destaca-se pela sua cor verde. No desenho, a criança aparenta estar cansada e sem ânimo, o que, talvez, queira indicar que as verbais legais da educação, não são as verbas reais aplicadas ou necessárias para a educação. Este fato reflete-se no quadro educacional de modo tão desanimador tal qual o desenho da criança.

A capa do livro *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90* possui plano de fundo em preto e, no centro, há um desenho em preto com fundo cinza de um garoto a beira mar, empinando uma pipa



que tem um desenho semelhante ao de um dragão. Na figura, o menino parece espantar-se porque o dragão dá indícios de querer avançar sobre ele e, também, por causa das ondas agitadas. A relação que pareceu mais próxima a este desenho foi a de um fato relatado pelas organizadoras na apresentação do livro, o qual foi uma das motivações para empreenderem a coletânea. De acordo com elas, uma professora da rede pública estadual, em uma das aulas do mestrado em educação da UEL, em que as políticas educacionais eram analisadas, disse: “Se eu tivesse tido consciência disto antes, teria feito diferente” (HIDALGO; SILVA, 2001, p. viii). Esta professora havia encaminhado, na escola em que atuava como diretora em 1997, a adesão ao Programa Expansão, Melhoria e Inovação o Ensino Público no Estado do Paraná (PROEM), o qual extinguiu a oferta de cursos profissionalizantes, sem que a comunidade escolar tivesse conhecimento dos interesses socioeconômicos das medidas adotadas. Ao perceber as intenções nocivas das políticas governamentais, alusivas ao dragão, assustada, assim como o menino, a professora fez tal exclamação (HIDALGO; SILVA, 2001).



No livro *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa*, a capa tem plano de fundo colorido com as cores rosa, azul e branca bem suaves. A pintura é livre, isto é, não segue uma ordem. Nos locais onde as cores se misturam, surge a cor roxa. Uma reta rosa, na horizontal, separa e destaca o nome dos organizadores e o título, do subtítulo e dos nomes dos demais autores participantes do livro. Como esta coletânea é a quarta do Projeto Integrado “Universitas/Br – produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995”, talvez as cores rosa, azul e branca possam representar as coletâneas anteriores⁵⁷, as quais deram origem a coletânea presente neste estudo, representada pela cor roxa.

O livro *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal* possui uma capa em que, na parte superior, há uma foto com várias crianças em frente de um edifício (com construção semelhante a de uma casa),



⁵⁷ As coletâneas anteriores a esta foram: 1. *A educação superior em periódicos educacionais*, organizada por Marília Morosini e Valdemar Sguissardi; 2. *Educação superior: avaliação da produção científica*, organizada por Maria do Carmo de L. Peixoto; e 3) *Estados do conhecimento – educação superior*, organizada por Marília Morosini (SGUISSARDI; SILVA, 2001).

cujos muros estão pichados. O local parece humilde e as crianças também. Na pose para a foto, talvez incitadas pelo fotógrafo, algumas delas estão com as mãos erguidas como que gritando; umas com as mãos erguidas, mas, caladas, aparentando timidez; outras com as mãos erguidas, parecem distraídas com os olhares voltados para outro foco que não o da câmera fotográfica; e outras ainda com os braços abaixados. Sobreposto à foto, na parte superior-centro, há um retângulo esverdeado transparente com os nomes dos autores. Do centro à parte inferior da capa, o plano de fundo é verde sendo ocupado com os nomes dos demais autores (logo abaixo da foto), seguido do nome do livro, do subtítulo (este está inscrito em uma tarja rosa) e da logomarca da editora. Esta capa permite entender que a foto, como um retrato da realidade de grande parte das crianças brasileiras que, privadas de uma educação de cidadã, democrática e de qualidade por causa de uma legislação educacional parcial e, quase sempre, descumprida, manifestam-se (talvez não tão cientes) a favor de políticas efetivas e transformadoras para a gestão, financiamento e direito à educação.



A capa do livro *O Fundef e as verbas da educação*, da parte superior ao centro, tem plano de fundo amarelo e quadriculado com linhas cinzas, onde encontram-se o nome do autor e o título do livro. Na parte centro-inferior, o plano de fundo é em tom azul e contém muitas notas de dólar espalhadas como se estivessem caindo. Essa figura, na parte inferior da capa, provavelmente, quer fazer referência à palavra “verbas” do título. Se ainda estiver relacionada com a locução adverbial “da educação”, pode-se deduzir que as verbas da educação estão caindo em direção a um espaço sombrio, clareado pelo estudo, por

meio da qual o autor espera que

[...] os cidadãos comuns, os profissionais da educação e estudiosos encontrem nele um instrumento capaz de decifrar, tanto quanto possível, a documentação contábil aparentemente tão inacessível aos leigos, para dar concretude a propostas como a democratização do Poder Público (frequentemente tão privatizado, ainda que não juridicamente) e o exercício da cidadania (DAVIES, 2001, p. 14).

No livro *Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?*, a capa de plano de fundo branco, contém, no centro, um retrato, com uma pintura de traços cubista⁵⁸, mostrando uma figura de um ser humano, da cabeça aos ombros, com as cores e formas justapostas. A pintura colorida utiliza rosa, amarelo, laranja, branco, vermelho, marrom, azul e preto. Esta ilustração parece simbolizar os vários TCs dos Estados brasileiros, a respeito dos quais se constatou “procedimentos díspares e equivocados” (DAVIES, 2001, informação da contra-capa) no que se refere aos recursos destinados para a MDE.



A capa do livro *Educação Profissional no Brasil* possui um fundo constituído por linhas onduladas combinando as cores amarela, laranja e marrom. Sobreposto a esse fundo, da borda superior até o centro da capa, há um retângulo azul manchado, onde estão os nomes da coleção, do livro e da autora e, abaixo desse retângulo, existe o esboço de duas ferramentas de trabalho: uma espécie de martelo e um fogão, representando a educação profissional.

O plano de fundo da capa do livro *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial* é azul claro e possui uma pintura abstrata. Uma leitura possível dessa imagem é a de um grupo de pessoas perante algo/alguém, relativamente maior, que influencia suas mentes. Daí, a cor rosa, como de fumaças, penetrando em suas cabeças. Outra leitura seria a de que aquilo que as pessoas possuem é sugado (representado pela cor rosa) de suas mentes e o algo que lhes é exterior, introjetado (a cor amarela) pela mente. O título, o



⁵⁸ O Cubismo foi uma escola moderna, que surgiu por volta de 1906-1908, segundo a qual diversos aspectos de uma mesma coisa podem ser representados simultaneamente sob forma de figuras geométricas. Considera-se Cézanne como precursor do cubismo, pois em uma das suas “Cartas a Émile Bernard” (1907) afirmava que, em princípio, tudo, na natureza, podia ser representado sob formas geométricas (cilindro, esfera, etc.). As máscaras dos negros africanos foram consideradas como exemplo de validade desse princípio. Picasso, ao pintar em 1907, “Les Femmes d’Alger (O Jogo)”, alia a influência de Cézanne à da escultura da África negra. Em 1908, Georges Braque expôs uma paisagem que lembrava um amontoado de pequenos cubos. Daí proveio o nome de “cubismo”. Os principais pintores cubistas, depois de Braque e Picasso, foram Delaunay, Léger, Gleizes, Picabia, Lhote, La Frenaye e Gris (LAROUSSE, 1984).

subtítulo e o nome da autora, recortando a pintura, especificamente o corpo das pessoas, também dá a idéia de intervenção consentida. Essa imagem, lida dessa maneira, tem estreita relação com a tese defendida pela autora de que

[...] as políticas para a educação são resultantes, em primeiro lugar, das imposições das instituições internacionais, particularmente no Banco Mundial, nas prescrições socioeducacionais, não apenas pelo montante financeiro de que dispõe, mas pela capacidade de gerenciar e **manipular** o consentimento dos governados (SILVA, 2002, p. 5, grifo nosso).



A capa do livro *O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo* não possui imagens, apenas plano de fundo vermelho com a escrita em branco. É uma capa simples que, como no livro, *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo*, possui as cores da bandeira do partido (PSB) em que o autor participa.

O plano de fundo da capa do livro *Desafios da educação municipal* combina retângulos de cores amarela, laranja, marrom e bege com duas fotos envelhecidas de crianças, participando de atividades educacionais. A foto do canto esquerdo-superior mostra algumas crianças, talvez de classe média a classe alta, em um sítio ou fazenda desenvolvendo um trabalho na terra em pequenos grupos e a foto do canto direito-inferior apresenta duas crianças, aparentemente carentes, envolvidas em uma atividade de pintura.



Talvez o contraste entre as crianças queira representar os paradoxos e diversidade existentes nos municípios brasileiros e as atividades desenvolvidas por elas poderiam representar o tipo de educação que se deseja ofertar para as populações dos diferentes e numerosos municípios do país.

No livro *Financiamento da educação superior: estado x mercado*, a capa apresenta, da parte superior até o centro, uma obra, parecendo uma ponte velha com grandes colunas, com o acabamento no estilo das antigas construções romanas. A parte que poderia ser ocupada pela representação do céu, é pintada de vermelho. Na parte inferior da capa e abaixo dessa

imagem, existem, do lado esquerdo, três figuras (que representam o esporte, a música e a literatura) e, do lado direito, em nível inferior a estas, sobre um plano de fundo preto, outras três figuras (aparentemente indicando gestão de negócios, arquitetura e outra coisa não reconhecida). As figuras do lado esquerdo são separadas das do lado direito por vários livros iguais (como se fosse uma coleção), mas expostos de maneiras diferentes: a maioria está enfileirada, uns poucos empilhados e um está aberto. A imagem das colunas no estilo romano talvez represente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as figuras que a acompanham, simbolizariam a oposição Estado x Mercado, Elaboração de Cultura x Organizações Utilitaristas já que, segundo o Amaral,



[...] está em curso uma verdadeira reforma universitária que utiliza o financiamento como um dos instrumentos essenciais para a sua implantação, levando as IFES a se afastar de suas funções de elaboração de cultura, tornando-se, cada vez mais, organizações utilitaristas, segundo as regras e a lógica do *quase-mercado* educacional (AMARAL, 2003, p. 30, grifo do autor).

O livro *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990* possui uma capa verde claro com uma foto envelhecida entre o nome da autora e o título do livro. Conduzindo um possível leitor a pensar na educação e nas políticas a ela relacionadas, a foto apresenta a imagem de uma sala de aula dinâmica com alunos em grupos pequenos,



realizando uma atividade pedagógica com ânimo e interesse. A professora, com expressão alegre, parece auxiliar os alunos.

O plano de fundo da capa do livro *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais* é azul. Há uma linha em azul mais claro que atravessa o canto esquerdo da capa, na vertical. Esta linha cruza-se com outra da mesma cor, a qual, na parte superior da capa, na horizontal,

separa o nome dos organizadores do livro, dos demais elementos seguintes: pintura, título, subtítulo e logomarcas das editoras. A pintura é uma imagem abstrata, combinando pingos e rabiscos de tintas amarela, vermelha, preta e azul (esta em pequena quantidade) sobre um fundo branco. Pode ser que essa figura represente as “transformações” que deram à educação superior uma nova configuração ou ainda simbolize os múltiplos olhares reunidos no livro sobre as políticas e gestão para este nível de ensino

A capa do livro *O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90* possui um desenho, sobre um plano de fundo azul claro, de três cifrões sobrepostos e incompletos, sendo um de cada cor: preto, amarelo e branco. Alinhados à direita, os cifrões ocupam quase toda a capa e fazem alusão à palavra “financiamento” do título. No canto esquerdo da capa, registraram-se as informações tais como



nome da autora (na parte superior) e o título do livro (no centro).

O livro *Direito à educação: uma questão de justiça* tem o plano de fundo branco. Sobre ele, na parte inferior da capa, passa uma faixa em tons de marron, combinando com o título e o nome dos autores e, também, separando estes elementos da logomarca da editora. Não possui ilustrações.



No livro *Estrutura e funcionamento do ensino*, a capa tem

plano de fundo azul escuro. Na parte superior, talvez, querendo representar “ensino”, há uma foto de objetos utilizados em uma



colação de grau: diploma, beca e chapéu. Após essa foto encontram-se o título, o nome do autor, a indicação do nome do autor do prefácio e a logomarca da editora.



O plano de fundo da capa de *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?* é vermelho e possui duas fotos. Uma acha-se na parte superior da capa, entre o nome do autor e o título, e a outra, entre o título e a logomarca da editora.

A primeira tem a imagem de um papel de máquina de cálculo, com altos valores registrados em reais e uma caneta tinteira, que provavelmente foi utilizada para circular um desses valores. A segunda foto mostra uma professora ministrando uma aula para alguns alunos, os quais parecem participativos e interessados, numa sala com estantes de livros, rádio, quadros e outros suportes materiais. Talvez essas fotos estejam relacionadas com a idéia de que sem o “conhecimento e o controle social do dinheiro público, não será possível concretizar inúmeras propostas pedagógicas, como a de melhoria da qualidade, entre outras” (DAVIES, 2004, orelha da capa).

A capa do livro *Gestão e políticas da educação* é verde, da parte superior ao centro, e laranja, do centro até a parte inferior. Na parte verde, além do título, há sete quadrados na horizontal, cada um com a letra “e” em fontes, tamanhos e cores diferentes. Cinco quadrados são separados de outros dois pela ausência de um, cuja letra “e” parece ser o que se encontra encaixado na palavra “educação” do título. Acima desse “e” há uma linha pontilhada na vertical, que parece registrar a trajetória dessa letra até o local ocupado. Logo abaixo dos quadrados, na parte laranja, estão os nomes dos organizadores da coletânea (alinhados à esquerda) e as logomarcas das editoras (direito-inferior). O *design* da capa segue o modelo da coleção.



A capa do livro *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente* é colorida, com predominância das cores amarela e vermelha. Os traços de tinta, ou seja, a pintura parece formar uma paisagem de um campo com montanhas e arco-íris. Esta paisagem, possivelmente, queira transmitir ao leitor a idéia de que a coletânea “proporciona aos leitores uma visão ampla” e um novo horizonte de estudos sobre questões referentes à educação superior no Brasil (MANCEBO; FÁVERO, 2004, contra-capas).

O livro *Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola*. FUNDEF possui uma capa com plano de fundo em verde e bege.



Em alusão à “escola”, nas bordas da parte superior e inferior, há fotos de cadernos abertos, mostrando suas folhas com escritas (porém, pela imagem que se tem da capa aqui não é possível visualizar essas imagens), e, nessas partes, estão o nome da autora e da editora. O restante do espaço é ocupado pelo título e subtítulo, mas, principalmente pela figura de uma flor, cujo miolo apresenta uma foto de uma sala de aula, onde há duas pessoas em pé (pressupõe-se que são os professores), próximas à lousa, e alunos sentados em carteiras como que fazendo uma prova. As pétalas da flor são fotos de materiais pedagógicos para o uso tanto dos professores como dos alunos na escola, tais como réguas, apontador, lapiseiras, lápis de cor, globo terrestre, lousa, giz, instrumentos e substâncias químicos de laboratório. Pode ser essas pétalas representem algumas disciplinas do currículo escolar, como a Matemática, Português, Geografia/História, Química/Física.



No livro *Direito educacional e municipalização*, a capa foi dividida em duas partes em tons de bege. A parte superior-centro, numa tonalidade mais escura que a parte centro-inferior, apresenta uma silhueta com as imagens uma sala de aula com algumas carteiras vazias, onde há um professor apontando com uma régua para a lousa, explicando algo ao aluno que está em pé junto à lousa. No entanto, uma linha pontilhada na vertical, na direção da letra “i” da palavra “educacional” do título, parece estabelecer uma separação entre o professor e o aluno. A parte centro-inferior apresenta desenho suave de um livro aberto e de mapas.

O desenho da primeira parte parece associar-se com a questão da educação e o da segunda, com o Direito e a municipalização.

A capa do livro *Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil*, da parte superior ao centro, é branca e, do centro para baixo, verde escuro. Um mapa do Brasil, quase todo imerso na parte superior-centro, contém uma foto inserida em seu interior com os rostos de duas crianças que estão lendo um livro. A foto traz os contornos do mapa do Brasil. O mapa também apresenta os recortes dos Estados brasileiros por meio de linhas retas. O foto relaciona o livro ao assunto em foco a: educação no Brasil.



As contra-capas caracterizam-se, em geral, por uma síntese dos livros que expõe seus assuntos e conteúdos, a fim de envolver o leitor e prepará-lo para a leitura do texto. Nas

contra-capas dos livros *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento*; *Mudanças no financiamento da educação no Brasil*; *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*; *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*; *O Fundef e as verbas da educação*; *Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?*; *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*; e *Estrutura e funcionamento do ensino*, há também a indicação do público-alvo.

Lembrando que a apresentação do autor pela indicação do lugar institucional que ocupa e pelos títulos acadêmicos que possui permitem a leitor reconhecer que o autor tem autoridade e méritos, formação e conhecimento para constituir os conteúdos dispostos na obra, isto é, que tais informações sobre o autor permitem ao leitor qualificar o texto e valorizá-lo (TOLEDO, 2001), em *Educação pública no Brasil: contos & descontos*; *O FUNDEF e seus pecados capitais*; e *Desafios da educação municipal*, os editores acrescentaram às sínteses das contra-capas, informações sobre os autores, tais como formação e lugar institucional que ocupavam e/ou ocuparam.

No caso dos livros *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*; *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*; *Desafios da educação municipal*; *Financiamento da educação superior: estado x mercado*, *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*; *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*; e *O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90*, essas sínteses foram elaboradas por pessoas, que não são os autores ou editores dessas obras. Assim, após o nome dessas pessoas, há a indicação da formação e lugar institucional que ocupavam e/ou ocuparam.

As obras *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo* e *O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo*, de Cesar Callegari, diferentemente das demais contra-capas, com estilo eleitoreiro, isto é, com formas que visam à obtenção de votos em eleições, apesar da aparência de benefício à comunidade (XIMENES, 1998), possui fotos do autor e, ao invés de sínteses, expõem chavões por ele pronunciados. Há ainda um livro que diferiu dos outros, *Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola*. *FUNDEF*, pois, na contra-capa, em sua parte inferior, apenas aparece a palavra “financiamento” seguida dos nomes de algumas instituições, indicando as agências que financiaram a pesquisa.

Diferente das contra-capas, as informações contidas nas orelhas são mais detalhadas e extensas. Como um dos dispositivos de auxílio à leitura, as orelhas das capas são compostas

por resenha ou resumo dos livros e as orelhas da contra-capas contêm informações sobre os autores, indicando sua formação e títulos acadêmicos, o lugar institucional que ocupava ou ocupara e, por vezes, outros livros que escreveu e foram publicados. Entretanto, alguns editores utilizaram esses espaços de formas diferentes. Há alguns casos em que as orelhas contêm apenas o resumo ou resenha, como acontece no livro *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*, *Desafios da educação municipal*, *Financiamento da educação superior: estado x mercado* e *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais* e *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. Outro, em que orelhas contêm apenas informações sobre os autores, como é o caso do livro *Direito à educação: uma questão de justiça*, e ainda outro, em que somente a orelha da capa é utilizada, dispondo as informações sobre o autor: *Estrutura e funcionamento do ensino* as orelhas.

Em três livros, *O Fundef e as verbas da educação*; *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*; e *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?*, junto às informações sobre o autor, os editores acrescentaram uma foto. Conforme a editora do primeiro e do último livro citados, são várias as intenções do editor ao colocar num livro a foto de seu autor, e todas estão

[...] ligadas à fixação do nome de determinados autores (projeção do autor por meio de sua imagem; eliminação da barreira de desconhecimento entre autor e público; personalização dessa relação com intenção de fidelização do leitor etc). Aplica-se tanto a autores reconhecidos (que a editora quer vincular a sua própria imagem) como a novos autores que se pretende projetar (XAMÃ EDITORA, 2008)⁵⁹.

Nos livros *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento* e *Direito educacional e municipalização* os editores utilizaram a orelha da capa para as informações sobre o autor e as da contra-capa para divulgação de outros títulos da editora. Já em *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa* e *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*, na orelha da capa, consta uma resenha e um resumo, respectivamente, e na orelha da contra-capa outros títulos da editora. Outro livro que faz uso da orelha da contra-capa para apresentação de outros títulos da série que faz parte é o *Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento*, porém, na orelha da capa, há um resumo relacionando o livro à série. Destaca-se que a alocação da lista

⁵⁹ Essa informação foi fornecida pela Xamã Editora por e-mail, em resposta a solicitação da pesquisadora. À Editora Autores Associados também foi enviada a mesma solicitação, mas não houve resposta.

dos títulos, acompanhados de seus autores, na orelha da contra-capas é uma estratégia de estímulo para o leitor completar coleções ou adquirir outros títulos da editora (TOLEDO, 2001).

Nas orelhas dos livros *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*; *O Fundef e as verbas da educação*; *Financiamento da educação superior: estado x mercado*; *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*; e *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*, assim como nas contra-capas, após os resumos ou resenhas, existem nomes pessoas, que não são os autores ou editores dessas obras, com a indicação de suas formações e lugares institucionais que ocupavam e/ou ocuparam, mas que acompanharam e/ou participaram do trabalho dos autores. Tanto nesse espaço quanto no outro, observa-se que esses nomes que tinham certa autoridade em relação ao assunto abordado pelo texto e, no meio educacional, eram pessoas de importância em determinada instituição.

Os livros *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo*; *Educação pública no Brasil: contos & descontos*; *Mudanças no financiamento da educação no Brasil*; *O FUNDEF e seus pecados capitais*; *Financiamento da educação básica*; *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*; *Educação Profissional no Brasil*; e *O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo* não possuem orelhas.

Quanto à estrutura dos livros, os principais dispositivos em comum são: folha de rosto, sumário, apresentação, texto, bibliografia ou referências⁶⁰. Percebe-se que os editores buscaram um padrão, cuja tipografia levasse o leitor a reconhecer o lugar a partir do qual a obra deve ser lida e entendida. Nos livros *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo*; *Educação pública no Brasil: contos & descontos*; *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento*; *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*; *Mudanças no financiamento da educação no Brasil*; *Financiamento da educação básica*; *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*; *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*; *Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?*; *Educação Profissional no Brasil*; *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*; e *Desafios da educação*

⁶⁰ Apesar da importância da análise das bibliografias desses livros, nesta pesquisa, não foi possível estudá-las.

municipal, a folha de rosto (o anverso) possui as mesmas informações da capa, por vezes, diferindo desta só na ordem de apresentação do título e do nome do autor.

Como “espaço complementar a capa” (TOLEDO, 2001, p. 155), nas folhas de rostos dos livros *Verbas da educação: o legal x o real*; *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90*; *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa*; *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*; *O Fundef e as verbas da educação*; *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*; *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*; *O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90*; *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?*; *Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola. FUNDEF*; e *Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil* também se acrescentou o nome da editora, local e ano da publicação. Em particular nas coletâneas, em que na capa não aparece os nomes de todos os autores, adicionou-se os nomes dos organizadores, é caso de *Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento*; *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*; *Gestão e políticas da educação*; e *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*.

Se, por um lado, há livros com outras informações na folha de rosto, como são os casos de *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90*, no qual há a indicação de que a editora pertence à ABEU e também há uma logomarca diferente da capa; *O Fundef e as verbas da educação* e *Estrutura e funcionamento do ensino*, em que existe a indicação do nome do autor do prefácio; *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*, onde aparece o nome da coleção a que faz parte; e *Direito educacional e municipalização*, em que há informações sobre o autor baixo de seu nome, de outro, os livros *O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo* e *Financiamento da educação superior: estado x mercado* omitiram algumas informações. Naquele, deixou-se de escrever a palavra “educação”, que identifica em que área o livro enquadra-se, e neste, retirou-se a informação de que, anexado ao livro, há um CD-ROM.

Os editores/autores cientes de que os “índices se organizam como verdadeiros roteiros de leitura, à medida que estabelecem de antemão aquilo que deve ser lido e reconhecido no texto” (TOLEDO, 2001, p. 161), elaboraram sumários detalhados, especificando cada divisão e/ou subdivisão do livro, principalmente dos textos de um único autor, tal como em *As verbas*

*da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo, Educação pública no Brasil: contos & descontos; LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento; Mudanças no financiamento da educação no Brasil; O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta; Avaliação, impasses e desafios da educação básica; Verbas da educação: o legal x o real; O Fundef e as verbas da educação; Educação Profissional no Brasil; Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial; O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo; Financiamento da educação superior: estado x mercado; Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990; O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90; Estrutura e funcionamento do ensino; Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola. FUNDEF; Direito educacional e municipalização e Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil. São exceção os livros *O FUNDEF e seus pecados capitais*; *Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?* e *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?*, nos quais o sumário é simples. No primeiro livro de sumário pouco detalhado, só há a divisão em capítulos e, nos outros dois, não há indicação de divisão, os textos possuem apenas títulos diferentes e são separados por espaços.*

Nas coletâneas, o sumário costuma ser simples, sem muitas divisões (às vezes, sem nenhuma), apresentando os nomes dos artigos, seguido dos nomes dos autores, como em *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*; *Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento*; *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90*; *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa*; *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*; *Desafios da educação municipal*; *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*; *Gestão e políticas da educação*; e *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. Deste grupo excetuam-se *Financiamento da educação básica* e *Direito à educação: uma questão de justiça* em que, além da divisão em capítulos, estes também são subdivididos.

Os prefácios foram reservados para a contextualização e importância da obra no campo educacional, sendo escritos não pelos autores, mas por autoridades neste campo, identificadas pelo lugar institucional que ocupavam ou ocuparam, a fim de autorizar os textos que as editoras colocaram em circulação (TOLEDO, 2001). Porém, apenas os livros *Educação pública no Brasil: contos & descontos*; *Avaliação, impasses e desafios da*

educação básica; O Fundef e as verbas da educação; Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial; Desafios da educação municipal; Financiamento da educação superior: estado x mercado; Estrutura e funcionamento do ensino; e Direito educacional e municipalização possuem prefácio e, no livro *Desafios da educação municipal*, o prefácio foi escrito pelos próprios organizadores.

As apresentações, comumente escrita pelos próprios autores (no caso das coletâneas, pelos organizadores), em geral, têm a função de introdução nos livros, pois nelas constam a delimitação do assunto tratado e a exposição da estrutura e conteúdo do texto. Este papel da apresentação se reforça, principalmente, quando os livros não têm a introdução. Isto pode ser observado em *Educação pública no Brasil: contos & descontos; LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento; O FUNDEF e seus pecados capitais; Financiamento da educação básica; O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta; Verbas da educação: o legal x o real; Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90; Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal; O Fundef e as verbas da educação; Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais; Direito à educação: uma questão de justiça; Gestão e políticas da educação; e Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. Quando acontece de co-existir a apresentação e a introdução em um livro, aquela assume a função de prefácio⁶¹. Verificou-se tal fato nos livros *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa; Educação Profissional no Brasil; Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990; O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90; e Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil*.

Apesar de ser comum as apresentações serem escritas pelos próprios autores, nos livros *Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento; Educação Profissional no Brasil; Desafios da educação municipal; Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990; e O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90*, isso não ocorreu, e apresentações foram escritas por nomes que ocupavam ou ocuparam lugar institucional de importância, especialmente no meio acadêmico.

Alguns livros fazem parte de coleção, dentre eles estão *Mudanças no financiamento da educação no Brasil; Financiamento da educação básica; e O Fundef e o orçamento da*

⁶¹ Nota-se que não há a combinação dos três elementos prefácio/apresentação/introdução.

educação: desvendando a caixa preta, os quais pertencem à Coleção Polêmicas do Nosso Tempo da Editora Autores Associados. Essa Coleção pretende fomentar a discussão nas áreas de Educação, Política, Cultura e Filosofia, com ampla liberdade de pensamento e expressão, por meio de livros de bolso, cujo formato é de 10,5 cm x 17 cm (AUTORES ASSOCIADOS, 2008). Caracterizados pelo pequeno custo e formato (ALMEIDA, 1999; BRAGA; OLIVEIRA; ALMADA, 2006), os livros de bolso não costumam ser padrão para os livros acadêmicos. No entanto, no caso dos três livros citados acima e estudados nesta pesquisa, com exceção do formato, toda estrutura interna segue tal padrão. Provavelmente, o(s) editor(es) dessa Coleção quiseram democratizar o acesso ao conhecimento científico, que, no mercado editorial, enquadra-se no sub-setor de livros (CTP), cujos os preços são os mais elevados (CBL, 2006; EARP; KORNIS, 2005). Neste ensejo, cabe destacar que nos estudos sobre a economia do livro, segundo Earp e Kornis (2005), os livros brasileiros são bastante caros, ficando em companhia dos alemães e belgas, se comparados ao preço dos livros de países como Japão, França, Suíça, Canadá, EUA, Austrália, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Áustria, Bélgica, Itália, Espanha, Argentina, Rússia, China e México, sendo superados apenas pelos preços dos livros chineses e mexicanos que são os mais caros do mundo em termos relativos. Assim, concluem os pesquisadores que

O livro relativamente caro fica fora do alcance de populações cuja renda é baixa, visto que o produto tem uma elasticidade-preço da demanda tão mais elevada quanto maior for o seu peso na despesa total do consumidor. Assim se entende que populações de países com alta renda per capita possam comprar maior número de livros, enquanto as dos países mais pobres só podem ter acesso aos mesmos através de transferências – i.e. se pagos pelo governo ou por bibliotecas privadas (geralmente subsidiadas) (EARPS; KORNIS, 2005, p. 21).

O livro *Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento* inclui-se na Série Federalismo no Brasil, publicada pelo FUNDAP. Esta Série tem por objetivo a publicação de livros relacionados às questões federativas no cenário econômico e político do país e que se constituem em enormes desafios aos gestores públicos e a seus interlocutores, na sociedade civil ou na iniciativa privada (COSTA, 1999, orelha da capa).

A Coleção Legislação e Política Educacional da Editora Xamã, idealizada em quatro títulos, sob coordenação dos professores Romualdo Portela de Oliveira (FEUSP) e Theresa Adrião (UNESP - Rio Claro) “visa oferecer a alunos e professores dos cursos de formação de

educadores, especialmente das áreas de política e legislação educacional, textos que tratem de temas atuais, cujo impacto para a organização e o funcionamento dos sistemas educacionais tenha sido relevante”. A Coleção iniciou-se com o lançamento do livro aqui estudado *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*.

O livro *Educação Profissional no Brasil* inaugurou, sob coordenação de Antônio Joaquim Severino (FEUSP) e Selma Garrido Pimenta (FEUSP), a Coleção Docência em Formação da Cortez Editora, a qual possui 19 títulos (CORTEZ, 2008) e cujo objetivo é

[...] contribuir para a formação dos professores e alunos das diversas modalidades de cursos de preparação profissional para o magistério, bem como para o aprimoramento daqueles que já atuam como profissionais da educação. Fornece subsídios formativos que levam em conta as novas diretrizes curriculares, buscando atender, de modo criativo e crítico, as transformações introduzidas no sistema nacional de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Reconhece a importância desse documento como referência legal, identifica seus avanços e recuos, e assume como compromisso maior realizar uma efetiva interferência na realidade educacional através do processo de ensino e de aprendizagem, núcleo básico do trabalho docente social. Seu propósito é, pois, colocar à disposição dos atuais e futuros profissionais da educação, textos de referência para sua preparação científica, técnica e pedagógica. Os textos contêm subsídios formativos relacionados aos campos dos saberes pedagógicos bem como ao campos dos saberes relacionados aos conhecimentos especializados das áreas de formação profissional, levando em conta uma concepção orgânica e intencionalizada da educação e da formação de seus profissionais bem como o contexto histórico da sociedade brasileira contemporânea, onde atuarão os professores. Também sintonizada com as propostas e iniciativas do campo educacional, que se desenvolvem atualmente em toda a América Latina, a Coleção abre perspectivas para um significativo diálogo com os educadores de todo o continente sobre a formação dos profissionais da educação (CORTEZ EDITORA, 2008).

O livro *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais* faz parte da Coleção Políticas Educacionais, das Editoras Alternativa e Xamã, e *Gestão e políticas da educação* insere-se na Coleção Biblioteca ANPAE, da DP&A Editora. Tentou-se obter informações sobre essas coleções por meio de *e-mails* e *sites* das editoras desses livros e também em *sites* de buscas, porém, não houve êxito.

No que se refere aos usos dos livros pelos seus produtores, o autor de *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo* registrou: “Esperamos que [o livro] possa servir como estímulo aos segmentos combativos da sociedade para um efetivo engajamento nessa causa [ensino público e de qualidade] da maior importância para a nação” (CALLEGARI, 1997, p. 14). Percebe-se que tal assertiva mantém o tom político presente na obra, estabelecendo assim, forte relação com suas formas materiais

analisadas nesta pesquisa, desde as cores da capa até o sumário. Isso confirma a idéia de que as formas do livro regem, pelos menos, os usos nele investidos (CHARTIER, 1999).

Com a publicação de *Educação pública no Brasil: contos & descontos*, Monlevade pretendeu contribuir “para armar educadores, estudantes, administradores, políticos e demais cidadãos para esta guerra sem trégua: por uma educação pública e democrática de qualidade [...]” (MONLEVADE, 1997, p. 9).

O livro *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento* foi direcionado ao corpo diretivo de instituições de ensino, professores e alunos de graduação e pós-graduação, bem como a todos os interessados pelo o ensino superior, a fim de ajudá-los a compreender a importância deste nível de ensino, especialmente o papel da universidade, para a educação nacional (SOUZA, 1997).

A organizadora de *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam* previu o uso do volume para estimular os leitores a identificarem avanços e lacunas da lei e propor aos educadores brasileiros, que atentassem para o momento em que decretos, portarias e pareceres do poder instituído, regulamentando a lei, pudessem golpear o que teria restado do projeto de LDB 1258-C, que fora apresentado pela Câmara Federal ao Senado da República e defendido pelos educadores, “[...] por uma sociedade brasileira mais moderna, cada vez mais democrática, igualitária e palmilhada pela ética da solidariedade e pela justiça social” (BRZEZINSKI, 1997, contra capa).

José Carlos de Araújo Melchior previu o uso do livro *Mudanças no financiamento da educação no Brasil* pelo público preocupado com os problemas da educação e também por educadores e administradores da educação, para o entendimento mais aprofundado da estrutura e funcionamento do ensino fundamental e das questões relacionadas ao financiamento da educação no Brasil (MELCHIOR, 1997).

Os autores de *O FUNDEF e seus pecados capitais* indicaram o livro para o esclarecimento da população, e principalmente dos professores, funcionários e especialistas da escola básica, a respeito das reais dimensões e alcance do FUNDEF, que, de acordo com os autores, estão “além da propaganda do governo federal e, [...], para além de nossos sonhos muitas vezes irrealistas” (MONLEVADE; FERREIRA, 1997, p. 8).

Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento, segundo o diretor da editora, tem como fim a compreensão e a prática do processo de descentralização da educação (COSTA, 1999).

Os autores do livro *Financiamento da educação básica* produziram-no com a função de contribuir para “o estado da arte do financiamento da educação e da escola, possibilitando, desse modo, novas e profícuas reflexões” (DOURADO, 1999, p. 3).

O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta (1999); *Verbas da educação: o legal x o real*; *O Fundef e as verbas da educação* (2001); *Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?* (2001); e *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?* foram previstos por Davies como instrumentos capazes de decifrar a documentação contábil do governo, dar concretude às propostas de democratização do Poder Público e exercício da cidadania para todos os cidadãos, profissionais da educação e estudiosos, a fim de melhorar a educação pública.

Para o livro *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*, Perez previu sua utilização pelos professores, pesquisadores, estudantes e por todos cidadãos interessados na educação brasileira, a fim de fomentar o debate sobre os rumos da escola pública.

As organizadoras de *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90* apontaram que os textos reunidos neste livro podem ser úteis como instrumentos didáticos nos cursos de graduação e pós-graduação, em que os docentes tenham preocupações com os rumos da educação. Também previram o uso do livro pelos professores das redes de ensino do país, especialmente dos do Estado do Paraná, como fonte para explicações das mudanças vivenciadas nas escolas.

Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa foi escrito por vários autores, como uma extensão do Projeto Integrado “*Universitas/Br* – a produção científica sobre a educação superior no Brasil, 1968-1995”, com o fim qualificar ainda mais a riqueza do acervo de dados empíricos proporcionado pelo trabalho coletivo de construção do Banco de Dados *Universitas/Br*, tendo em vista as específicas necessidades do contexto da realidade do país, diante da crise e reforma da universidade brasileira (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2001).

Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal, conforme conjecturaram seus organizadores, deveria ser usado, por alunos e professores, como material nos cursos de formação de educadores das áreas de política e legislação educacional.

Manfredi produziu *Educação Profissional no Brasil* com vistas a dar subsídio a todos que enfrentam o desafio de participar de atividades de planejamento, de supervisão e de gestão de políticas públicas no campo do trabalho, do emprego e da educação, tais como conselheiros municipais e estaduais das comissões de emprego, técnicos e consultores de Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, os quais necessitam ter um conhecimento

mais amplo das bases legais e políticas da Educação Profissional brasileira. O livro destina-se ainda àqueles que orientam profissionalmente os jovens, servindo de guia para uma compreensão crítica das ofertas no campo profissional e das mudanças no âmbito do sistema escolar.

Silva (2002) indicou *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial* para auxiliar a reflexão crítica sobre as políticas educacionais nacionais. O autor da síntese da contra-capa do livro, Sanfelice, professor na Faculdade de Educação da UNICAMP, também previu seu uso como meio para pensar uma forma de superar qualitativamente a civilização do capital.

O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo, segundo Callegari (2002), seria útil para fomentar o debate centrado no ensino fundamental, enquanto obrigação prioritária, no contexto da educação básica, esta pensada num sistema único, integrado, de corresponsabilidade do Estado e de todos os seus municípios. Também teria como objetivo suscitar as discussões a respeito do FUNDEB, “resgatando a idéia e concretizando a oportunidade da descentralização levada até a escola” (CALLEGARI, 2002, p. 11).

Desafios da educação municipal teria o papel de “subsidiar, em particular, futuras análises que se pretende levar a efeito sobre os sistemas públicos de Educação Municipal no Estado do Rio de Janeiro e, de modo mais geral, contribuir para a compreensão dos desafios postos à Educação Municipal no Brasil pós-LDB (Lei 9.394/96)” (SOUZA; FARIA, 2003).

Em *Financiamento da educação superior: estado x mercado*, os usos foram previstos por duas autoridades universitárias que acompanharam o trabalho do autor. Na contra capa, o Prof. Dr. Newton Lima Neto, apresentado como ex-reitor da UFSCAR, apontou para o livro como “leitura obrigatória” para as autoridades federais do setor educacional e para os dirigentes universitários, atuais e futuros, bem como para todos os que almejam conhecer um “componente central [o financiamento da educação superior] das políticas públicas, em geral tão pouco e tão mal estudado em nosso meio” e, nas orelhas e prefácio, Valdemar Sguissardi, até então professor titular da UNIMEP, conjecturou que o volume tornaria mais rico o debate sobre a universidade pública em países que necessitam superar o atraso e garantir condições mínimas de soberania. Além disso, mostraria que “analisar as políticas públicas de educação superior pela ótica do financiamento, dependendo das hipóteses de explicação colocadas à prova, pode ser um oportuno modo de compreensão dos estreitos caminhos do (sub)desenvolvimento econômico e social e dos seus grandes e inarredáveis desafios presentes e futuros”.

Em *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*, livro da autora Vera Peroni, Romualdo Portela de Oliveira, apresentado como professor da FEUSP, na orelha da contra-capá, previu o uso do livro para o aprofundamento do estudo das políticas educativas no Brasil e criação “das condições para se pensar alternativas que vão além da simples negação ou da repetição acrítica do que vem sendo realizado”. Já Gaudêncio Frigotto, reconhecido como professor titular da Faculdade de Educação da UFF, apontou que o livro é útil para o entendimento da tarefa de tornar o Estado “radicalmente democrático” e para o conhecimento do projeto de sociedade e Estado “que balizará os rumos do Brasil nos próximos anos [...]”.

Os produtores de *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais* previram o uso do livro na propagação de discussão e produção acadêmica, no campo das políticas e gestão para a educação superior,

[...] deslindando os marcos implementados a partir da segunda metade da década de 1990 e possibilitando instrumentos analíticos para o mapeamento e avaliação das condições objetivas em que essas ações e práticas se efetivaram, bem como evidenciando novas possibilidades históricas que se avizinham na tessitura das políticas educacionais para o campo (DOURADO; OLIVEIRA; CATANI, 2003).

O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90 foi produzido por Ramos para ser utilizado como incentivo para outras pesquisas, as quais contribuam para encontrar saídas para o financiamento da educação pública brasileira. Previu-se ainda o uso do livro para fomentar a discussão das reflexões feitas pela autora, a fim de que se possa desvendar a verdadeira natureza da política de financiamento da educação (RAMOS, 2003).

O autores de *Direito à educação: uma questão de justiça* produziram o volume para suprir a carência jurídica do país de um conjunto de informações referentes à proteção do direito à educação com tratamento e linguagem jurídicos (LIBERATI, 2004).

Estrutura e funcionamento do ensino, segundo o autor, deveria ser útil aos professores, estudantes, profissionais da educação, particularmente dos cursos de graduação, e pesquisadores para compreensão da estrutura e funcionamento da educação brasileira, a partir da explicitação de todos os seus níveis e modalidades (BRANDÃO, 2004).

Os organizadores e autores produziram *Gestão e políticas da educação* com vistas contribuir para as reflexões sobre as políticas de educação no Brasil no contexto das recentes transformações do século XXI (BITTAR; OLIVEIRA, 2004).

Os organizadores e autores de *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente* previram o uso desta coletânea como meio capaz de proporcionar uma visão ampla e importante sobre questões referentes à educação superior no Brasil, sugerindo a realização de outros estudos (MANCIBO; FÁVERO; 2004).

Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?: programa dinheiro direto na escola. FUNDEF, de acordo com Magna (2005), poderia ser usado pelos educadores como um conjunto de informações que contribuam com o fazer educação, em especial na gestão e no gerenciamento dos recursos que auxiliem a escola na luta pela conquista de sua autonomia administrativa, pedagógica e financeira.

Silveira (2005) produziu *Direito educacional e municipalização* para seu uso como instrumento de enriquecimento do campo teórico do Direito Educacional e de construção e/ou reconstrução de sistemas de ensino municipais eficientes, através da análise crítica de seus elementos normativos, institucionais e financeiros. Além disso, como meio capaz de fornecer subsídios aos dirigentes municipais de educação, para a implementação e gerenciamento do processo de municipalização do ensino, de forma democrática, competente, transparente e participativa, e como indicador, aos trabalhadores em educação e demais interessados no tema, de que a municipalização do ensino fundamental regular pode e deve se transformar numa proposta viável e renovadora, se conduzida dentro dos parâmetros, pressupostos e condições sugeridas.

Por fim, a previsão de uso do livro *Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil* pelos seus autores foi como material de consulta, orientação e reflexão para dirigentes da educação, pesquisadores, alunos e professores de graduação e pós-graduação atuantes nas múltiplas áreas das Ciências Humanas e Sociais, em particular no âmbito da educação, e que se encontram comprometidos com a luta pela universalização de uma educação básica de excelência. Também recomendaram o livro como referência para o desenvolvimento de investigações congêneres, já que se esmerou no detalhamento teórico-metodológico dos procedimentos e técnicas de pesquisa documental empregados, especialmente informacionais.

À guisa de conclusão deste capítulo, conclui-se que todos esses aspectos materiais dos livros, isto é, a *forma*, a apresentação gráfica, o tipo de fontes, cores, tinta e a própria estilo de impressão, bem como a “grife” da editora e os usos que para eles foram previstos foram (e são) capazes de conduzir a percepção do texto lido e, especialmente por ação das editoras, o suporte a que esses textos foram dados a ler tiveram (e ainda têm) por função atrair leitores-consumidores para comprá-los.

O que se tentou fazer neste capítulo foi lutar contra a “desmaterialização dos textos” (CHARTIER, 2002, p. 64), ou seja, trazer a produção e a circulação dos textos sobre o financiamento da educação às formas materiais de sua inscrição e de sua transmissão, a fim não impor-lhes formas e significados que lhes fossem totalmente estranhos e que os desfigurasse. Isso permitiu compreender que, durante os anos de 1997-2005, assim como no período anterior, os livros sobre o financiamento da educação estiveram estreitamente relacionados com o tempo e lugar de produção dos textos, confirmando as análises tanto do campo educacional e editorial quanto dos autores e editoras/editores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as razões e os efeitos dessas materialidades (por exemplo, em relação ao livro impresso o formato: as disposições da paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua apresentação tipográfica, etc.) remete necessariamente ao controle que editores ou autores realizam sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação (CHARTIER, 1999, p. 35).

As análises realizadas nesta pesquisa preocuparam-se com aspectos de produção e circulação, uma vez que, como explicitado na citação acima, todo processo de elaboração de transformação do texto em livro colabora com a construção do sentido. Nessa construção, autores e editores participam do processo de controle da leitura ainda que, tal como aponta Chartier (1999), haja uma distância entre os usos previstos e os usos efetivos.

Ao propor-se a compreensão e análise da produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação, nos anos de 1991 a 2005, a partir desta perspectiva de Chartier, tomou-se como objeto de estudo os livros publicados sobre a temática. Conseqüentemente, estudou-se o campo educacional, no qual estavam inseridos os autores, e o mercado editorial, em que se encontravam os editores/editoras.

No campo da educação, depreendeu-se que as políticas, e também a legislação, para o financiamento da educação foram sendo delineadas pelos organismos internacionais, tornando-se mais nítidas com o decorrer dos anos. Até meados da década de 1990, durante os governos de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, tais políticas, de certa maneira, tiveram, ainda que em ínfimas proporções, participação (ainda que na forma de resistência) da sociedade e, portanto, certo controle sobre as ações neoliberais propostas pelo BID e BIRD. No entanto, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência do país, praticamente se escancarou as portas para que as políticas educacionais, particularmente para o financiamento da educação, seguissem as diretrizes desses organismos, tomando novos rumos e ganhando destaque na legislação educacional com criação do FUNDEF, o qual pôs o financiamento no centro das discussões educacionais.

Nesse cenário, docentes e pesquisadores da gestão e das políticas educacionais da educação superior, em especial dos cursos de formação de professores, direcionaram suas pesquisas para a temática do financiamento, a fim de investigar políticas, fomentar as discussões e indicar propostas em torno do assunto. Isto gerou uma maior produção de

saberes sobre a temática nos espaços acadêmicos. Mas, para que esses saberes produzidos alcançassem os usos a que foram destinados, precisavam ser postos em circulação.

Com a abertura do mercado para as transações comerciais internacionais, no período de 1991 a 1997, incentivada pelo suposto controle da inflação, houve a expansão e diversificação do ramo editorial, com o surgimento de muitas editoras. Perante a concorrência, a vinculação com as universidades pareceu, a algumas editoras, um meio de legitimação e, por conseguinte, uma estratégia para sua permanência no mercado. Além disso, a busca dos leitores pela literatura voltada para o aperfeiçoamento profissional, supervalorizou os conhecimentos produzidos pela academia.

Após esse momento de surto na economia, porém, gerou-se a necessidade de capital estrangeiro no país, por conseguinte, os juros aumentaram e o mercado editorial começou a percorrer caminho inverso do que vinha seguindo (1998-2005). A subcategoria dos livros científicos, técnicos e profissionais (CTP), contudo, manteve certo equilíbrio diante da crise, visto que na sociedade do conhecimento, os livros não poderiam ser dispensados por quem desejava manter ou galgar posições melhores. Estando os livros sobre o financiamento da educação inclusos nessa subcategoria, foram então publicados por editoras comerciais e universitárias, sendo dominante a presença das primeiras no setor.

Diante dessas conjunturas do campo educacional e do mercado editorial, percebeu-se que a produção e a circulação dos livros a respeito do financiamento da educação não ocorreram de modo homogêneo no período, apresentando-se num sentido decrescente de 1991 a 1996, tendo um pico, em 1997, seguido de uma depressão, em 1998, depois disso, recuperando-se, manteve certa estabilidade. Assim, definiram-se, para o estudo desses livros, dois momentos: um, considerado de inércia, delimitado de 1991 a 1996, totalizando 9 livros, e outro, de aceleração, compreendendo os anos de 1997 a 2005, com um total de 32 livros.

Esse período de inércia teria se dado, como apontado no capítulo 2, em consequência de um mercado editorial em ascensão, sob predomínio do sub-setor de livros didáticos e paradidáticos, voltado para a publicação de exemplares em reedição. Também por um campo educacional em que as pesquisas acadêmicas mostravam-se interessadas na produção de saberes relacionados aos profissionais da educação (WITTMANN; GRACINDO, 1999), visto que a política e legislação educacionais encontravam-se voltadas para a democratização da educação por meio de programas de alfabetização, reconstrução nacional, diretrizes de ação governamental, linhas programáticas da educação brasileira (FRANÇA, 2005), os quais refletiam os compromissos acordados entre o Brasil e os organismos internacionais, como a

ONU, num contexto mundial de pós-guerra, isto é, de reconstrução ou desenvolvimento dos países com base na efetivação da educação para todos.

Assim, nessa fase de inércia, a produção e a circulação dos saberes sobre o financiamento da educação apresentaram-se em poucos livros ao lado de outras temáticas das áreas de política e administração da educação, sendo que os 9 livros em estudo revelaram em sua materialidade, capas diversificadas e padrão acadêmico na estrutura interna, apresentando textos relacionados com os temas em pauta na área educacional, destinados aos interessados nas políticas educacionais do país, a fim de dar-lhes condições para se posicionarem crítica e politicamente na luta por educação democrática.

Já o período de aceleração deveu-se, conforme demonstrado nos capítulos 3 e 4, à situação de declínio do mercado editorial, ainda sob o domínio dos livros didáticos, mas, voltado para a publicação de títulos e exemplares em 1ª edição, com a emergência das publicações no sub-setor dos CTPs. Somaram-se a essas mudanças no mercado editorial, as transformações ocorridas no campo educacional. Neste, a temática do financiamento ganhou destaque por causa de uma política e, principalmente, legislação (EC n14/96, LDB/96 e Lei 9.424/96) orientadas pelo neoliberalismo e que se tornaram foco das pesquisas acadêmicas.

No entanto, por meio dos espaços de circulação detectou-se que, além das editoras e livrarias, as quais privilegiam a venda dos livros, as bibliotecas das universidades estaduais paulistas visitadas, onde as pessoas conseguem acesso gratuito às publicações, em especial ao conhecimento cientificamente elaborado (UNESP/Marília, FEUSP, UNICAMP, PUC/SP, Mackenzie/SP), apresentaram-se também como locais para a divulgação de saberes de autores que não são propriamente do espaço acadêmico, os quais não têm a pesquisa como fonte e a universidade como lugar de produção.

Dessa forma, a produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação apareceu em uma quantidade maior de livros, 32, com a metade deles tratando especialmente da temática. Todavia, a análise da materialidade deles apontou para capas com *design* variado e padrão predominantemente acadêmico na estrutura interna, abordando os temas em pauta na área da educação, atendendo principalmente a professores e pesquisadores, a fim de auxiliá-los na reflexão e atuação sobre as políticas e a gestão da educação.

Além disso, percebeu-se que os livros respeitaram determinações impostas tanto pelo mercado editorial - nas capas, contra-capas, orelhas, folhas de rosto, prefácios, apresentações e sumários - quanto pelo campo da educação - mediante as regras relativas às publicações de textos acadêmicos. Esses aspectos relacionaram-se aos esforços dos produtores para controlar

a “ordem do livro” (CHARTIER, 1999), a fim de tentar fixar um direcionamento à leitura, fazendo com que os escritos fossem compreendidos de uma determinada forma.

Como uma bibliografia majoritariamente *de* professores e *para* professores, cujos textos participaram da produção e circulação de saberes no espaço desse grupo enquanto livros escritos que abordaram um tema em ascensão no currículo das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, pode-se considerar, ainda, os livros sobre o financiamento da educação uma contribuição para a consolidação da história das leituras para professores⁶² – questão a ser explorada futuramente.

Por fim, conclui-se que o regresso aos livros para estudá-los em sua materialidade permitiu compreender alguns dos significados, características e intenções da produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação no Brasil nos anos de 1991 a 2005. Entende-se, todavia, que muitos aspectos ainda precisam ser investigados, dentre eles a reconstituição dos modos pelos quais essa literatura dirigiu-se aos seus leitores, a maneira como foi apropriada e - retomando o que já se propôs no parágrafo anterior - como transmitiu saberes específicos da profissão docente.

⁶² O campo da História da Leitura para Professores vem avançando no Brasil nos últimos anos. Sobre pesquisas nesta área, consultar Carvalho (1998), Catani (2003) e Silva (2001).

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

A PROPOSTA do governo precisa ser aprimorada. Disponível em:
<<http://www.campanhaeducacao.org.br>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

ABREU, Márcia. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000.

_____; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB). São Paulo: FAPESP, 2005.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (Brasil). **Ordem Nacional do Mérito Científico**: Antonio Cesar Russi Callegari. Disponível em:
<<http://www.abc.org.br/sjbic/curriculo.asp?consulta=acrc>>. Acesso em 6 ago. 2008.

ALMEIDA, Carol. A literatura que cabe no bolso. **Jornal do Commercio**, Caderno C, 1999. Disponível em: < http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0308/cc0308a.htm>. Acesso: ago. 2008.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Estratégias de legitimidade e distinção no mercado editorial: algumas considerações a partir da literatura policial no Brasil. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Trabalhos apresentados congressos anuais Intercom**, São Paulo: INTERCOM, 2003. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP04_almeida.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2008.

AMARAL, Nelson Cardoso. Um novo Fundef? As idéias de Anísio Teixeira. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 22, n. 75, p. 277-290, ago. 2001.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Brasília: INL, 1986.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI**: reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea).

AZEVEDO, Janete Maria. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Produção e circulação de livros escolares. In: ABREU, Márcia. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000. p. 529-575.

BELLIS, David.; HARRISON, Shawn; COFFEY, Brian. (Col.). **A rocha: a bíblia que conduz às escolhas corretas**. São Paulo: Candeia, 2001.

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BIENAL impulsiona mercado editorial. **Cultura e Mercado**, 2002. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/post/bienal-impulsiona-mercado-editorial/>>. Acesso em: 25 maio 2008.

BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 134-146.

BRAGA, Ariane; OLIVEIRA, Adriana; ALMADA, Rodrigo. Livro de bolso: pagar pouco, aprender muito, Mercado Editorial. **Parada Obrigatória**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2006. Disponível em: <<http://www2.anhembi.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=61621&sid=1925>>. Acesso em: ago. 2008

BRASIL. Ministério da Educação. **Anteprojeto de lei de regulamentação do FUNDEB**: 2.^a versão, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2005a.

_____. Ministério da Educação. **Censo da educação superior**. INEP: 1991-2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/arquivo08.htm>>. Acesso em: 27 out. 2008a.

_____. Ministério da Educação. **FUNDEB**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=799&Itemid=839>>. Acesso em: 22 ago 2008b.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, 2008. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=missao_objetivos.html#topo>. Acesso em: 2 jul. 2008c.

_____. Ministério da Educação. **Perguntas Frequentes**, Sítio SEED, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index2.php?option=content&do_pdf=1&id=234&banco>. Acesso em: 2 jul. 2008d.

_____. Ministério da Educação. Financiamento e gestão. In: **Plano Nacional de Educação: Lei nº 10.172**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2008e.

_____. Ministério da Educação. **Proposta de Emenda à Constituição: PEC 415**, 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2005b.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=371>>. Acesso em 3 nov. 2008f.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html>. Acesso em 3 nov. 2008g.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Qualis**, 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/webqualis.html>>. Acesso em: 5 jul. 2008h.

_____. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/>>. Acesso em: 10 abr. 2008i.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO; SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. **Produção e vendas do setor editorial brasileiro 2003**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/download.php?recid=115>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Pesquisa de mercado – produção e vendas do setor editorial brasileiro 2006**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/>>. Acesso em: 27 maio 2008.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **PEC do Fundeb**: frustrações e incógnitas. Disponível em: <<http://www.campanhaeducacao.org.br>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

CANDELORI, Roberto. **Atualidades: o Consenso de Washington e o neoliberalismo. Folha de S. Paulo**, 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u11503.shtml>. Acesso em 29/06/2008.

CARDOSO, Rafael (Org.). **O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, Denice Barbara; SOUZA, Cynthia Pereira de (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CARVALHO, Luís Miguel; CORDEIRO, Jaime. **Brasil – Portugal nos circuitos do discurso pedagógico especializado (1920-1935): um estudo histórico-comparado de publicações em educação**. Lisboa: Educa, 2002. (Caderno Prestige; 9).

CATANI, Denice Barbara. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução: Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. A mediação editorial. In: _____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002. p. 61-76.

_____. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UnB, 1999.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566. set./dez. 2004.

CLARO, Adriana Thomazotti. **O mercado editorial paulista no decênio de 1990:** momento de expansão e diferenciação no setor. 2000. 155f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

COMPREENDENDO o Fundeb: principais características, histórico e pontos críticos. Disponível em: <<http://www.campanhaeducacao.org.br>>. Acesso em: 25 nov. 2005.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes:** buscar currículo. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.cnpq.br/>>. Acesso em: jan./jun. 2008.

CORREIA, António Carlos da Luz; SILVA, Vivian Batista da. **Manuais pedagógicos – Portugal e Brasil 1930 a 1971 – produção e circulação internacional de saberes pedagógicos.** Lisboa: Educa, 2002. (Cadernos Prestige; 13).

CORTEZ, José Xavier. **A editora.** São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <<http://www.cortezeditora.com.br/quem.php?PHPSESSID=#>>. Acesso em: 7 jul. 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez; Niterói: UFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 1991.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB:** solução ou remendo para o financiamento da educação básica? [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <driyanaguita@yahoo.com.br> em: out. 2005.

_____. O financiamento da educação estatal no Brasil: novos e velhos desafios? Abril, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/facedu/departamentos/politica_mural.htm>. Acesso em: 14 jul. 2006.

_____. O financiamento da educação no governo Lula: o “ajuste fiscal” continua. Maio, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/facedu/departamentos/politica_mural.htm>. Acesso em: 14 jul. 2006.

_____. O governo Lula e a educação: a deserção do Estado continua? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 245-252, dez. 2004.

_____. **Verbas da educação: legal x o real**. Niterói: EdUFF, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, ORLANDO; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 58-77. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso: 4 jul. 2008.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL; INSTITUTO DE PLANEJAMENTO (Brasil). **Para a década de 90: prioridades e perspectivas**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989. p. 1-66.

_____; AURELIANO, Liana. Welfare State: o caso brasileiro. In: _____. **A especificidade do Welfare State brasileiro**. Brasília: CEPAL, 1989. p. 37-42.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. **A economia do livro: a crise atual e uma proposta de política**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/download.php?recid=366>>. Acesso em: 4 maio 2008.

EDITORAS universitárias. **Universia**, 2008. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=204>>. Acesso em: 5 maio 2008.

FREITAS, Ana. Editoras universitárias se consolidam no Brasil. **Hipermeios**, 2007. Disponível em: <<http://www.hipermeios.com.br/spip.php?article30>>. Acesso em: 5 maio 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Pesquisa Produção e vendas do setor editorial brasileiro 2005**. São Paulo: CBL, SNEL, 2006. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/download.php?recid=591>>. Acesso em: 3 jun. 2008.

GUIMARÃES, José Luiz. Alguns impactos do Fundef: apontamentos e incertezas após sua implantação. In: MARTINS, Angela Maria.; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Silvia

Simões (Org.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 193-210.

GOMES, Cândido Alberto et al. **O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura**. **RBPAE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 29-52, jan./abr.2007.

GORINI, Ana Paula Fontenelle; BRANCO, Carlos Eduardo Castello. **Panorama do setor editorial brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/Bnset/set1101.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2008.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 1985.

HÉBRARD, Jean. Os livros escolares da Bibliothèque Bleue: arcaísmos ou modernidade? **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 4, p. 9-46, jul./dez. 2002.

HOUAISS, Antônio (Ed.). **Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse**. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1984.

JARDILINO, José Rubens Lima. Educação e financiamento: duas décadas de social-democracia no Brasil. **Eccos: revista científica**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 263-272, jul./dez. 2006.

LIMA, Maria José Rocha; BELLONI, Isaura; TEIXEIRA, Zuleide. **Fernando Henrique e a educação: oito anos de governo**. Disponível em: <<http://www.assessoriadopt.org/FHCoito.doc>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

LINS, José Roberto Barreto. Mercado livreiro. **Caderno de Gazeta Mercantil**, p. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.annablume.com.br/editorial/gazetam.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2008.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999. (Prismas).

MACHADO, Lourdes Marcelino; MAIA, Graziela Zambão Abdian; RIBEIRO, Djeissom Silva; LUZ, Helen Cristina Alves ; LIMA, Márcia Regina Canhoto de ; MESSAS, Júlia Cristina Alves e ; GARROSINO, Silvia Regina Barbosa ; ARF, F.A. ; YANAGUITA, A. I. . **A Evolução do Conhecimento em Administração da Educação no Brasil: dos processos de constituição teórica à construção de um vocabulário (1ª Parte)**. 2006. (Relatório de pesquisa).

MACHADO, Maria Margarida de. **A trajetória da EJA na década de 90**: políticas públicas sendo substituídas por "solidariedade". Disponível em : <http://www.educacaoonline.pro.br/a_trajetoria_da_eja.asp?f_id_artigo=228>. Acesso em 04 jul. 2008.

MARQUES NETO, José Castilho. **Editoras universitárias brasileiras**: estudo exploratório. IESALC/UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001398/139899por.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2008.

MARTINS, Wilson. O livro contemporâneo. In: _____. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002. p. 415-430.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 89-117, mar. 2003.

MELCHIOR, João Carlos de Araújo. **A política de vinculação de recursos públicos e o financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: FEUSP, 1981.

_____. **O financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: EPU, 1987.

MELLO JUNIOR, José de. Rupturas do conhecimento: o mercado editorial brasileiro entre o livro e o livro eletrônico. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4., 2004, Porto Alegre. **Núcleo de Produção Editorial**. São Paulo: INTERCOM, 2004. <<http://groups.google.com/group/intercom-nucleo-producao-editorial/web/conhea-a-histria-do-np-produo-editorial>>. Acesso em: 2 jun. 2008.

MOLLONA, Giovana. Editoras crescem e incentivam independência. **Folha Online**, 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u33294.shtml>>. Acesso em: 5 maio 2008.

MOMENTOS do livro no Brasil. São Paulo: Ática, 1998.

MONLEVADE, João. **Algumas reflexões sobre a transição Fundef-Fundeb**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fundeb_art_monlevad.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2008.

MUNAKATA, Kazumi. Investigação acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade. In: VI CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA LA

EDUCACIÓN LATINO-AMERICANA, 19 a 23 de mayo, 2003, San Luis Potosi. *Memória de las ideas actores e instituições educativas*, San Luis Potosi: El Colegio de San Luis & Centro de Estudos sobre la Univeridad & Sociedad Mexicana de Historia de la educación, 2003.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **A sociedade de educação de São Paulo**: embates no campo educacional (1922-1931). 1999. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Divulgando práticas e saberes: a produção de impressos pelos docentes das Escolas Normais no Brasil e em Portugal (1911-1950). **Relatório de Pesquisa**. Auxílio Pesquisa FAPESP, 2005.

NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. As grandes conferências da década de 90, as diretrizes da política educacional e o ensino fundamental: uma abordagem. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 33, p. 459-474, out./dez. 2001.

O que é Consenso de Washington?, **Atualidades Vestibulares**, Editora Abril, 2004 <<http://www.arturbruno.com.br/atualidades/mundo/texto.asp?id=990>>. Acesso em: 29 jun. 2008.

OLIVEIRA, Cleiton de. Algumas observações sobre o financiamento do ensino. In: MARTINS, Angela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Silvia Simões (Org.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 129-142.

OLIVEIRA, Sanderson C. **A crise financeira dos anos 80**, 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/308819.shtml>>. Acesso em: 29 jun. 2008.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Política educacional brasileira**: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: Cte, 2005.

_____. Políticas públicas de financiamento da educação no Brasil. **Eccos**: revista científica, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 291-311, jul./dez. 2006.

PAZ, Eliane Hatherly. O trivial variado. In: _____. **Isto e aquilo**: reflexões sobre a literatura de entretenimento no Brasil. Rio de Janeiro, 2003. p. 31-58. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 3 jun. 2008.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 109-136, set. 2002.

PORTAL EDITORIAL. **Editoras no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.portaleditorial.com.br/default.asp>>. Acesso 7 jul. 2008.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro 1960-1990**. São Paulo: Com-Arte, 1996.

RODRIGUEZ, Vicente. Financiamento da educação e políticas públicas: o FUNDEF e a política de descentralização. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 21, n. 55, p. 42-57, nov. 2001.

ROMÃO, José Estácio. Financiamento da educação no Brasil: marchas e contramarchas. **Eccos**: revista científica, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 361-384, jul./dez. 2006.

ROSA-dos-ventos. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa-dos-ventos>>. Acesso em 04ago. 2008.

SAIBA o que foi a Eco-92. **Folha de S. Paulo**, 2008. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/riomais10/o_que_e-2.shtml> Acesso em: 1ago. 2008.

SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas dos. Financiamento da educação no Brasil: estudos, legislação e autonomia financeira da escola pública municipal. **RBPAE**, v. 20, n. 1, p. 114-147, jan./jun. 2004.

SAVIANI, Demerval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 20, n. 69, p. 119-136, dez. 1999.

SILVA, C. S. B. da; MACHADO, L. M. (Org.). **Nova LDB**: trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SILVA, Carmem da S. B. da; MACHADO, Lourdes Marcelino. (Org.). **Nova LDB**: trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SILVA, Vivian Batista da. **História de leitura para professores**: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos “manuais pedagógicos” brasileiros (1930 – 1971). 2001. 244f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos:** construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). 2005. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SCHMIDT, Eric. **Google:** site de busca. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>>.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **A semear horizontes:** leituras literárias na formação da infância na Argentina e Brasil (1915-1954). 504 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Políticas de financiamento da educação municipal no Brasil (1996-2002): das disposições legais equalizadoras às práticas político-institucionais excludentes. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 42, p. 564-582, jan./mar. 2004.

STANISLAVSKI, Cleila de Fátima Siqueira. **Saudade (1919-2002):** a contribuição de Thales Castanho de Andrade para o campo da leitura escolar. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

STRECKER, Marcos. Mercado de livro cresce e pressiona por profissionalização das editoras. **Folha de São Paulo**, 2007. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/texto.asp?id=2533>>. Acesso em: 4 maio 2008.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas:** do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). 2001. 295f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TOMMASI, L. De; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez; Ação Educativa; PUC-SP, 1996.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 109-136.

TREVISAN, Thabatha Aline. **A pedagogia por meio de Pedagogia: teoria e prática (1954), de Antônio D'Ávila.** 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

VELLOSO, Jacques. Pesquisas no país o financiamento da educação: onde estamos? In: WITTMANN, Lauro Carlo; GRACINDO, Regina Vinhaes (Coord.) **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991-1997**. Brasília: ANPAE, 1999. p. 95-110. (Série estudos e pesquisas da ANPAE, n. 6)

_____. Políticas do MEC e recursos para o ensino no governo Collor. **Educação & Sociedade**, n. 42, p. 256-267, ago. 1992.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **Financiamento da educação na legislação brasileira: do FUNDEF ao FUNDEB**. 2005. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

Fontes primárias

Livros sobre o financiamento da educação

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 2003.

BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de O. (Org.). **Gestão e políticas da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRANDÃO, C. da F. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.

BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

CALLEGARI, C. **As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo**. São Paulo: Entrelinhas, 1997.

_____. **O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo**. São Paulo: Aquariana, 2002.

CAMACHO, N. A. **O custo aluno universitário**: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp. Campinas: UNICAMP, 1993.

COSTA, V. L. C. (Org.). **Descentralização da educação**: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: FUNDAP; Cortez, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói: UFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 1991.

DAVIES, N. **Financiamento da educação**: novos ou velhos desafios? São Paulo: Xamã, 2004.

_____. **O Fundef e as verbas da educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **O FUNDEF e o orçamento da educação**: desvendando a caixa preta. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. **Tribunais de contas e educação**: quem controla o fiscalizador dos recursos? Brasília: Plano, 2001.

_____. **Verbas da educação**: o legal x o real. Niterói: EDUFF, 2000.

DOURADO, L. F. (Org.). **Financiamento da educação básica**. Campinas: Autores Associados; Goiânia: UFG, 1999.

_____.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de (Org.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

FRANÇA, M. **Gestão e financiamento da educação**: o que mudou na escola? Natal: EDUFRN, 2005.

GRACINDO, R. V. **O escrito, o dito e feito**: educação e partidos políticos. Campinas: Papirus, 1994.

HIDALGO, A. M; SILVA, I. L. F. **Estado e educação**: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90. Londrina: EDUEL, 2001.

LIBERATI, W. D. (Org.). **Direito à educação: uma questão de justiça**. São Paulo: Malheiros, 2004.

MANCIBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

MANFRENDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MELCHIOR, J. C. de A. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1997.

MONLEVADE, J. **Educação pública no Brasil: contos & descontos**. Ceilândia: Idéa, 1997.

_____.; FERREIRA, E. B. **O FUNDEF e seus pecados capitais**. Ceilândia, DF: Idéa, 1997.

_____. (Org.). **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____.; CATANI, A. M. **Constituições estaduais brasileiras e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

PEREZ, J. R. R. **Avaliação, impasses e desafios da educação básica**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Annablume, 2000.

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

RAMOS, A. M. P. **O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90**. Brasília: Plano, 2003.

ROMÃO, J. E. **Poder local e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. dos R. (Org.). **Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001.

SILVA, M. A. da. **Intervenção e consentimento:** a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVEIRA, V. de P. **Direito educacional e municipalização.** São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de (Org.). **Desafios da educação municipal.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____; _____. **Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil:** bibliografia analítica (1996-2002). São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2005.

SOUZA, P. N. P. de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro.** São Paulo: Pioneira, 1991.

_____. **LDB e ensino superior:** (estrutura e funcionamento). São Paulo: Pioneira, 1997.

TOMMASI, L. De; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez; Ação Educativa; PUC-SP, 1996.

WEBER, S. (Org.). **Democratização, educação e cidadania:** caminho do Governo Arraes (1987-1990). São Paulo: Cortez, 1991.

APÊNCIDES

APÊNDICE A – Estrutura da ficha de autores**Nome do autor**

1. **Livro(s)/Tipo de autor(a):**
2. **Ano(s):**
3. **Referencial teórico:**
4. **Formação/Titulação acadêmica:**
5. **Atuação profissional/Cargo ou função:**
6. **Linhas de pesquisa:**
7. **Projetos de pesquisa:**
8. **Áreas de atuação:**
9. **Avaliação livro-curriculo:** As informações coletadas nos tópicos acima têm relação com o(s) texto(s) escrito(s)?

APÊNDICE B - Relação dos *sites* das editoras e fundações estudadas

	Editoras/Fundações	e-mails
1.	Aquariana	http://www.livrariaalternativa.com.br/
2.	Annablume	http://www.annablume.com.br/
3.	Aquariana	http://www.aquariana.com.br/
4.	Autores Associados	http://www.autoresassociados.com.br/
5.	Avercamp Editora	http://www.avercamp.com.br/
6.	Cortez	http://www.cortezeditora.com.br/
7.	DP&A Editora	http://www.dpa.com.br/
8.	EDUEL	http://www2.uel.br/editora/
9.	EDUFF	http://www.editora.uff.br/
10.	EDUFRN	http://www.editora.ufrn.br/
11.	Entrelinhas	-----
12.	FLACSO	http://www.flacso.org.br/
13.	FUNDAP	http://www.fundap.sp.gov.br/
14.	Idéia	-----
15.	Intertexto	-----
16.	Lemos & Cruz	http://www.lemosecruz.com.br/
17.	Malheiros	http://www.malheiroseditores.com.br/
18.	Papirus	http://www.papirus.com.br/
19.	Pioneira (atual Cengage Learning)	http://www.thomsonlearning.com.br/
20.	Plano	
21.	UFG	http://www.editora.ufg.br/
22.	UNICAMP	http://www.editora.unicamp.br/
23.	UNIMEP	http://www.unimep.br/phpg/editora/
24.	Xamã	http://www.xamaeditora.com.br/

APÊNDICE C - Localização dos livros nas bibliotecas, pelo número de chamada e número de exemplares por ano

Livros 1991-1996

▪ **1991**

– *Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987-1990)*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.5(81.34)^D383	2/ 1991	2
UNICAMP - FE, IFCH	379.8314 D396	4/ 1991	4
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379.8134064 D383	1/ 1991	1

– *Educação, Estado e democracia no Brasil*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Marília - FFC	379.81 C972e	1991/ 1; 1999/ 2	3
USP - FE	379.5(81)^C972e	1991/ 3; 2001/ 1	4
UNICAMP - FE, FE-MT, IFCH, IG	379.81 C914e	1991/ 6; 2001/ 3	9
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379.81 C972e	3/ 1991; 1 /1999	4
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central	379.81 C91E	2/ 1991	2

– *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/Marília - FFC	379.81 S729e	1/ 1991	1
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	378.81 S729e	1/1991	1
MACKENZIE – Prédio 2 - Bib. Central	378.24 SO8e	4/ 1991	4

▪ **1992**

– *Poder local e educação*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP - FE	379.5(81)^R761p	2/ 1992	2
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379.81 R761p	1/ 1992	1

▪ **1993**

– *Constituições estaduais brasileiras e educação*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Marília - FFC	379.81 O48c	1/ 1993	1
USP - FE	379.5(81)^O48c	5/ 1993	5
UNICAMP – BC, FE	379.81 OL4c	5/ 1993	5
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379.81 O48c	1/ 1993	1
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central	379.81 O48c	4/ 1993	4

– *O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP - FE	N379.32(81)^C172c	2/ 1993	2
UNICAMP – BC, FE, IE, IFCH, CESET, CTC	378.3 C14c	10/ 1993	10
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	378.02 C172c	1/ 1993	1

▪ **1994**

– *O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Marília - FFC	379.81 G731e	2/ 1994	2
USP - FE	379.5(81)^G731e	2/ 1994	2
UNICAMP – BC, FE, IFCH	379 G753e	6/ 1994	6
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379.81 G734e	2/ 1994	2
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central	379 G75O	1/ 1994	1

▪ **1995**

- *Política educacional: impasses e alternativas*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/Marília - FFC	379.81 P669	2/ 1995; 1/ 1998	3
USP - FE	379.5(81)^P769	3/ 1995	3
UNICAMP – FE, IFCH	379.81 P759	2/ 1995; 2/ 1998	4
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379.81 P769o	1/ 1995	1
MACKENZIE – Prédio 2 - Bib. Central	379.81 P75	8/ 1995	8

▪ **1996**

- *O Banco Mundial e as políticas educacionais*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Marília - FFC	332.1532 B213	1/ 1996	1
USP – FE	379.5^B213	1/ 1996; 1/ 1998; 1/ 2000	3
UNICAMP - FE, CMU	379 B22	1/ 1996; 2/ 1998; 8/ 2000; 1/ 2003	12
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379 B213	2/ 1996; 2/ 2003	4
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central	379 B213	8/ 1998; 1/ 2000; 3/ 2003	12

Livros 1997-2005

▪ **1997**

- *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Marília - FCC	379.2 C157v	1/ 1997	1

USP – FE	375.33(81.61)^C157v	2/ 1997	2
UNICAMP – FE, FEF	379.1 C132v	2/ 1997	2

– *Educação pública no Brasil: contos & descontos*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.33(81)^M764e	1/ 1997	1
UNICAMP - FE	370.981 M751e	2/ 1997	2

– *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP - FE	379.5(81)^S725L	2/ 1997	2
UNICAMP - FE	370.2681 So89L	1/ 2001	1
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central/ Bib. Universitária Tamboré	370.2681 S719L/ 378.100981 S729I	5/ 1997; 3/ 2001	8

– *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Marília - FCC	379.81 L153	1/ 2001	1
USP - FE	379.5(81)^L432	1/ 1997	1
UNICAMP – FE, IEL	370.2681 L498	2/ 1997; 1/ 1998; 2/ 2000; 1/ 2005	6
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	370.2681 L432	1/ 1997	1
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central, Bib. Brasília (Ensino Médio) - 2º andar, Bib. Universitária Campinas, Bib. Universitária Tamboré	370.2681 L432	5/ 2000; 10/ 2002; 4/ 2005; 5/ 2007	24

– *Mudanças no financiamento da educação no Brasil*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.39(81)^M518m	4/ 1997	4
UNICAMP – FE	379.81 M481m	1/ 1997	1

MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central	379.81 M518m	2/ 1997	2
-------------------------------------	--------------	---------	---

– *O FUNDEF e seus pecados capitais*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNICAMP - IE	379.81 M751f	1/ 1997	1

▪ **1999**

– *Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Marília - FCC	371.2 D445	2/ 1999; 1/ 2001	3
USP – FE	379.5^D445	2/ 1999	2
UNICAMP – FE, IE	379.1 D454	3/1999; 2/ 2001	5
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfour	379 D445	1/ 1999	1
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central	371.2 D445	7/ 2001	7

– *Financiamento da educação básica*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNICAMP - FE	379.120981 F49	1/ 1999	1
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central	379.130981 F491	3/ 1999	3

– *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*

Bibliotecas	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNICAMP - FE	379.112 D288f	1/ 1999	1

▪ **2000**

– *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.5(81.61)^P438	1/ 2000	1
UNICAMP – BC, FE, IFCH	379.8161 R89a	10/ 2000	10
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379.8161 R949a	1/ 2000	1

– *Verbas da educação: o legal x o real*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.5(81.53)^D252v	1/ 2000	1
UNICAMP - FE	379.11 D288v	1/ 2000	1

▪ **2001**

– *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379(81)^E24	2/ 2001	2

– *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	378(81)^E24a	3/ 2001	2001
UNICAMP - FE	378.81 Ed83	1/2001	1

– *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.32(81)^G393	2/ 2001	2
UNICAMP - FE	379.981 G334	2/ 2002	2
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourri	379.81 G393o	1/ 2002	1

– *O Fundef e as verbas da educação*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.5^D255f	3/ 2001	3
UNICAMP - FE	379.112 D288f	2/ 2001	2

– *Tribunais de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.5^D255t	1/ 2001	1
UNICAMP - FE	379.12 D288t	1/ 2001	1

▪ **2002**

– *Educação Profissional no Brasil*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNICAMP - BC	370.981 M313e	2/ 2002	2
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfourì	379.81 M276e	3/2003	3

– *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNICAMP - FE	379.Si38i	4/ 2002	4
MACKENZIE - Prédio 2 - Bib. Central	379.12981 S586i	10/ 2002	10

– *O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Marília - FCC	379.153 C157f	1/ 2002	1
UNICAMP - AEL, CPDS	370.98161 C132f	1/ 2002	1

▪ **2003**

– *Financiamento da educação superior: estado x mercado*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNICAMP - FE	378.362 Am13f	1/ 2003	1
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfouri	379.81 A485f	2/ 2003	2

– *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP - FE	379.5(81)^P453p	1/ 2003	1
UNICAMP - FE	379.81 P424p	1/ 2003	1
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfouri	379.81 P453p	1/ 2003	1

– *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	378(81)^P769	6/ 2003	6
UNICAMP - FE	378 P759	2/ 2003	2

▪ **2004**

– *Direito à educação: uma questão de justiça*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfouri	379.26 D598	1/2004	1

– *Estrutura e funcionamento do ensino*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP - FE	379(81)^B817e	1/ 2004	1

– *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNICAMP - FE, FE–MT, IFCH, IG	379.112 D288f	1/ 2004	1

PUC /Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfouri	379.81 D256f	1/ 2004	1
---	--------------	---------	---

– *Gestão e políticas da educação*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNICAMP – FE	371.112 D288f	1/ 2004	1

– *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	378(81)^U58m	2/ 2004	2
PUC/ Monte Alegre – Bib. Nadir Gouvêa Kfouri	378.1 U58c	1/ 2004	1

▪ **2005**

– *Direito educacional e municipalização*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
UNESP/ Franca - FHDSS	341.2733 S591d	1/ 2005	1

– *Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil*

Biblioteca	Nº de chamada	Nº de exemplar(es)/ Ano	Total de exemplar(es)
USP – FE	379.5^S729p	1/ 2005	1

ANEXOS

ANEXO A – Representação por meio de tabela e gráfico da composição do mercado editorial brasileiro conforme o porte econômico das editoras de 1990-1997

Tabela - Composição do mercado editorial brasileiro conforme o porte econômico* das editoras (1990-1997).

Editoras	Representação no mercado
Pequenas	56%
Médias	34%
Grandes	10%

* Editoras pequenas: faturamento anual até US\$2.000.000,00; editoras médias: faturamento entre US\$2.000.000,00 e US\$10.000.000,00; editoras grandes: faturamento acima de US\$10.000.000,00 anuais.
Fonte: Roberto, 2000, p. 43-44.

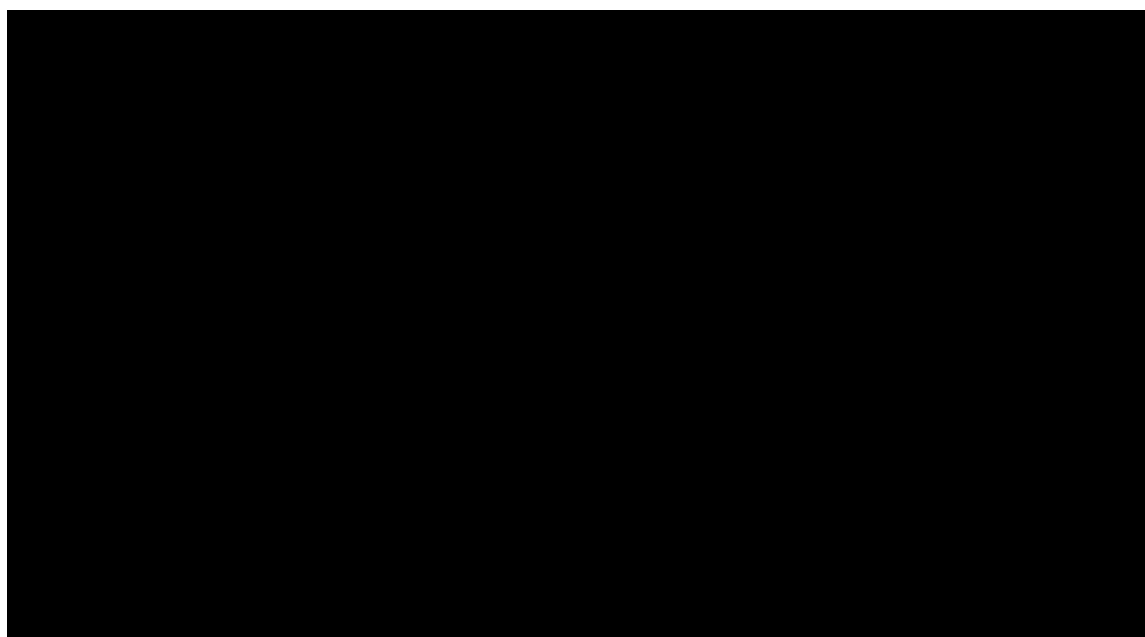


Gráfico: Composição do mercado editorial brasileiro conforme o porte das editoras (1990-1997)

Fonte: Roberto, 2000, p. 43-44.

ANEXO B – Representação por tabela da evolução da matrícula por dependência administrativa no Brasil (1991-2005)

**Tabela - Evolução da matrícula por dependência
administrativa - Brasil (1991 a 2005)**

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1991	1.565.056	320.135	202.315	83.286	959.320
1992	1.535.788	325.884	210.133	93.645	906.126
1993	1.594.688	344.387	216.535	92.594	941.152
1994	1.661.034	363.543	231.936	94.971	970.584
1995	1.759.703	367.531	239.101	93.794	1.059.163
1996	1.898.529	388.987	243.101	103.339	1.133.102
1997	1.945.615	395.833	253.678	109.671	1.186.433
1998	2.125.958	408.640	274.934	121.155	1.321.299
1999	2.369.945	442.562	302.380	87.080	1.527.913
2000	2.694.245	482.750	332.104	72.172	1.807.219
2001	3.030.754	502.960	357.015	79.250	2.091.529
2002	3.479.913	531.634	415.569	104.152	2.428.258
2003	3.887.022	567.101	442.706	126.563	2.750.652
2004	4.163.733	574.584	471.661	132.083	2.985.405
2005	4.453.156	579.587	477.349	135.253	3.260.967

Fonte: Brasil, 2008.

ANEXO C – Representação em tabela do número de títulos novos publicados por área temática nas editoras universitárias brasileiras em 2001

Códigos	Classificação Temática	Números Absolutos	%
900	História e Geografia	1904	27
1000	Educação	1010	14
800	Literatura	872	12
600	Tecnologia – Ciências Aplicadas	697	10
700	Artes- Recreação e Esportes	747	10
300	Ciências Sociais	513	7
500	Ciências Puras	542	7
400	Linguística	451	6
100	Filosofia – Psicologia	213	3
200	Religião	243	3
000	Generalidades	84	1
	Total	7276	100

Quadro – Número de títulos novos publicados por área temática – Brasil – 2001:

Fonte: MARQUES NETO, J. C. **Editoras universitárias brasileiras:** estudo exploratório. UNESCO, 2003, p. 25 (destaque nosso).